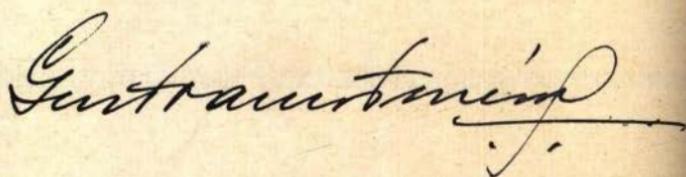




Boas Festas

Aos nossos leitores e assinantes
apresentamos, com o máximo prazer,
sinceros votos de feliz Natal
e próspero Ano Nôvo.



Gen-Div **ALTAIR FRANCO FERREIRA**
Diretor-Presidente

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano L	Rio de Janeiro, GB — Set-Out de 1964	Número 297
----------	--------------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Acelta-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em fólia autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).

Exterior ... Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aerea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDERECO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

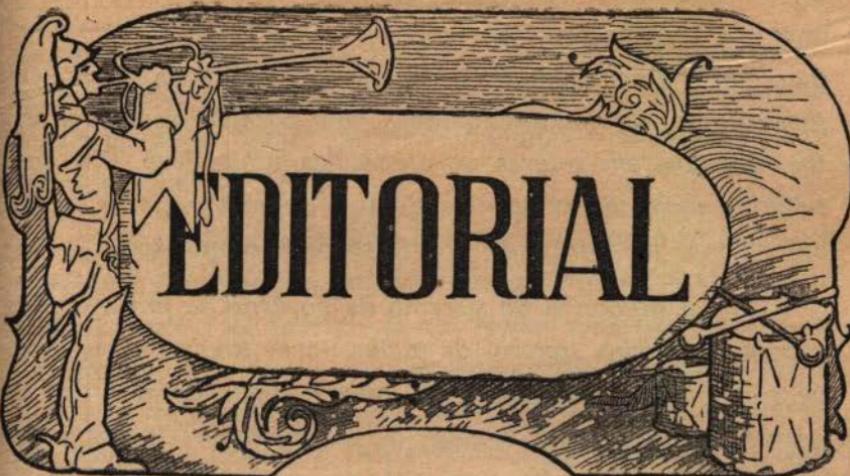
Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

Pág.

Editorial.....	3
O Cavalo no Cenário da Guerra Moderna — Gen-Div A. Franco Ferreira	7
Relações Públicas no Exército — Cel Inf Francisco Ruas Santos	15
Problemas do Exército (Algumas reflexões) — Ten-Cel Art. Walter dos Santos Meyer	19
A Campanha do Contestado e as Operações Antiguerrilhas dos Balcãs (Contrastes e Confrontos) — Cel Art Newton C. de Andrade Mello	23
A Guerra Revolucionária Comunista no mundo atual — Ten-Cel Art. Hernani D'Aguiar	31
A Guerra Revolucionária Comunista no Brasil — Ten-Cel Ferdinando de Carvalho	49
Compreensão da Revolução Brasileira — Ten-Cel Inf Octavio Pereira da Costa	61
A Destinação Democrática das Forças Armadas Brasileiras — Ten-Cel Inf Mário O'Reilly	75
O papel social do Oficial — Cap. Art Luiz Paulo Macedo Carvalho	81
Expansionismo meridional Luso-Brasileiro (Continuação) — Cel Cav Moacyr Ribeiro Coelho	85
As forças de intervenção — Maj Edgar O'Ballance (Trad. do Maj Rubens Mário Jobim)	113
A biografia do Marechal Câmara — Arthur Ferreira Filho	119
Relatório da Diretoria Executiva da "CMECI — A Defesa Nacional" — Ano de 1963	123



EDITORIAL

Há cento e quarenta e dois anos proclamou D. Pedro, então Príncipe Regente do Brasil, nossa independência, rompendo os vínculos que nos prendiam à metrópole portuguêsa.

Fenômeno comum aos países que adquirem certo grau de maturidade política, essa emancipação, fruto do progresso evolutivo-histórico que assinala a formação das nacionalidades, lançou-nos no cenário mundial como nação livre, cheia de vigor e potencialidade, mercê de sua grande extensão territorial. Esse é o evento que todos os anos, com alvoradas festivas e paradas militares, comemoramos em todos os recantos de nossa terra, com o orgulho natural de povo que tem consciência de que sua projeção, cada vez mais crescente, constitui vetor de força positiva a pesar na balança das liberdades democráticas do mundo livre.

Desde então, a jornada tem sido longa. Vendavais e tempestades têm se desencadeado sobre a nação brasileira. Lutas intestinas, guerras externas, desentendimentos entre irmãos, muitos inglórios, tudo isso, dentro de molduras apocalípticas de conjunturas internacionais, cujos reflexos têm

marcado o desenvolvimento nacional, ora com impulsos benfazejos, ora, desafortunadamente, com paradas nocivas e certos retardos, em setores de atividades produtivas, têm contribuído para distanciar-nos demais de outros povos, particularmente no campo do progresso sócio-econômico.

Com a mudança do sistema de governo de império para república, clarins sonoros de idéias novas lançaram no espaço e em todos os recantos do país o toque de alvorada de uma nova era. E a afirmação de nossa independência continuou como parâmetro nacional, a espelhar a grandeza de nosso povo, que sem vacilações ou tibiezas, empunhando a pena ou o sabre, em qualquer instância jamais permitiu outra fórmula que não a de que o Brasil será sempre dos brasileiros.

Mas o processo de independência de um povo é dinâmico, evolutivo, não pode parar. Tem que submeter-se à contemporaneidade, tem que curvar-se ante o imperativo das idéias novas, tem que marchar para a frente e não viver sómente da euforia de batalhas vencidas ou de histeria do passado, mesmo que nobre, tecendo loas e entoando cânticos à pujança da terra ou à bravura de homens. Os arquitetos do mundo jamais perfilaram entre coveiros!

A Humanidade cresceu muito, desenvolvendo-se, particularmente no campo tecnológico-científico. E aos povos de hoje o Universo começa a adquirir novas dimensões. Entretanto, esse desenvolvimento, que poderia traduzir-se em veículo de união entre os homens, por um complexo de razões, infelizmente tem sido mal compreendido por muitos e servido de instrumento de luta entre irmãos, ameaçando suas liberdades e pondo em perigo a soberania de suas pátrias. A chama do progresso continua ainda a cegar muitos de seus

manipuladores. E os instrumentos da razão, sob influxos de ideologias radicais, são mobilizados por alguns no sentido negativo da vida, mantendo a Humanidade sob a ameaça de sua destruição.

A independência política de um povo torna-se cada vez mais afirmativa se, no balanço das atividades produtivas, o saldo é positivo no sentido do seu rápido desenvolvimento, libertando-o de amarras ou dependências desnecessárias a outros povos, na maioria das vezes nocivas, porque refletem submissão. É lirismo o contemplar uma bandeira que não tenha o fulgor da independência autêntica. É fardo pesado carregar um povo, na consciência, a mentira de sua liberdade.

Nosso País tem crescido muito. O saldo de nosso progresso não pode envergonhar a qualquer um de nós. O patrimônio legado por nossos antepassados foi bastante acrescido e reflete o patriotismo de nossa gente. Nossa projeção continental e internacional se afirma dia a dia. Há entre parte substancial de nosso povo consciência de nosso potencial, de nossas possibilidades ou debilidades. Não faltam valores humanos para a condução das batalhas de nosso desenvolvimento. Temos mostrado ao mundo livre nosso sentimento de cooperação, em defesa das liberdades democráticas, tôda vez que se tem feito mister. Amantes da paz, não tememos a guerra. Respeitamos os povos irmãos, exigindo-lhes sómente a reciprocidade. Os problemas básicos para o incremento de nosso desenvolvimento sócio-econômico são, em sua quase totalidade, conhecidos e seu equacionamento em grande parte montado com adequação.

Mas, em que pesem êsses argumentos e muitos outros como o da nossa potencialidade e extensão territorial, ver-

dade é que se nos impõe trabalho hercúleo, pois, estamos no patamar de uma nova era, onde a imaginação humana já fixou suas raízes nos espaços siderais e antevê para breve o dia em que o homem alcançará a conquista do Universo. É preciso ação, trabalho, muito trabalho mesmo, pois todos sabemos que o arcaísmo da nossa estrutura sócio-econômica, e nossa desorganização político-administrativa, que estão a desafiar nossa geração, atuando em sentido negativo às soluções que procuramos dar aos nossos problemas, requerem a mobilização das energias vivas do homem brasileiro para colocar nosso país em seu devido lugar no cenário mundial.

A DEFESA NACIONAL, consciente das responsabilidades que se impõem na hora presente a todos os brasileiros, sem distinção de qualquer espécie e de modo particular às elites nacionais, aproveita a efeméride da comemoração de nossa independência para proclamar a necessidade de um esforço integral, em que a renúncia de interesses pessoais ou de grupos possa traduzir e espelhar a grandeza de nosso povo, em benefício da Nação.



O CAVALO NO CENÁRIO DA GUERRA MODERNA

Gen-Div A. FRANCO FERREIRA

Diretor-Geral de Remonta e Veterinária

Remonta a milênios a utilização do cavalo como meio de obter movimentos rápidos e duradouros nos campos de batalha. Em verdade, desde que o homem conseguiu domar e dominar o cavalo, dêle se utiliza em proveito da mobilidade que confere aos guerreiros que o conduzem, bem como para a realização do efeito de massa que produzem às hordas por élle transportadas.

MOÍSES disse algum dia a seus Capitães :

"Montai homens e enviai-os às terras do Além-Jordão, para que conheçam os costumes de lá, as idas e vindas das gentes, o valor de suas vinhas e o sabor de seus males..."

E, assim, com o Criador do Mundo, nasceu a missão precípua da Cavalaria, a Busca de Informações ou Exploração.

Os guerreiros da Grécia ensinavam que seus quadrados de infantaria armada de lanças e protegida por escudos de couro endurecido, deviam ser cobertos por partidas de cavalerianos que, armados apenas de arco e flecha e adejando em torno da falange, deveriam fustigar o inimigo antes do reencontro definitivo, desmoralizando-o e, até mesmo, infligindo-lhe perdas, antes do choque decisivo.

De XENOFONTE vêm as lições mais concretas de cobertura e de ação retardadora, na descrição da histórica retirada dos dez mil, onde os homens montados, surgindo inesperadamente em pontos de difícil acesso das alcantiladas montanhas da Armênia, detinham demoradamente o inimigo e cobriam o lento deslocamento dos catafractários mercenários.

GENGIS-KHAN, o Imperador dos Homens, o Flagelo dos Deuses, o Guerreiro Máximo, o Destruidor dos Infiéis, o Mestre da Mobilidade, utilizou o cavalo para honrar todos êsses títulos por que foi conhecido no Mundo, e com seus milhares de mongóis a cavalo, atravessou tôda a Ásia levando de roldão as populações vencidas pela ação esmagadora do chaque de suas colunas de incansáveis cavaleiros e, por fim, mediante manobras de grande envergadura, realizando marchas e fintas de valor estratégico e consumando ataques de admirável violência, veio buscar na Europa, a famosa faixa de terra negra da Ucrânia, Rumênia e Boêmia, que dominou por longos e longos séculos. Foi a expressão do Combate da Cavalaria, na largueza de seus movimentos e na independência de suas ações.

Mais tarde, para tornar menos vulneráveis cavalo e cavaleiro, deram cotas de malha a êstes e, depois, armaduras de ferro a ambos que os faziam pesados e lerdos para as ações isoladas, mas que redobravam o efeito da massa, quando êsses titãs, quase insensíveis aos insultos dos campos de batalha da época, carregavam nos últimos cem metros do combate final, sob o rebrilho metálico das armaduras, o tremular festivo das insignias amarradas às pontas das lanças, e o policromado colorido dos penachos esvoaçantes dos helmos dos homens e das cabeçadas dos cavalos. Em 1346, — ano fatal para a Cavalaria —, na memorável batalha de Crecy, com o surgimento das primeiras bombardas que, pelo ruído estrondoso de seus tiros, assustaram os cavalos do ataque, levando seus manietados cavaleiros, em doidas disparadas, para direções opostas à do inimigo; surgiu também a primeira detração contra a Cavalaria e o primeiro prognóstico de sua fatal extinção.

Trezentos anos viveu a Cavalaria em olvídio e relegada de sua condição arma combatente que só foi restabelecida pelas ordenanças de LUIZ XV, estabelecendo os “torneios” para os pequenos elementos e os “Carroceis” de vultosos efetivos, em que, mediante a execução de elegantes evoluções, era propiciada, por fim, a oportunidade da descarga do único tiro dos pistoleiros das fileiras recuadas, depois de desembaraçadas pelas precisas conversões à direita e à esquerda feitas pelos lanceiros das primeiras linhas. Foi, possivelmente, a primeira combinação do fogo e do movimento, manobra essa que foi conservada pela Cavalaria dos Estados Unidos até à data da extinção de sua Cavalaria a cavalo — Março de 1942 —, para dar lugar à congênere blindada.

Com NAPOLEÃO, a Cavalaria viveu o apogeu de sua história gloriosa, e suas missões clássicas de exploração, cobertura, intervenção na batalha e exploração do bom êxito, jamais foram tão bem definidas e tão bem aplicadas. Na Europa, a legendária carga de Balaklava, em que a garbosa Cavalaria de LORD CARDIGAN contra-atacou os Russos do General LIPRANDI e os desbaratou, a despeito do forte apoio de fogos de que ainda dispunham, foi uma página de loas cantadas em homenagem à audácia e ao desprendimento.

No Brasil, as operações de JOSÉ DE ABREU (Barão do Cérro Largo) no Potreiro de Arapeí, contra os apaniguados de ARTIGAS, os reveses de Sarandi, que deram lugar a que o Cel. BENTO MANUEL proclamasse o futuro brilhante do jovem Tenente OSÓRIO e, enfim as andanças da Cavalaria na fixação da fronteira Sul do País, são o precioso legado histórico formador da tradição eminentemente nacional da Arma dos espaços livres. Na Guerra do Paraguai, houve as reflexões otimistas de ANDRADE NEVES, ao escrever para seu amigo o Barão Homem de Mello, em junho de 1867 : “Nossas cavalaria estão muito bem montadas, os cavalos gordos e lindos; minha Divisão, de 1.400 praças boas, está ansiosa por brigar. Tenho a esperança de que alguma coisa farei, se não morrer na primeira carga. Eu aqui digo aos meus companheiros que não temos inimigo para brigar com êste Exército”. E os fatos confirmaram

tôda essa confiança, não só nos reencontros do Arroio Hondo, do Passo Real do Tebiuari, na tomada da Vila del Pilar, no combate da ponte de Surubi-i, como nas brilhantes ações da Cavalaria em Avaí e Lomas Valentinas, onde a arma das decisões rápidas foi inexcedível. Em contrapartida, no mesmo ano e mês de junho de 1867, o Major JOSÉ TOMAZ GONÇALVES, comandante interino do famoso Corpo Expedicionário de Mato Grosso, ao dar por finda a heróica retirada da Laguna proclamava — *Soldados! A retirada que acabastes de efetuar, fêz-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias as mais difíceis. Sem cavalaria, contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pela cólera que vos roubou, em dois anos, o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos êsses males, todos êstes desastres, vós os suportaste, numa inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas e através de imensas inundações em tal desorganização da natureza, que parecia contra vós conspirar. Soldados! Honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!"*

No decorrer da Primeira Grande Guerra, quando se esperavam grandes entreveros das duas cavalarias adversárias, prognosticou-se, ao contrário, o desaparecimento da nobre Arma, vencida pela intransponibilidade das trajetórias razantes das armas automáticas, que tão frenética aparição fizeram no campo de batalha. Entretanto, as manobras de cobertura dos Corpos de Cavalaria SORDET, deslocando seus grossos em cinco dias à distância de 160 quilômetros, em agosto de 1914, o que permite imaginar quanto terão feito os destacamentos de descoberta e de segurança, detém a Brigada 14^a de LUDENDORF, vanguarda do Corpo de VON DER MARWITZ, diminuindo o ímpeto da ação da famosa ala direita móvel do Plano de VON MOLTKE e, por fim, vem caber a um Esquadrão do 5º Regimento de Caçadores a Cavalo a glória de capturar certo prisioneiro particularmente documentado, que revelou tôda a secreta concentração alemã na Bélgica. Na inesquecível Batalha do Marne, houve oportunidade do emprêgo da 5^a DC, do General CORNULIER-LUCINIÈRE sobre as comunicações do adversário, mediante a lacônica ordem : “*quaisquer que sejam as fadigas dos cavalos e as dificuldades a vencer, atingir, custe o que custar, a região de Ferté-Milon, e dai fazer ouvir o troar do canhão, por forma a provocar, no inimigo, a aceleração de seus movimentos de retirada*”. A região de Ferté-Milon ficava a 30 quilômetros das posições de reunião da DC, e para atingi-la era preciso transpor o Rio OURO e atravessar a Floresta de Villers-Cotterets, e sua ação foi comentada nas memórias do próprio VON KLUCK com os seguintes comentários : “*A presença da Cavalaria francesa na floresta de Villers-Cotterets impediu o transporte dos reabastecimentos e munições para Ferté-Milon e para Neuilly-Saint-Front*”, e, “*ao crepúsculo, ardorosos destacamentos de cavaleiros franceses haviam atacado um parque de aviação ao SUL de Ferté-Milon. E, como nesse justo momento, chegav-*

sem ao campo de aviação, os autos do comandante-chefe, todo o Estado-Maior teve de se armar de fuzis, para se defender". A guerra de trincheiras apeou as Cavalarias, deu-lhes numerosas armas automáticas e as enterrou nas trincheiras das frentes estabilizadas, afirmado a falsa acertiva de que a potência de fogo havia suplantado o movimento da Cavalaria.

Em pleno 1918, o Esq. DAVOUD, a despeito da razância das metralhadoras e fuzis, carrega sobre uma posição inimiga e desloca um Pôsto Avançado de Companhia, com um mínimo de perdas.

Mas, certamente terá sido nos Teatros de Operações longínquos dos Bálcãs e da Palestina que vamos encontrar os épicos feitos do General de Cavalaria JOUINOT-GAMBETTA, na segunda quinzena de setembro, com uma brigada ligeira, composta de um regimento de spahis marroquinos, dois regimentos de caçadores da África e duas seções de A.C. A.M., que, da fronteira greco — servia, foi lançada, de início, num aproveitamento de êxito e perseguição até à região de USKUB, e em seguida, numa incursão profunda de cerca de 300 quilômetros, até às margens do Danúbio, ou as extraordinárias operações do General ALLEMBY, na Palestina coincidentemente, na mesma época, lançando um Corpo de Cavalaria, sob o comando do General CHAUVEL, em aproveitamento do êxito da ruptura de TULLKERAM que, por fim, resultou na destruição dos VII e VIII Exércitos turcos e conquista total da Síria.

Comentando as ações do fim da Primeira Grande Guerra, um historiador faz as seguintes observações :

— Se, em março de 1918, os alemães ainda tivessem divisões de cavalaria capazes de, aproveitando a ocasião, cair sobre Montdidier, Clermont-sur-Oise e Amiens, pela brecha formidável que se abrira nos nossos exércitos, Paris estaria perdida e a guerra teria acabado, para nós.

— Se, em setembro e outubro de 1918, os exércitos aliados não dispusessem de Cavalaria no Oriente, para explorar o sucesso, onde estaria a nossa vitória?...

Mas, não obstante tudo isso, os detratores da Cavalaria ganhavam terreno. Apoiados no extraordinário progresso da indústria automobilística que vinha realizando protótipos capazes de transportar possantes elementos de fogo, através quaisquer terrenos e a velocidades bem maiores que a normalmente fornecida pelo cavalo, e nos sofismas de que contra inimigo que se deslocasse a 50 quilômetros, que transportasse o volume de fogo das unidades do início da Segunda Grande Guerra e que utilizasse os recursos modernos das Comunicações, não era possível esperar qualquer coisa de útil, dos 12 quilômetros da velocidade do Cavalo, dos 150 quilogramas de sua capacidade de transporte e da precariedade dos recados dados pelo cavaleiro altamente vulnerável e lenta-

mente transportado pelo cavalo. E baniram a Cavalaria dos campos de batalha, entregando aos Blindados o magnífico acérvo do "Espírito de Arma da Cavalaria.

Desencadeada a Segunda Grande Guerra, num esforço titânico de nação mais fraca contra o invasor mais forte, a Cavalaria polonesa, alta e orgulhosa do "pannache" de nobreza histórica, se contrapõe aos blindados de HITLER; mas, contra ela e aliados ao invasor, estavam os "fatores atmosféricos" que, deixando de mandar dos céus as chuvas de verão para tornar intransitáveis os terrenos fora das estradas, consentiu àqueles o privilégio de se movimentar em qualquer direção, desbordando patrulhas e envolvendo destacamentos de cobertura, atacando flancos e retaguardas. Mas, no dia 10 de setembro de 1939 era preciso deter as colunas que marchavam sobre Varsóvia e, então, foi vista uma Brigada hipomóvel assomar das orlas N. da Floresta de Zambrow, galopar uma milha, em terreno pedregoso e investir, de surpresa, brandindo os afiados sabres tradicionais, sobre uma coluna motorizada que se deslocava na estrada, sem suspeitar, se quer, da sua presença no bosque próximo, levando-lhe o pânico e a desordem. E a gloriosa Brigada SUWALSKI, reunindo-se, ainda ao som tradicional de seus clarins, após o entrevero, sentiu falta apenas de três cavaleiros, que jaziam entre a centena de adversários abatidos, enquanto que várias centenas de prisioneiros eram levados por diante. Entremeltes outro destacamento, forte em Engenharia da DC, conseguia destruir a ponte sobre o rio Narew, perto de Zawadov, bem como o trecho de estrada de ferro entre Regoweg e Chwalewo. Foi, sem dúvida, um exemplo de culto ao "espírito de cavaleriano", consubstanciado numa ação audaz e estóica, fruto de uma decisão que contrariava, por bem dizer, a própria doutrina então em voga em todos os exércitos do mundo, mas que outra não podia ser, em preservação da honra nacional da pátria invadida.

Três anos mais tarde, dá-se o fenômeno inverso. Os blindados de HITLER, os mesmos que haviam subjugado a Polônia e a França, são detidos pelo trinômio, lama, frio e ... cavalaria hipomóvel cossaca, nas estepes russas e recebem contra-ataques em que são fixados por carros, enquanto que a cavalaria cossaca age ativamente nos flancos e retaguardas, cortando linhas de comunicações e correntes de reabastecimentos. Em outras ocasiões, foram vistos elementos de carros em ataque, seguidos cada um de troços de cavaleiros a galope, para ações profundas nas retaguardas alemãs, havendo notícias seguras de que a cavalaria do General SOCOLOV teria vivido 135 dias no interior das linhas germânicas.

O General George S. PATTON Jr., o moderno paladino da guerra de movimento, comentando os sucessos (e alguns insucessos) da Campanha da Tunísia emitiu conceitos como o que se segue: "*É opinião unânime, não sómente minha, mas de muitos oficiais-generais provenientes da infantaria e da artilharia que, se dispuséssemos na Tunísia e na Sicília, de uma Divisão de Cavalaria Americana com a sua artilharia de dorso, não teria escapado um único alemão...*"

Em verdade, o número de 10 de agosto de 1943 dos jornais da "Associated Press" noticiou, com a concisão nua da verdade, a informação de que : "As fôrças americanas combatendo face a Randazzo, a noroeste do Monte Etna, esmagaram o centro da frente germânica, utilizando as táticas da guerra de montanha, com transportes em dorso de mulas".

O inclito Marechal MASCARENHAS DE MORAIS, comandante da Fôrça Expedicionária Brasileira, na Itália, no seu Boletim Interno n. 127, de 7 de maio de 1945, elogiando a ação de uma Companhia Alpina de transporte sobre dorso, baixou longa citação de que os primeiros parágrafos são : — "Os soldados alpinos italianos têm colaborado brilhantemente com a FEB. Partilham da sorte da nossa gente, sofrem conosco as reações do inimigo, derramando, com os nossos combatentes, o sangue generoso, e oferecem a vida, como nós, pela extirpação da prepotência no Velho Continente. Conduzindo, na montanha, o alimento para os nossos homens e a munição que mata e fere o inimigo, êstes bravos italianos se têm impôsto pela dedicação e desprendimento . . ."; e os oficiais de cavalaria que participaram daquela fôrça expedicionária hão de se lembrar das caminhadas que fizeram nos últimos dias de janeiro de 45, para assistirem às malacabadas evoluções de um improvisado esquadrão de cavalaria hipomóvel pertencente à gloriosa 10^a de Montanha (americana), a nossa inesquecível companheira dos sucessos de Monte Castello.

Em abril de 1945, na famosa rendição das fôrças do General alemão FRETTER-PICO, em Fornovo-sur-Taro, entre as tropas da 148 Panzer-granadier Division (Divisão de Infantaria Blindada) e remanescentes da 90^a D.I. Motorizada e Divisão Itália, foram arrolados cerca de 4.200 cavalos e mulas, em meio de umas duas mil viaturas automóveis e auto-rebocadas.

Teóricamente o cavalo havia sido proscrito dos campos de batalha da Segunda Grande Guerra, mas, na prática . . .

Mr. GARTHOFF, em seu livro "Doutrina Militar Soviética", estatui :

"Atualmente a Cavalaria deve ser considerada como um suplemento das fôrças motorizadas e blindadas e, nunca, como um fraco substituto delas. Sob condições de terreno, atmosféricas e logísticas em que as fôrças blindadas teriam sérias dificuldades a vencer, a Cavalaria poderá ser empregada com garantido sucesso. Nas estações chuvosas, quando a lama impuser grandes restrições ao uso dos blindados, a tropa hipomóvel encontrará felizes oportunidades de emprêgo".

Nos Estados Unidos, a revista "ARMOR — The Magazine of Mobile Warfare" e continuação do "The Cavalry Journal" vem publicando artigos encarecendo a opinião pública e a atenção profissional para o valor da contribuição do transporte hipomóvel, senão mesmo, da falta que êste vem se fazendo sentir nos longínquos e estranhos Teatros de Operações da Coréia e do Sudeste Asiático admitindo o articulista que, no

primeiro dos TO, a Cavalaria teria sobressaído no escabroso terreno coreano proporcionando às forças das Nações Unidas elementos esmagadores dotados de alta mobilidade, e que, um simples esquadrão de cavalaria, cedido por uma das potências aliadas que ali cooperaram, teria produzido resultados profundamente diferentes nos eventos da Coréia, desde que tivesse sido convenientemente empregado e dotado das modernas armas sem recuo de alta potência e armas automáticas de alto rendimento.

São oportunas as palavras do General WAINWRIGHT, o sucessor de MAC ARTHUR, quando recomendava: “*Muito me bati para que fôsse conservada a única e última Divisão de Cavalaria Hipomóvel..., a qual, dessa forma poderia operar sob qualquer condição de tempo, terreno, clima e local. Deixem-nos remontar a Primeira Divisão de Cavalaria e repatriá-la aos EUA, para que sirva de núcleo de instrução e de expansão, se necessário, ou para ação imediata, em qualquer emergência*”.

Nos atualíssimos campos de batalha do Sudeste Asiático, a mobilidade tática tem sido obtida quase que exclusivamente por meio do helicóptero, meio altamente dispendioso, indiscreto e de pequeno rendimento que, certamente, tem grandes missões a cumprir na guerra moderna, sobretudo no tocante à observação, mas que jamais substituirá a meticulosidade dos elementos móveis de terra, particularmente a Cavalaria.

Um simples esquadrão de Cavalaria conduzindo, além de seus cavaleiros armados de tuzil e armas automáticas, as modernas armas sem recuo, transportadas no dorso de animais, pode levar seus meios de fogo a posições próximas dos redutos inimigos e apeá-los com rapidez e desencadear violentas ações de fogo de surpresa, mercê da disciplina com que pode aproximar seus meios, suplantando de muito a mobilidade tática dos elementos motorizados que, de longe, são revelados pelo ruído dos motores e que terão de realizar longas etapas de aproximação, carregando a braços o pesado material de que disponha, posto que os caminhões não poderão ultrapassar, sem grave prejuízo para sua segurança, a “última linha de cristas” face ao inimigo.

Os blindados atiram em marcha e agem psicológicamente aumentando o ruido ensurdecedor dos motores com o silvo angustiante das sirenes, para quebrar o moral e produzir o pânico no inimigo, mas é irremediablemente detido pelas dobras violentas do terreno, pelos cortes profundos, pelos terrenos empedrados e entocados e pela lama.

O moderno conceito de guerra atômica pede dispersão para viver e rápida concentração de meios para combater. Levando em conta ser muito mais fácil escamotear no terreno um regimento de cavalaria hipo, com seu milhar de cavalos, do que um batalhão de infantaria, com seus 60 caminhões e reboques e que o deslocamento dêste há de ser muitíssimo mais ruidoso do que o daquele, ousaremos perguntar, não estará aí a oportunidade para a revivescência da Cavalaria hipo? E, se alguém

argumentar que os futuros combates terão lugar em áreas radio-ativadas, que os homens combaterão usando máscaras e uniformes especiais para evitar a contaminação, meios ainda não idealizados para os animais, voltaremos a perguntar se não teremos o desprazer, em nome da discrição e da surpresa, de utilizar o meio de aproximação até o limite de sua resistência, para, bem próximo dos objetivos, prosseguir a pé, a marcha da vitória, rendendo ao sacrificado cavalo, a homenagem do reconhecimento daquele elogio que lhe fez algum dia, BUFFON: "Le cheval meurt pour obéir..."



Na longa e trágica história da guerra, o mais importante elemento dos exércitos tem sido sempre o homem. Mesmo hoje, face à ampla mecanização e às quase incríveis armas de destruição, esse antigo princípio ainda continua de pé.

Gen J. Lawton Colins.

RELAÇÕES PÚBLICAS NO EXÉRCITO

Cel Inf FRANCISCO RUAS SANTOS
Oficial de Estado-Maior.

ANTECEDENTES

Se tomarmos, entre as inúmeras definições de Relações Públicas, aquela segundo a qual estas são "uma filosofia da emprêsa" (em nosso caso o Exército) que coloca, em primeiro lugar, os interesses do Públíco (a Nação ou o Povo, no caso de uma fôrça armada), veremos que o Exército Brasileiro há muito já tem Relações Públicas.

Porém, tal conceito é muito geral em relações a tôdas as funções dêsse conjunto de atividades relativamente novas, constituído pelas Relações Públicas.

Parece que a primeira orientação das instituições armadas, segundo os conceitos mais precisos e modernos de Relações Públicas, surgiu quando aquelas se deram conta de que o Povo numa Democracia tem que ser informado sobre o que são, o que fazem e o que gastam suas Fôrças Armadas.

Como quer que seja, o fundamento principal das Relações Públicas num Exército democrático, tal qual o nosso, deve ser o respeito à opinião pública, na medida em que ela expressar as mais legítimas aspirações nacionais.

ATIVIDADES DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Quando se fala em opinião pública, já se admite, implicitamente, uma certa dose de técnica em qualquer atividade que para ela esteja voltada. Por conseguinte, as Relações Públicas atuais de uma fôrça armada, como as de uma emprêsa, têm que ser atividades que requerem especialização técnica.

Visto o problema de um ponto de vista menos alto, chegamos à conclusão de que muitas atividades de Relações Públicas sempre foram praticadas pelos membros do nosso Exército, desde longo tempo atrás. Num pequeno artigo como êste, seria impossível mesmo enumerar tudo o que, de modo costumeiro, intuitivo ou empírico, vinha sendo feito em nossa corporação, no setor das Relações Públicas. Lembramos apenas a organização de desfiles, demonstrações, palestras, visitas a quartéis e reportagens, quando voltadas para o público não militar.

ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Foi o incremento dessas atividades e a necessidade em discipliná-las que devem ter levado à inclusão do encargo de Relações Públicas entre as atribuições do S-2, previstas pelo R-1 (RISG) em vigor (data de 1957), e as de outros oficiais do Estado-Maior de GU e estabelecimentos.

Mas o passo mais importante para o progresso das Relações Públicas no Exército foi dado em agosto de 1962 com a aprovação do **Guia de Relações Públicas do Exército (GREPE)**. Julgamos que esse guia contém o essencial para o bom funcionamento do Serviço de Relações Públicas do Exército (SERPE). Apesar disso, por ausência talvez de ambiente, o Serviço não se estruturou simultaneamente com a entrada em vigor do GREPE. E longe ainda está de ter atingido o desenvolvimento requerido pelas exigências de Relações Públicas de um Exército democrático.

Felizmente, necessidades novas surgidas com o movimento revolucionário de 31 de março requereram da administração militar medidas diversas para dar vivência plena ao SERPE.

A primeira delas, em ordem de importância, está consubstanciada na organização da **Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército**, pela Portaria Ministerial n. 1.141, de 4 Jun 64, a fim de realizar as tarefas previstas no GREPE para a **Chefia do Serviço de Relações Públicas**. Ao surgir, a Comissão Diretora absorveu, por isso, entre outras atribuições, a de auscultar a opinião pública e esclarecer o Públíco em nome do Ministro da Guerra, atribuições essas até então, a cargo da 1^a Divisão (Relações Públicas) do Gabinete do Ministro. Neste ponto é preciso lembrar que, sendo o Gabinete do Ministro uma organização militar, deve ter, tal qual qualquer O.M., seu órgão de Relações Públicas, no caso a 1^a Divisão. O que ocorreu, então, foi uma separação de funções aliás já prevista pelo GREPE. Esses esclarecimentos são de interesse, principalmente porque a Comissão Diretora ainda não dispõe de autonomia administrativa e vem funcionando provisoriamente no mesmo local da 1^a Divisão do Gabinete do Ministro.

A Comissão Diretora, integrada por oficiais do Gabinete do Ministro e por civis (jornalistas, radialistas, etc.), está em fase de organização, mas já cumpriu a tarefa mais urgente, qual seja a de propor a primeira **Política de Relações Públicas do Exército**, ora em vigor.

A segunda medida de organização tomada, ainda em ordem de importância, foi a determinação ministerial visando a implantação de uma rede de Relações Públicas e Opinião Pública em todo o Exército, através da ampliação e ativação dos órgãos já existentes.

Em consequência, civis e oficiais da reserva já estão prestando serviços de Relações Públicas em nossas organizações militares. A idéia mestra desse aproveitamento é a de facilitar a integração buscada de Exército e Povo.

Aquêles que vivem a criticar o desempenho de funções, que julgam privativas de civis, por parte de militares, deviam agora verificar que o Exército amplia a participação de civis em suas atividades, confirmando, uma vez mais, que, além de não ser absorvente, não é uma casta exclusivista e fechada.

O FUTURO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Qual, então, o futuro do Serviço de Relações Públicas do Exército, considerado o Serviço, tal qual deve ser, um conjunto de atividades técnicas especializadas?

Apesar de nos encontrarmos longe ainda do que estimamos seja uma situação razoável, podemos, sem otimismo exagerado, prenunciar progresso apreciável e satisfatório nos próximos anos. Mesmo que não se crie um curso especializado em Relações Públicas. Podemos afirmar isso não só porque já existem oficiais diplomados em Relações Públicas em cursos civis, mas, principalmente, porque muitos dos conhecimentos básicos a um bom oficial de Relações Públicas são ministradas em currículos já existentes no Exército. É bem o caso da Psicologia. E, se um oficial de Relações Públicas deve ser um bom instrutor, não faltam em nosso Exército os manuais, a prática e os assuntos que habilitam qualquer um a realizar uma boa palestra ou conferência. Citam-se, entre outros assuntos, a Geopolítica, a História e a Geografia.

O MILITAR, AGENTE DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Para finalizar, e também alertar os companheiros que ainda não conheçam os elementos essenciais de Relações Públicas, devemos dizer que os membros de qualquer força armada, muito em particular numa Democracia, são instrumentos, conscientes ou não, de Relações Públicas e sua corporação.

Só por isto, nenhum oficial ou praça pode desprezar ou ignorar os rudimentos do assunto.

Caso contrário, o militar poderá estar desservindo, em lugar de servir.

A dureza do mando deve compaginar com a afabilidade o trato.

Cel J. De La Torre Galan.

INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES
MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

À VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : CR\$ 150,00

PROBLEMAS DO EXÉRCITO

(ALGUMAS REFLEXÕES)

Ten-Cel Art WALTER DOS SANTOS MEYER

Oficial de Estado-Maior.

1. Qualquer organização, qualquer que seja a fase de sua existência, desde o nascimento até a morte, tem sempre problemas a enfrentar e resolver, de maior ou menor importância. Porém, quando essa organização deve perdurar perenemente, como acontece a uma instituição do Estado — no caso o Exército — parte das Fôrças Armadas, os problemas são cotidianos e alguns de somenos importância, enquanto outros de importância capital.

Como tôda instituição político-social e ainda mais governamental, sofre o Exército a contínua influência das mutações do meio social e político, não só interno como externo, e apesar de tôda a tendência conservadora das instituições oficiais seculares, faz-se mister verificar a necessidade de adaptação às novas idéias e condições do mundo político e social, hoje tão instável e mutável, às vêzes demasiadamente céleres.

Já não falemos da evolução imposta pelo fabuloso e tremendo impacto da ciência e da técnica na arte militar. Talvez em nenhuma outra época anterior hajam as novas armas e as novas descobertas científicas acarretado tão estonteantes alterações na organização militar, desde os mais baixos escalões — para já não nos referirmos ao equipamento individual do soldado isolado — até mesmo a todo o conjunto dos diferentes exércitos hodiernos.

Não pretendemos, neste suelto, dedicar nossa atenção principal ao problema da reorganização do Exército, assunto a que o Estado-Maior já vem há muito considerando e que, em breve, esperamos ver concretizado, colocando-nos mais próximo da realidade dêste segundo meio século XX. No entanto, não queremos passar sem dizer que é anseio de todos verem nossas unidades de tôdas as armas e serviços organizadas semelhantemente às dos exércitos mais adiantados, terminando-se de uma vez e definitivamente uma organização já ultrapassada para não dizer arcaica, que luta frontalmente com a doutrina vigente e ensinada nas nossas escolas de todos os níveis. Ansiamos todos por uma organização atualizada para a Infantaria, à base de grupamentos cujos efetivos sejam completos e não a continuação de obsoletos regimentos de incompletos efetivos e que na realidade não passam de dois batalhões. Todos sabemos que não serão necessários

passes de mágica para essa transformação e que as despesas não serão astronómicas. Igualmente para a Artilharia, toda organizada em unidades táticas da arma — Grupos — e não desde o tempo de paz em regimentos, verdadeiros agrupamentos extemporâneos e injustificáveis. E assim para as demais Armas e Serviços. E não se deverá ter receio de extinguir unidades obsoletas e que não mais se justificam nos dias que correm.

Só então se poderá buscar nessas Armas e Serviços e em suas unidades uma eficiência condizente com o atual estágio da arte da guerra.

Fator importante nessa reorganização será o reconhecimento de que terminou a fase de pioneirismo das fábricas militares. A etapa a que chegaram as indústrias nacionais já é de tal modo elevada que parece se torna mais eficiente e mais racional basear a produção das necessidades do Exército em encomendas à indústria civil do que continuar numa produção em fábricas próprias onde, entre muitos, um dos percalços fundamentais é a renovação da mão-de-obra especializada, a par de ser essa mão-de-obra empregada pública.

O material e instalações das fábricas militares poderá ser utilizado para equipamento de arsenais nas áreas dos quatro exércitos atualmente existentes e para instalações de planejamento e construção de protótipos. Sem dúvida deverão ser mantidas aquelas tão especializadas que ainda não entraram nas cogitações da indústria particular e as que, por sua natureza, sejam econômicamente desinteressantes.

Um dos pontos fundamentais, numa reorganização do Exército, a nosso ver, seria a busca de uma solução para o paradoxo que atualmente se nos defronta. Desde a guerra de 39-45 que nos voltamos para a doutrina militar americana. Para os Estados Unidos têm seguido grande número de oficiais para se aperfeiçoarem em suas escolas. Nossas escolas a ensinam quase que integralmente, chegando mesmo ao ponto de se ministrar o emprêgo de unidades que na realidade não possuímos. Entretanto, a doutrina militar americana, dentro do espírito prático de que são dotados os americanos do norte, foi feita para funcionar igualmente em tempo de paz como em tempo de guerra e aqui só a estudamos para o caso de tempo de guerra ou, no máximo, quando se realizam manobras. Só o uso cotidiano dará a segurança de emprêgo e o seu pleno conhecimento.

Sem dúvida a atual dispersão de nossas unidades por todos os rincões do Brasil atende à Segurança contra o emprêgo de armas atómicas e vem facilitar a reorganização das unidades. Far-se-ão necessárias, talvez, novas instalações. Sabemos, pela prática, que qualquer cidade de qualquer estado do país sentir-se-á orgulhosa e feliz em ter uma unidade do Exército nela localizada e que, consequentemente, dará as maiores facilidades para sua instalação.

Instalações importantes e que nos faltam mesmo para os dias de hoje são os campos de instrução. Conforme demonstramos há tem-

pos em artigo intitulado "Campos de Instrução — Uma necessidade vital para os Exércitos" publicado na Revista Militar Brasileira de 1962, o Exército se acha quase que totalmente desprovido de campos de instrução. Faz-se mister desde já separar áreas condignas para tal, mesmo porque mais cedo ou mais tarde também ingressaremos na era espacial e teremos necessidade de campos de lançamento e de queda de mísseis e foguetes transcontinentais. Pelo menos, à nosso ver, cada um dos quatro exércitos atuais necessita possuir um campo de instrução onde possa reunir e manobrar no mínimo um Corpo-de-Exército a quatro divisões juntamente com as unidades de serviço indispensáveis a seu apoio. Na área do I Exército ele ainda pode ser conseguido talvez em Minas Gerais; na do II Exército em Mato Grosso e na do IV Exército na Bahia, Piauí ou Maranhão. Para o III Exército parece-nos que mesmo no Paraná será difícil essa obtenção.

2. Um outro problema que nos vem à reflexão é o do uniforme de nossos soldados. Precisamos encontrar algo que elimine essa tão malfadada gola permanentemente aberta. E melhorar sua confecção. E até mesmo a qualidade da fazenda. Particularmente a confecção está deixando muito a desejar. Bolsos de tamanhos diferentes, um lado maior que o outro, cintura demasiado baixa ou alta (parece que de propósito só não fica na posição correta!), falta de arremate e outros pequenos senões. Queremos crer que uma das principais razões do rápido desgaste seja a falta de lavanderias nas unidades ou nas guarnições. As lavagens particulares devem ser feitas com excesso de dissolventes que não só dissolvem a sujeira como também a côr e a própria fazenda. E retirar o cinto de couro. Por que os pára-quedistas se apresentam sempre tão bem fardados? Deixo a pergunta no ar.

3. Um terceiro problema é a ORDEM UNIDA. Quem, servindo no Quartel-General, se defronta com a guarda deslocando-se para render as sentinelas, fica chocado com o passo (?) de marcha. É um patear sem fim no mesmo lugar, sem cadênciâ, sem harmonia, parecendo os soldados muito mais uns bonecos de engonços que realmente soldados rendendo uma guarda no Quartel-General do Exército. Por que isso? Para que mudar nossos tradicionais movimentos de ordem unida, simples, sem dúvida, porém nossos, consentâneos com nossa índole, semelhantes ao andar natural com um pouco mais de marcialidade surgida de uma batida no chão um pouco mais forte e um ritmo mais apurado? Urge retornar ao normal. Faz-se premente uma ordem nesse sentido proibindo introduções estranhas aos regulamentos e à tradição brasileira. E tradição nesses assuntos é de fundamental importância!

4. Já que falamos em regulamento, reflexionemos um pouco sobre êles. Os americanos publicam regulamentos aos montes e, além dêles, as conhecidas "changes", isto é, alterações, que saem à medida das necessidades. Sem dúvida não podemos no nosso Exército tentar acompanhar as publicações americanas. Dêsse modo, parece-nos que nossos regulamentos deveriam ter um prazo mínimo de validade, digamos, por exemplo, cinco anos. Dentro dêsse prazo nenhuma modifi-

cação poderia ser feita no regulamento, qualquer que fôsse o órgão considerado, desde a Escola de Estado-Maior até o último grupo de combate da fronteira amazônica. Isso permitiria que se evitasse o problema com que constantemente nos defrontamos nas unidades, onde a cada nova turma vinda das escolas de formação ou de especialização e aperfeiçoamento surgem novos métodos de regulação, novas alterações na redação de ordem, etc. A coisa chega a tal ponto que as notas de aula de uma escola têm mais alterações que realmente o número de páginas originais! Permitiria ainda enorme economia no preparo de notas de aula, pois elas já estariam nos próprios regulamentos. Contou-nos um dos oficiais brasileiros que recentemente retornou do curso na Escola de Estado-Maior do Exército da Alemanha Ocidental que não recebeu uma só nota de aula, mas sim todos os regulamentos necessários sobre todos os assuntos do curso.

Caberia às escolas e unidades e mesmo aos militares individualmente propor as alterações que julgassem indispensáveis, encaminhando-as pelos canais normais até o Estado-Maior do Exército, que as reuniria para aprovação ou rejeição. Caso aprovadas, seriam incluídas na futura edição do regulamento. Talvez cinco anos seja pouco. Quem sabe oito a dez anos seriam melhores?

É evidente que isso não impediria que nas escolas, sob forma de palestras ou conferências, fôsse dado conhecimento de novidades surgidas mormente quando se recebe tantos regulamentos americanos e se lêem tantas revistas de assuntos militares. Mas isso não deverá ter forma de adoção nem poderá ser usado nos trabalhos escolares e na vida diária das unidades. Só e únicamente o que estiver nos regulamentos.

5. Nesta época de papel tão caro (com a instrução 270 praticamente dobrou de preço) boa economia poderá ser feita pelo Exército se reduzir as dimensões do papel tipo ofício. Na maioria das vezes se o utiliza para simples encaminhamentos ou informações de poucas linhas, ficando sem utilidade quase metade, senão mais, da fôlha. A adoção do tamanho das fôlhas de alterações traria economia vultosa e, ademais, permitiria uma encadernação e guarda também mais econômicas. E mesmo os boletins internos poderiam ser com idênticas dimensões.

E finalmente, não uma reflexão mas uma sugestão. Existem no Rio de Janeiro duas unidades de guarda: os Dragões da Independência e o Batalhão de Guardas. Por que não se lhes dá a missão de guarda ao Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial? Permanentemente, quando couber ao Exército essa honra. E deverão fazê-lo envergando seus uniformes de gala, vistosos, tradicionais, bonitos. Seria mais um motivo de atração de visitantes ao Monumento, mais um motivo de atração ao Rio e mais um motivo de atração para o Exército. E sempre deverá existir junto com o pessoal quem possa dar informações sobre o histórico dos uniformes e das unidades, como já há quem possa dar sobre o próprio monumento.

A CAMPANHA DO CONTESTADO E AS OPERAÇÕES ANTIGUERRILHAS DOS BÁLCÃS

(Contrastes e Confrontos)

Cel Art NEWTON C. DE ANDRADE MELLO
Oficial de Estado-Maior

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

O presente estudo foi feito em 1962, quando me foi pedida uma colaboração para uma de nossas revistas militares. Por motivo de força maior, aquela revista suspendeu sua edição durante algum tempo. Tentei reaver meus originais, por não dispor de cópias dos croquis que os acompanhavam, mas não o consegui.

Parece-me que, pela natureza do assunto, escassamente conhecido nos meios militares e civis, o texto deve ser divulgado. Daí ter recorrido a "A DEFESA NACIONAL" para sua publicação mesmo sem os croquis elucidativos, que de momento não posso reproduzir, por falta dos documentos necessários. Resta pedir ao leitor interessado que recorra a mapas ou cartas atuais do PARANÁ, de S. CATARINA e da GRÉCIA, os quais permitirão melhor compreensão do texto e das operações.

1 — NOTA INTRODUTÓRIA

Não é nossa intenção, neste trabalho, aprofundar o estudo da Campanha do Contestado, seja no aspecto militar, seja no psico-social. Nem nos deteremos na classificação doutrinária militar do movimento irrompido na área contestada pelos Estados de S. CATARINA e PARANÁ, contestação cujas raízes são encontradas nos tempos coloniais.

Pretendemos, isto sim, focalizar semelhanças e dessemelhanças entre dois episódios distantes de três décadas e ocorridos em condições heterogêneas de cultura, tempo e espaço.

2 — PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES AO CONTESTADO

Com a finalidade de pôr cônico à desordem reinante nos sertões, os Governos de S. CATARINA, do PARANÁ e da UNIÃO para lá enviaram expedições militares sucessivas, de organização e efetivos va-

riáveis. A primeira de vulto, de iniciativa do Governo paranaense, foi comandada por oficial do Exército então no comando do Regimento de Segurança do PARANÁ, no posto de Coronel, o qual morreu bravamente nos campos de PALMAS, num entrevéro com o próprio chefe dos fanáticos (1), o "monge" José Maria. O combate ocorreu em 22 de outubro de 1912. As expedições seguintes foram de responsabilidade do Governo Federal, eis que, alastrando-se o movimento, os Governos estaduais interessados apelaram para o Presidente da República.

Organizaram-se, destarte, seis expedições, constituídas de Unidades da antiga 11ª Região Militar (que tinha jurisdição militar sobre os dois Estados), com reforços eventuais de outras Regiões. A última, sob o comando de um General, veterano de Canudos e nomeado para a 2ª Brigada Estratégica com o fim especial de dirigir as operações no Contestado, conseguiu penetrar no reduto de S. Antônio, após intensa luta. Foi, todavia, uma vitória de Pirro. Como de hábito, os jagunços não se aferraram. Resistiram como puderam, e defluíram quando oportunamente, para novo reduto, através da mata tão conhecida dêles. No dia seguinte, quando a tropa se preparava para deslocar-se, foi surpreendida com violento fogo proveniente de todos os lados e até das copas das árvores. As baixas então computadas excederam as registradas nas jornadas anteriores. Sem recursos para a perseguição no terreno inhóspito, e contra adversário traiçoeiro, o comandante da expedição houve por bem retrair para as proximidades de União da Vitória. Dias depois, dava por finda a missão e dissolia as colunas de operações. Era 30 de maio de 1914. Ficou no Contestado apenas um batalhão, do valor de 200 homens, sob o comando do Capitão Matos Costa, que instalou o PC naquela cidade.

Seria o caso de pensar, à luz dos fatos descritos, que o movimento declinara. Longe disto. Aos sertanejos desatinados pelo misticismo viriam ajuntar-se aventureiros da pior espécie e bandoleiros famosos. Ao fim de algum tempo, os fatôres da desordem eram múltiplos, alguns de cunho político, outros ligados à secular questão de limites ou a reivindicações de terras. Em setembro, os fanáticos, de plano, intensificaram os atos vandálicos, atacando localidades e populações indefesas, saqueando, incendiando, roubando fazendas. Nessa oportunidade é que sucumbiu em combate o Capitão Matos Costa, trucidado pelos jagunços.

O Governo Federal resolveu, então, empregar maiores recursos para debelar o movimento. Nomeou inspetor (ou comandante) da 11ª Região Militar ao General Setembrino de Carvalho, fornecendo-lhe efetivos superiores a 6.000 homens, com a participação de Unidades do RIO GRANDE DO SUL, de S. PAULO, de MINAS GERAIS, do DISTRITO FEDERAL e do RIO DE JANEIRO.

(1) Usamos o termo "fanático" sem qualquer sentido discriminatório ou intencional. Era usado na época dos acontecimentos e o é hoje, nas referências a eles.

3 — A EXPEDIÇÃO SETEMBRINO

Os jagunços não possuíam organização militar nem instrução adequada. Eram multiforme o armamento, variando do facão de mato à espada curva ou reta, da espingarda "pica-pau" à Winchester, do revólver SW 38 ao Nagant. Nos redutos se desenvolvia a vida social, religiosa e, rudimentarmente, a militar. Colunas volantes promoviam os saques e espalhavam o terror nas localidades e propriedades rurais.

De tudo sabedor, o General Setembrino, que assumira o comando da Região em 12 de setembro de 1914, estabeleceu o seguinte plano:

- a — efetuar largo cércos dos fanáticos, começando pelos centros mais populosos;
- b — privá-los de quaisquer recursos provindos de fora da área de operações;
- c — estreitar o cércos paulatinamente;
- d — evitar submeter a tropa à ação desmoralizadora das emboscadas.

Para a execução dêle, organizou "linhas", em número de quatro:

- a — a "Linha Norte", sob o comando do Coronel Júlio César Gomes da Silva, compreendendo as regiões de Rio Negro, Canoinhas, Barreiro e Poço Preto e contando inicialmente com os 29º e 56º BC e 30º BI (do 10º RI);
- b — a "Linha Oeste", sob o comando do Coronel Eduardo Artur Sócrates, compreendendo as regiões de União da Vitória, Legru, S. João, Calmon, Rio Caçador, Herval e a ponte sobre o Rio Uruguai e contando inicialmente com os 51º e 57º BC e os 14º BI (do 5º RI) e 16º BI (do 6º RI);
- c — a "Linha Sul", compreendendo as regiões de Campos Novos, Passa Dois e Curitibanos e contando inicialmente com o 54º BC;
- d — a "Linha Leste", compreendendo as regiões de Papanduva e Itaiópolis e contando inicialmente com o Regimento de Segurança do PARANÁ.

De setembro a novembro se processou a concentração das Unidades, havendo duas delas feito percursos a pé de 180 quilômetros (o 58º BC, de Niterói) e 251 quilômetros (o 54º BC, de Florianópolis).

Após melhor informar-se sobre o terreno e o inimigo, o comandante da expedição rearticulou o dispositivo da seguinte forma:

- " a — "Linha Norte":

Cmt Coronel Onofre Ribeiro;

PC — Canoinhas;

Límite Norte — União da Vitória — Rio Negro;

Coluna Móvel constituída de:

12º e 16º BI;
56º BC;
1 Esq/14º RC (2 Pel);
1 Pel E/2º BE;
1 Sec Ambulância;
1 Pel Trem.

2 — “Linha Leste”:

Cmt — Coronel Júlio César;
PC — Rio Negro;
Limite Leste — Rio Negro — Papanduva;
Coluna Móvel constituída de (previsão):

10º RI;
Reg Seg do Paraná;
2 Sec/2ª Cia Mtr;
1 Pel/14º RC;
1 Sec/2º RAM;
1 Sec Ambulância;
1 Pel Trem.

c — “Linha Sul”:

Como a frente atribuída à “Linha Sul” fôsse extensa e pobre de vias de transporte e de meios de comunicação, não lhe foi dado comando unificado. Coube-lhe adotar o seguinte dispositivo:

58º BC — Freguezia do Sul (10 de outubro);
54º BC — Lajes (13 de outubro);
Dest Maj Paiva (constituído de contingentes dos 4º, 5º e 6º RC) — Campos Novos (27 de outubro).

d — “Linha Oeste”:

Cmt — Cel Eduardo Sócrates;
PC — União da Vitória;
Limite Oeste — ferrovia S. Paulo — Rio Grande.

Composição:

51º BC (mais contingentes do 8º RI) — desdobrado entre Marcelino Ramos e Rio das Antas;
1 Cia/14º BI — Rio Caçador;
Contingente do 5º RI — Calmon;
Contingente do 14º BI — Nova Galícia.

Confrontando-se tal dispositivo com o Esbôço n. 1, verifica-se:

— foram ocupados os centros demográficos e econômicos mais importantes;

- a ferrovia que cortava, embora excêntricamente, a área de operações do Norte para o Sul, estava sob controle militar;
- as regiões de Marcelino Ramos e Lajes, que davam acesso à área pelo Sul, encontravam-se ocupadas, sendo que a primeira por forças da 12ª Região Militar (RGS) postas à disposição do comandante da expedição;
- além da ocupação dos pontos-chave do território, seriam efetivadas operações ofensivas;
- configurava-se o cerco dos fanáticos em grandes linhas.

4 — A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO SETEMBRINO

A natureza do terreno condicionou, mais que outro fator, o ritmo das operações ofensivas. Vias de transporte precárias, vegetação florestal, aclives acentuadíssimos, inúmeros cursos d'água, cujo valor era agravado com as chuvas constantes — eis a síntese rápida do tabuleiro em que tiveram de atuar as forças do Exército no Contestado. Por outro lado, o adversário não oferecia frente contínua. Muito ao revés. Os redutos espalhavam-se numerosos pelo território, adensando-se principalmente no terço superior dele. De comêço, os ataques visavam determinados redutos, aquêles que mais perigo ofereciam à segurança das localidades importantes e das próprias forças militares. Após êles, a tropa volvia aos estacionamentos. Com o decorrer do tempo, já dotada a expedição de novos meios, suas ações vão adquirindo sentido global, o cerco vai estreitando, os contornos da área adversa vão se definindo com precisão.

Na segunda quinzena de janeiro, já batidos alguns dos mais expressivos redutos, o comandante da expedição baixou Ordem de Operações na qual determinou ações convergentes pelas quatro colunas, já então a do sul comandada pelo Coronel Estillac Leal. O inimigo, nessa época, praticamente se confinava ao território delimitado, grosso modo, por Rio Caçador, Areião, Salseiro e União do Timbó. As Unidades procedentes de outras Regiões já estavam incorporadas à expedição, incluindo-se o 9º RC e a 4ª Cia Mtr, do RIO GRANDE DO SUL, e excluindo-se o 43º BI, de S. PAULO, que chegaria em março.

Durante o mês de fevereiro, sucedem-se os ataques aos redutos, convergindo as colunas do Norte, do Leste e do Sul, enquanto a de Oeste garantia a via férrea e suas imediações. No fim daquele mês, a resistência armada centralizava-se nos redutos de Caçador e de S. Maria, cujas defesas naturais os valorizavam como pontos fortes. A Coluna do Sul investira-o por duas vezes, sem bom êxito, a segunda já em 2 de março. Vários dias desse mês foram consumidos no preparo do ataque final, durante os quais se levaram a efeito inúmeros reconhecimentos agressivos.

No fim de março, o escalão de ataque da Coluna Norte achava-se na região de Reichard, o da Coluna Leste na de Chico Melo, a fim de agir em estreita ligação com a Coluna Norte, e o da Coluna Sul, na base dos 51º, 57º e 58º BC e 14º BI, empenhado em ações sobre o reduto de S. Maria.

O escalão de ataque da Coluna Norte compunha-se de elementos de diferentes Unidades (12º, 16º e 43º BI e 56º BC) e de vaqueanos, totalizando aproximadamente 500 homens, sob o comando do Capitão Tertuliano Potiguara. Partiu ele de Reichard em 28 de março, e no mesmo dia tinha de fazer face a algumas resistências esporádicas. Não tendo sido estabelecido contato com os elementos da Coluna Leste, prosseguiu direto a Caçador e S. Maria, sempre pelejando. No dia 1 de abril, encontrava-se diante do primeiro daqueles redutos, que expugnou após várias horas de árdua luta, contra inimigo numéricamente superior, cujos mortos ascenderam a 109. Arrasava no mesmo dia o reduto Maria Rosa, onde os jagunços deixaram 58 cadáveres. Aí bivacou para facultar breve repouso à tropa, enterrar os mortos e instalar hospitais de sangue. No dia seguinte, liquidava o reduto do Aleixo, prosseguindo sobre Santa Maria na jornada de 3. Penetrar nêle não foi difícil. O "arraial sagrado do fanatismo" estava aparentemente abandonado. Ao cair da noite, irrompeu o tiroteio cerrado dos jagunços. A luta prosseguiu no dia 4, já escassa a munição e quase nenhum alimento. Os homens do Capitão Potiguara, sempre estimulados por sua bravura incomum, passaram da defesa ao ataque, dêste à perseguição. E puseram fim à Campanha do Contestado. Durante 8 dias percorreram em combate cerca de 100 quilômetros, perdendo 2 oficiais, 59 soldados e 106 solipedes e ocasionando ao inimigo aproximadamente 600 baixas fatais.

5 — A OPERAÇÃO "ÁGUILA REAL"

Nos meados de 1943, os alemães montaram uma operação em larga escala contra os guerrilheiros gregos, a cargo do XXII C Ex Mth, que dipunha da 1ª Div Mth e da Div Salônica. O efetivo inimigo era estimado entre 6.000 e 8.000 homens.

Estabelecendo o QG em Metsovan, XXII C Ex atribuiu à 1ª Div Mth a frente compreendida entre aquela cidade e Leskovic, passando por Yannina e Vasilikon. A Div Salônica era responsável pela frente compreendida entre Korca e Metsovan, incluídas nela Bilisht, Kastoria, Neápolis e Yrania. Entre Leskovic e Korca, estabeleceram-se pontos-fortes, com o fim de garantir a estrada de ligação das duas localidades e bloquear as possíveis saídas dos guerrilheiros. Estes, tão logo souberam do desembarque das forças alemãs na área, retrairam para as montanhas, sendo os seus passos acompanhados pelo reconhecimento aéreo.

No fim da primeira jornada, elementos da 1ª Div Mth encontravam forte resistência ao norte de Metsovan, enquanto a Div Salônica tinha de repelir uma tentativa de rutura na frente de Grevena. No segundo

dia, a luta pronunciou-se feroz, ainda, e prolongou-se até o dia seguinte, quando a 1^a Div Mth envolveu o bolsão guerrilheiro de Metsovan, verificando que grande parte dos defensores haviam escapado para noroeste. Na região de Pentalofon, 1.500 guerrilheiros foram comprimidos na operação de cerco que durou dois dias. A operação "Águia Real" custou aos guerrilheiros 567 mortos e 976 prisioneiros, além de um botim valioso. Mas, tão logo os alemães abandonaram a área, voltaram a reagrupar-se.

6 — CONTRASTES E CONFRONTOS

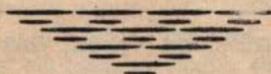
Nos dois episódios, a concepção da manobra foi idêntica. A execução, todavia, diferiu de todo em todo: lerda, aqui, fulminante, lá.

Num caso, forças regulares mal equipadas e impróprias ao teatro de operações atuando contra adversário desprovido de organização militar, mas atreito ao terreno, valente e obstinado; noutro, um exército bem aparelhado e adequado à natureza da área de operações, agindo contra a guerrilha organizada, instruída e combativa.

Aqui, não houve motivação psicológica para a luta, fratricida em essência; lá, batiam-se inimigos rancorosos, uns invadindo a pátria alheia, outros defendendo-a.

Num caso, um fenômeno social de raízes internas — a rebelião; noutro um fenômeno social irreversível — a guerra. No primeiro, os meios preventivos foram relegados, os suasórios repelidos, os represivos inadiáveis; no segundo, só a violência teve lugar.

Trata-se, para nós, de uma página da história nacional tarjada de crepe; para êles, de um canto de glória. Para vencedores e vencidos.



Não nos esqueçamos. Quaisquer que sejam os progressos da técnica, a vitória é fruto da vontade e da moral.

Gen Tristão de Alencar Araripe.

NOSSO APÉLO

VOÇÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOÇÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOÇÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOÇÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOÇÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

A GUERRA REVOLUCIONÁRIA COMUNISTA NO MUNDO ATUAL

Ten-Cel Art HERNANI D'AGUIAR
Oficial de Estado-Maior

1 — INTRODUÇÃO

Devemos começar este artigo explicando o título. E que ele contém uma impropriedade, um pleonasmo ou, pelo menos, um reforço de idéias. O objetivo foi torná-lo mais esclarecedor. O trabalho não visa um estudioso do assunto, que nêle pouco poderia encontrar de útil; dirige-se ao leitor comum, àquele que possui um conhecimento limitado da matéria e que, por isso mesmo, não pode dominar as filigranas semânticas que a envolvem.

A epígrafe correta, ou mais apropriada, deveria ser — A Guerra Revolucionária no Mundo Atual. A Guerra Revolucionária, como modernamente a entendemos, é, por definição, manobra comunista executada em tôdas as partes do mundo.

* * *

Os mais altos escalões de nossas Fôrças Armadas assim conceituam a GR:

"É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que — apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior — visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida."

Ao analisarmos essa conceituação, percebemos, de pronto, que a GR é uma técnica de subversão interna estimulada ou orientada, ostensivamente ou não, pelos comunistas. É a própria subversão tendo como base a doutrina marxista.

"A Guerra Revolucionária é uma das modalidades da chamada guerra fria, expressão que sintetiza, como se sabe, a estratégia de isolamento e dissociação que vem sendo aplicada pelo bloco soviético contra o bloco ocidental. Não é a própria guerra fria porque esta é mais ampla. Também não é nem a guerra de guerrilhas nem a guerra psicológica, porque não se pode considerar o todo por qualquer de suas partes. A guerra revolucionária não é ainda expressão sinônima de guerra irregular porque, em sua expansão final, pode comportar a guerra clássica, em qualquer de suas formas."

Finalmente, a GR difere da guerra insurrecional (Guerra Civil ou de Libertação), com a qual tem muita parecença, justamente porque a esta última falta o travor da "concepção marxista-leninista" ou, nela, essa *carga* tem apenas importância muito secundária.

Há acepções em que Ação Revolucionária e Comunismo Internacional de tal maneira se entrelaçam com a GR que, com ela, chegam a tornar-se expressões quase sinônimas.

A Guerra Revolucionária procura conquistar a mente da população. "Oculto, manhoso, sub-reptício e clandestino, antes de ser posta em execução é estudada e planejada por técnicos experimentados e perfeitos conhecedores das condições do país em que se vai desencadear. Tem ela por objetivo implantar a indisciplina, quebrar a hierarquia, incitar a revolta e a insurreição, graças a uma propaganda bem conduzida, pela exploração das massas. Objetiva, principalmente, a desorganização e a desintegração da estrutura social do País, pelo enfraquecimento do potencial nacional, desprestígio das instituições e das autoridades legalmente constituídas e aniquilamento das classes produtoras, para favorecer a implantação do comunismo".

2 — IMPORTÂNCIA DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

No passado os povos tentavam resolver frontal e violentamente os antagonismos que se criavam de fundo político, social, religioso ou econômico. Aí está a História, com alguns dos seus mais vibrantes capítulos: Guerras Médicas, Guerras Púnicas, Invasões Mouriscas, Cruzadas, Guerra dos Cem Anos, Guerra de 1914-1918 e Guerra de 1939-1945. Essas foram as maiores contendas, as Grandes Guerras ocorridas no Mundo. As duas últimas, segundo a crença geral, deveriam ser feitas para "acabar, de uma vez por todas, com a Guerra".

Ao final desses conflitos cruentos, vencedores e vencidos, sem terem resolvido todas as questões pendentes, ficaram em condições críticas.

O bom senso entre os povos tarda, mas acaba chegando. Já há indícios. Em 1914-1918 a Guerra Química tomou importância e causou inúmeras vítimas. O mundo alarmou-se com as terríveis previsões que então se fizeram e todos os exércitos passaram a equipar-se e a instruir-se com o objetivo de poder enfrentar esse tipo de luta. Termi-

nada a Guerra, os laboratórios das principais potências realizaram prodígios, nesse campo, no preparo de "formidáveis surpresas".

Veio o Grande Conflito seguinte e o *fantasma* não se materializou. A Guerra Química Bacteriológica, que poderia ter causado horrores, não foi desencadeada. É que as fôrças conflitantes concluíram existir equilíbrio nesse setor e que, por isso mesmo, seria impossível atingir duramente o adversário sem ser por êle duramente atingido.

Hiroshima e Nagasaki foram o prefácio violento da História da Guerra Atômica.

Depois, o mundo assistiu, inicialmente estupefato mas acostumando-se prontamente, à mais fabulosa corrida técnica jamais vista, não apenas no campo nuclear como, também, no da astronáutica. Em breve estabeleceu-se um novo equilíbrio entre os dois possíveis contendores: se existe um ligeiro avanço da URSS no que tange a foguetes, os EUA ainda conservam pequena superioridade no que respeita a atômicos.

O equilíbrio veio tornar remota a possibilidade dêsse tipo de conflito pela idéia geralmente aceita de que "a guerra nuclear seria um suicídio coletivo".

Por outro lado, o estudo das estatísticas mais otimistas sobre o sacrifício humano ocorrido na última Grande Guerra Mundial, veio a ser mais um argumento de ponderação a alinhar-se junto ao do já mencionado equilíbrio.

Admite-se hoje, quase unicamente, que uma Guerra Total entre os dois gigantes sómente "por acidente" poderia ocorrer. E, para prevenir contra essa remota possibilidade, completando todo um sistema de segurança, já foi, até, estabelecida uma ligação direta, fácil e rápida, entre os dois Chefes de Estado. Essa assertiva já foi testada. Em 22 de outubro de 1962, ao terem conhecimento de que vários navios da cortina de ferro transportavam foguetes e outros poderosos equipamentos para Cuba, os EUA decretaram o bloqueio naval da ilha e deslocaram forte esquadra para fazer cumprir a medida. Por alguns dias o perigo do Terceiro Grande Conflito pairou sobre o planeta mas as partes interessadas souberam encontrar a solução que evitou a catástrofe.

É que para a Rússia o risco era demasiado, para um objetivo que poderia ser alcançado de outra forma.

* * *

A Grande Revolução Comunista firmou-se no poder entre 1917 e 1921 e o resultado imediato foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas não parou aí — em menos de meio século sua expansão foi impressionante — expandindo-se a mais da metade da população do globo e a uma considerável superfície.

E tôdas estas vantagens foram conseguidas sem lutas de vulto. Exetuando o choque contra os germânicos entre 1941 e 1945, a qual não pôde furtar-se, os demais sucessos conseguidos pelo comunismo foram alcançados por via indireta.

Se acompanhamos sua marcha, neste último quarto de século, verificaremos que êle se implantou na Iugoslavia e ficou vitorioso no Vietname, mas fracassou na Malásia, na Indonésia, no Irã, nas Filipinas, na Grécia, na Birmânia e na Guatema. Tornou a aparecer, vitoriosamente, na Tcheco-Eslováquia, na Tunisia, na Argélia e em Cuba. Porfia com intensidade, em diversas partes da África, da Ásia e da América. Nesta última, no Brasil, vem de sofrer um sério revés.

Atentando-se para a História, com total isenção de ânimo, constataremos que a URSS é um Estado imperialista que, para a consecução dos seus desideratos, tem contado com a participação dos partidos comunistas de todos os países.

A Guerra Revolucionária foi a forma econômica pela qual a União Soviética alcançou tantas vitórias. Por isso parece natural, lógico e coerente que o comunismo internacional continue, por muito tempo, a utilizar a mesma estratégia revolucionária no quadro mundial.

3 — PASSADO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Os principais casos de GR ocorreram após a Segunda Guerra Mundial. Isso, todavia, não significa que seja um tipo de guerra inteiramente novo. Usando um lugar-comum, poderíamos dizer que "ela é tão velha quanto o mundo". Em verdade suas origens mergulham fundo, no passado. Uma das mais antigas obras militares conhecidas — Regras da Arte Militar — cuja autoria se atribui a Sun Tsu, 500 AC já assinalava a vantagem de provocar ações irregulares e subversivas, no território inimigo, simultaneamente com as operações normais.

Gedeão, Alexandre, Aníbal, Fábio, César, Crasso, Viriato, Sertório, Bajazet, Tamerlão, Gengis Kan, El Cid, Duguesclin, Turenne, Condé, Dumas, Lawrence, Zapata, Milhailovich, dentre muitos outros, atuaram ou sofreram atuação desse gênero.

Ela existiu sempre que um povo inferiorizado, porém não vencido, desejou prosseguir na luta; tôdas as vêzes em que a população submetida, porém não conquistada, quis "manter a cerviz erguida" sempre tôdas as vêzes em que o impulso generoso e patriótico se cristalizou n'anseio conjunto de uma nação para defender sua soberania e independência.

Nem o Grande Corso soube furtar-se a ela. Constitui verdade ce diça que sua estréla, que até então luzira tão espetacularmente, começou a obumbrar-se na Península Ibérica sob a ação das guerrilhas.

Foi, todavia, no primeiro quartel do século XX, com a Revolução russa, que ela adquiriu o cunho ideológico que hoje ostenta e acabou possuindo as atuais características.

Ela surgiu espontâneamente nos meandros da cruenta guerra civil que teve curso entre 1917 e 1921. Com a Constituição da URSS, instalou-se a ditadura do proletariado que elegeu, desde logo, como objetivo a destruição da sociedade capitalista. Essa deveria ser a tarefa da Ação Revolucionária que adquirindo estrutura própria se corporificou na chamada Guerra Revolucionária.

Terminada a contenda Lênine x Trotsky com a vitória do primeiro, declarou êste que — “A Rússia assumiria, imediatamente, a pesada responsabilidade de levar a revolução a todo o globo, conduzindo a humanidade para o comunismo”.

Em 1924, com o desaparecimento de Lênine, coube a Stalin assumir o poder por 29 anos. Prescreveu, êle, a todos os comunistas, a missão de “sustentar os movimentos nacionais revolucionários dos povos oprimidos e impeli-los para o modo bem definido da luta revolucionária”.

Dada a palavra de ordem, seguiu-se a execução. Perlustremos os principais casos de GR ocorridos.

As primeiras tentativas fracassaram. Seus pontos de aplicação: Alemanha, China, Síria e Espanha. Nesse interregno, um vulto novo apareceu — Mao Tsé-Tung — o qual deu nova dimensão à GR acabando por tornar-se o seu maior teórico. Para êle, a guerra deveria ser total e cada individuo dentro da sociedade humana considerado como um objetivo específico. Em sua obra encontramos um trecho que revela como compreendia a GR:

“Desorganizai tudo o que há de bom no país visado. Tentai envolver os agentes do poder dos mais altos escalões em empresas criminosas, comprometei as suas pessoas, e não vos esqueçais de dar ao fato a mais ampla publicidade.”

* * *

Revigora-se a luta na China. Vencem os comunistas em 1949. Instala-se a República Popular Chinesa.

Na Iugoslávia, em 1941, em plena ocupação do país pelos germânicos, tem comêço a GR que, após destruir Mihailowich, o outro líder da resistência aos alemães, se consubstancia em vitória comunista com o surgimento da República Popular Iugoslava.

Em 1945, quase simultaneamente, a chama revolucionária se estendia à Malásia, à Indo-China Francesa, à Indonésia, ao Irã e à Argélia. Na Indonésia teve como resultado uma república de tendência esquerdistas,

porém não comunista; na Malásia, no Irã e na Argélia, os movimentos fracassaram; na Indo-China, porém, a guerra tornar-se-ia o modelo perfeito de uma GR.

Nessa área do Sudeste asiático, o movimento alcançou um desenvolvimento completo, com tôdas as fases que o caracterizam nítidas e delimitadas. Teve como proscênio o Vietname com eventuais incursões pelo Laos e pelo Camboja. Durou cerca de 8 anos e não lhe faltou, sequer, o episódio espetacular — Dien Bien Phu. Pela Conferência Internacional de Genebra, em julho de 1954, foi estabelecida a divisão provisória do Vietname em duas partes, servindo de limite entre elas o paralelo de 17º N.

* * *

Em 1946, nova onda de agitação revolucionária teve comêço atuando sobre as Filipinas, Birmânia e Grécia, fracassando em tôdas.

Teçamos algumas considerações em torno do mais interessante desses casos — o grego. Aí a GR utilizou quase todos os estratagemas típicos das ações extramilitares na luta pelo poder: frentes unidas em torno das boas causas, subversão, infiltração nas forças armadas, sabotagem e, por fim, o apelo à rebelião armada. Seu insucesso, a despeito do auxílio recebido através do *arco-de-círculo vermelho* que envolve a Hélade pelo Norte (Albânia, Iugoslávia e Bulgária), resultou de um efeito cumulativo de fatores diversos, mas, principalmente, por haver fracassado junto à população, que deveria sustentá-la.

Na Tcheco-Eslováquia, em 1948, a GR triunfou de forma aparentemente rápida. Na realidade, o movimento vinha sendo organizado desde o tempo da dominação nazista. Nesse país, a GR apresentou particularidades interessantíssimas e algumas semelhanças com a ação desencadeada no Brasil durante o governo recentemente deposto. O poder foi sendo assumido de forma progressiva e aparentemente legal. O assalto ao parlamento deu-se através do binômio pressão de base, pressão de cúpula, favorecido pela própria máquina estatal. Foi a história de um país que acreditou na exequibilidade de um governo de coalizão entre democratas e comunistas. De um país onde os líderes democratas, ou por não entenderem o processo histórico que se desenvolvia, ou por comodismo, ou, finalmente, por ambição e oportunismo, permitiram e concorreram para a fácil vitória comunista.

* * *

Na Coréia, em 1950, a GR foi detida pela intervenção da ONU. Em termos práticos, o peso das operações de ajuda às forças de Seul recaiu sobre os EUA. Por sua vez, os coreanos do Norte receberam socorro concretizado através dos numerosos e bem equipados "voluntários chineses". O resultado foram duas Coréias, separadas pelo paralelo de 38º N.

Em 1954, a GR voltou às terras tunisinas, onde os comunistas haviam sofrido um revés em 1938. O que aí se assistiu foi uma GR conduzida, em um país sem autonomia e subdesenvolvido, por um partido nacionalista do tipo ocidental, inspirado e apoiado, diretamente, pelos PC francês e tunisino e, indiretamente, pela URSS e pelos países árabes. Essa união dos PC veio demonstrar o caráter internacional do comunismo, sobrepondo-se ao espírito nacional gaulês. O episódio terminou com a instalação sucessiva de um Estado autônomo e de um país independente, de tendências esquerdistas.

* * *

Na Argélia, novo conflito teve lugar em 1954. Por mais de 8 anos os franceses tiveram vitórias e reveses alternados, antes de sentirem a imperiosidade de conceder a independência ao país. A questão se agravou sobremodo em virtude do numeroso contingente de colonos metropolitanos que se havia radicado em glebas argelinas. Sómente quando De Gaulle assumiu o poder na França, conseguiu a Argélia tornar-se soberana.

Em Cuba, a GR apresentou características *sui generis*. E que, de início, o Movimento 26 de Julho foi uma guerra insurrecional dirigida contra o ditador Fulgêncio Batista. Nessa ocasião Fidel Castro tinha a seu favor a quase unanimidade da opinião pública internacional. O PC cubano definiu-se favoravelmente a Batista tachando o movimento de "burguês" e de "golpista". Todavia, quando a revolução passou a ter possibilidade de vitória, os comunistas passaram a adotar a tática da dualidade, dividindo-se em duas alas, uma combatendo o ditador na Sierra Maestra e a outra empenhando-se em fazer fracassar as greves determinadas por Castro.

Através de Che Guevara e de Raul Castro, os comunistas incapazes de obter o controle, quer do Movimento 26 de Julho, quer do Exército Revolucionário, acabaram dominando Fidel.

Após a vitória, os comunistas ascenderam aos postos-chaves e passaram a ter facilidade para sua atuação subversiva. Explorando antigos antagonismos com os EUA e a pouca habilidade que estes revelaram na ocasião, os vermelhos lançaram Cuba nos braços do bloco oriental.

Quando se analisa o movimento cubano percebe-se ter ele começado como um movimento insurrecional que depois resvalou para a Guerra Revolucionária.

* * *

Outros processos semelhantes têm estado em curso, sob a inspiração de Moscou. Entre eles podemos assinalar as agitações no Congo, ex-Belga, em Angola e em Zanzibar. O próprio nasserismo, movimento que vem procurando reorganizar o mundo árabe, contém fortes cargas de esquerda.

A Guerra Revolucionária chegou ao Brasil. Seus grandes fatores: o subdesenvolvimento, os baixos níveis de vida, a instabilidade política e a atuação intensiva da minoria comunista.

A intentona de 1935 havia fracassado; dez anos mais tarde o PC passara à ilegalidade; todavia, a ação subversiva jamais deixara de estar presente. Acenando com utopias inexequíveis, levantando a bandeira de algumas *boas causas*, falando em nome de Reformas de Base e prometendo muito, a ação revolucionária começou a obter bom rendimento.

No Governo João Goulart as pressões se tornaram fortes, com o acesso de comunistas militantes a mais de 250 postos-chaves da administração nacional. Por muito pouco estiveram para assenhorear-se do Brasil, diante de uma população atônita e sem condições para reagir.

As Fôrças Armadas, a quem, pela Constituição, compete a garantia da ordem e da lei, assistiam aparentemente apáticas à comunização do País. Mas, essa era uma atitude "para uso externo"; no interior dos quartéis — vibrava forte o sentimento de repulsa, em particular no seio da oficialidade. A opinião pública nacional as acusava de má interpretação da disciplina e, ao Exército, a quem tocava a tarefa maior na defesa das instituições, de "brincar de grande mudo" na oportunidade inadequada.

Mas o quase milagre ocorreu! Reagindo contra afrontas intoleráveis veio, espontânea, geral — porque congregava tôdas as fôrças vivas da Nação — e decisiva, a Revolução de 31 de março. Com ela o comunismo sofreu um duro revés.

4 — PRESENTE E FUTURO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A Guerra Revolucionária continua sendo muito importante para o mundo comunista, apesar do mesmo se encontrar, atualmente, dividido nos campos chinês e moscovita, que encaram a implantação do comunismo de forma diferente.

Aliás, anteriormente, já houvera defecções no bloco vermelho: a pequenina Albânia se furtara ao controle de Moscou e, na Iugoslávia, o comunismo adquirira um cunho nacional.

A despeito destes eventos, a batalha da comunização mundial continua, através das guerras revolucionárias que têm curso em todos os continentes.

A Europa Ocidental foi o grande objetivo inicial do Kremlin. Na Itália, na França e na Alemanha Ocidental, após melhores dias, o comunismo sofreu um processo de regressão e de desprestígio, mercê da extraordinária recuperação econômica desses países.

Na Grécia e na Espanha a lição foi aprendida a duras penas. Os governos estão vigilantes e mantêm o comunismo sob controle.

A progressão vermelha está de certa forma contida; porém, o comunismo se mantém firmemente nas áreas onde domina. Embora nenhum fenômeno histórico possa ser considerado irreversível, não há indícios de que, na Tcheco-Eslováquia, na Hungria, na Polônia, na Romênia ou na Bulgária, possa vir a ser restaurada a democracia. O problema das duas Alemanhas continua sem solução visível. A Iugoslávia, que se afastara de Moscou, e que assim permanecera durante a vida de Stalin, restabeleceu as boas relações com o Governo de Kruschev.

Em conseqüência da situação na Europa, os soviéticos voltaram seus esforços para a África e para a Ásia. Continuam sustentando essa política, cujo escopo final é destruir o domínio colonial dos países europeus, para afetar-lhes a economia e posteriormente vencê-los.

Na Ásia, chineses e russos disputam a primazia e esta quebra de unidade retarda o desenvolvimento da ação revolucionária. Mesmo assim, ela transcorre com apreciável velocidade.

A conquista da Índia sempre teve elevada prioridade para o comunismo internacional que, em virtude das condições precárias de sua enorme massa humana, fêz progressos de monta. Todavia, choques de natureza lindeira com a China vermelha alertaram os indianos e contribuíram para um arrefecimento geral do esquerdismo no país. Agora com a morte de Nehru, o novo Premier Lal Bahden Chastri anunciou publicamente sua formação socialista.

As disputas territoriais e religiosas entre a Índia e o Paquistão com os choques sangrentos entre as minorias que permanecem em regiões, de crença diferente, estão criando excelentes oportunidades para a ação revolucionária nos dois países.

A República Popular da Mongólia é proscênio da disputa pelo predomínio entre chineses e russos.

O Tibete, antigo Estado Teocrático, continua desde 1950 subjugado pela China comunista, com o Dalai Lama refugiado na Índia. Tende a ser, pura e simplesmente, mais uma província chinesa. O país desfruta de importante posição geopolítica que lhe permite atuar sobre a Índia, a Birmânia, o Paquistão e os Estados do Sudeste da Ásia.

A Birmânia, desde 1962, possui um regime orientado para o socialismo com apenas um partido no interior e neutralidade no campo internacional. Sofre pressão revolucionária e pode evoluir francamente para o comunismo.

A Federação da Malásia enfrenta, também, forte ação revolucionária. A situação mais se complica com as reivindicações territoriais que sofre por parte da Indonésia.

Na Coréia, desde os distúrbios populares que culminaram com a renúncia de Rhee, em 1960, a ação revolucionária continua intensa. Os últimos noticiários nos dão conta de novos motins, de inspiração comunista, provocados por estudantes. A situação é de instabilidade.

Na Ásia Menor, em Chipre, a questão entre cipriotas-gregos e turcos — tornou-se mais um centro de preocupação mundial favorecendo a ação do comunismo. (Nota 1)

Na Tailândia, no Velho Reino do Sião, único país no Sudeste da Ásia que jamais foi colônia de potências européias, a situação é melhor tendo os progressos comunistas sido de somenos importância. Poderia ser o baluarte da democracia na área.

É na chamada Indo-China Francesa que se localiza um dos "púntos dolens" mundiais. Senão vejamos: No Camboja e no Laos, particularmente neste, a GR, vai em pleno desenvolvimento, com grandes possibilidades de vitória. No Vietname a questão continua em aberto; o Tratado de Genebra apenas procrastinou a GR que se desenvivia. O Vietname do Norte, agora ostensivamente, continua incitando, provocando e fomentando as agitações do Vietname do Sul. Um organismo político-militar, o Vietcong, herdeiro do Vietninh, através de constantes guerrilhas, sabotagens e ações terroristas mantém o Sul em constante estado de guerra. Agravando a situação, perseguições religiosas levadas a efeito contra os budistas levantaram forças poderosas que destruíram Ngo-Dinh Diem. Com ele terminou, também, a estabilidade política do país. As perspectivas são más para o Bloco Ocidental; o "processo patológico" vem em tudo se mostrando semelhante ao que consumiu o Vietname do Norte entre os anos de 1946 e 1954. A queda do Vietname do Sul aceleraria as GR do Laos e do Camboja e provavelmente arrastaria, também, a Tailândia e, talvez, ainda, a Malásia e a Indonésia. Essa "dérâcle" seria uma derrota inaceitável para o Ocidente. (Nota 2)

Resta porém uma esperança — o Japão. Nêle a penetração comunista tem andado vagarosamente. O país poderá vir a constituir-se no grande baluarte anti-revolucionário da Ásia. Para isso terá de ser intensificada uma política que objetive vencer o forte que os nipões, em sua estrutura psico-social de povo, conservam contra os EUA. Sómente ela permitirá colocar os dois países em perfeita sintonia.

A África é, na atualidade, a parte mais tumultuada do mundo. Nela existem duas grandes portas de entrada para o comunismo: "o colonialismo" e "o racismo". Essas são as teclas em que a propaganda soviética vem, invariavelmente, batendo. No empenho dos brancos de conservarem suas propriedades e protegerem seus interesses, justificam os nativos a atitude de aceitar qualquer auxílio de fora. Este apoio lhes é constantemente oferecido pelos comunistas. Por outro lado, os governos nativos, que já alcançaram a soberania, anseiam por um desenvolvimento acelerado, a fim de manterem o prestígio e de melhorarem as condições de vida de suas nações. Se o Ocidente não os ajudar, com assistência e capitais, eles por certo recorrerão aos da Cortina de Ferro.

Quando da eclosão da Segunda Grande Guerra, a África era um continente cativo, com apenas a Libéria independente. No momento, nela existem 35 nações soberanas. Por injunções diversas essas nações vieram a constituir 3 blocos sob o ponto de vista ideológico: O Bloco de Casablanca — pró-Moscou; o Bloco de Brazzaville — pró-Ocidente; o Bloco Neutralista. (Nota 3)

Acompanhamos o andamento da GR no Continente Negro:

"A penetração comunista na África começou no Egito. Depois, em 1958, o Guiné apartando-se da França, começou a constituir o segundo elo da cadeia que deveria ligar os novos Estados do continente africano aos países comunistas."

A Guerra Revolucionária atua, porém, praticamente, em todos os territórios africanos, independentes ou não.

Perpassemos, apenas, os principais focos.

Nasser, continua em seu sonho de um império árabe. Já fez a opção pelo Egito, entre os blocos. O "prato de lentilhas" foi a ajuda para construir a represa de Assuã e o empréstimo de milhões de rublos em condições compensadoras — por ele começou a abrir mão de uma liberdade completa. Nasser vem realizando uma dupla campanha anticolonial e anticapitalista. Por seu intermédio o processo revolucionário marxista está em plena marcha. Tanto internamente como no campo da política externa. Pela maneira como as coisas têm se desenvolvido é pouco provável que possa haver qualquer mudança radical no Egito pelo menos em futuro previsível.

Com Ben Bella, a Argélia procurou a "posição neutralista", porém, suas simpatias são mais do que evidentes pela área socialista. O país não se encontra completamente pacificado sucedendo-se atentados e atos terroristas, bem como guerrilhas nas montanhas de Cabilia.

Em Marrocos, forte pressão "nacionalista" obrigou os EUA a abandonarem as bases aéreas que possuíam no território. Na Tunísia, o partido Neo-Destour continua a agitar a bandeira do nacionalismo exacerbado.

A Guiné é uma autêntica "ponta de lança" soviética em terras africanas. A URSS, a Tcheco-Eslováquia, a Alemanha Oriental e outras nações do bloco soviético "compraram sua adesão à causa" com auxílio em gêneros e em técnicos. Dela se irradiam agentes para todos os Estados africanos. Em abril de 1960, realizou-se em Conacri, sua Capital, a grande conferência comunista Afro-Asiática. Apesar da influência vermelha muito grande, a Guiné procura evitar a "enfeudação" e se denomina a si mesma "uma nação neutralista".

A Nigéria, a maior nação africana, em termos de demografia, poderá ser presa fácil da ação revolucionária em virtude da luta infundável de 37 milhões de nativos, maometanos, cristãos e pagãos, cindidos por conflitos intestinos.

Em Gana existe forte influência russa. N'Krumah, o líder do país, tem sido o primeiro a criar em torno de si a contradição, quando se intitula "marxista-cristão". Seu grande sonho: criar os Estados Unidos da África Ocidental. Essa posição inquieta os países vizinhos, tornando-os suspeitosos de sua ambição.

O Sudão, dono de excepcional posição geopolítica, parece o país escalado pelo comunismo internacional, para ser a cunha ideal do marxismo na região. Dêle poderá irradiar-se rumo ao sul ou em direção à África Central ou, até mesmo em seguimento ao Oriente Médio. Um general anticomunista se apossou do Governo e luta intensamente para afastar o país do marxismo que, todavia, ainda possui bastante força. Tornando o problema mais complexo — Nasser tem demonstrado a intenção de incluir o país em seu império.

A Etiópia — Reino Bíblico — alinha-se entre os neutralistas. Contudo, tem havido grande aproximação com a URSS, materializada com a construção de um grande hospital em Adis Abeba e com empréstimos vultosos. A ação revolucionária encontra clima propício entre a população miserável.

No Congo (ex-Belga) a GR foi conduzida com acerto e encontrou facilidade no fato da massa ser insuficientemente evoluída. O germe revolucionário trouxe consigo um enorme programa reivindicatório e ocasionou um terrível banho de sangue. O Coronel Mobutu, levado ao poder pela jovem e pequena elite conguesa, apressou-se em expulsar os técnicos e especialistas orientais fazendo com que a URSS perdesse essa batalha.

O noticiário internacional nos dá conta de um levante comunista em Kivu e do deslocamento de milhares de guerreiros negros para abafá-lo. (Nota 4)

O Quênia está praticamente independente. Teve na frente desse movimento Kenyatta, comunista e anticolonialista fanático, que foi o mestre da agitação que antecedeu a revolta Mau-Mau. Hoje, sua política de negação à violência é a atitude de quem não deseja entravar a libertação de sua pátria. Segundo os prognósticos de alguns entendidos da política local, o país poderá tornar-se um foco de irradiação da GR, quando tiver consolidado sua independência.

A GR que se desenvolve em Angola é mantida de forma artificial, uma vez que pouco progrediu no contágio da população ignorante do interior. Quanto às demais possessões lusitanas, apenas na Guiné vem o movimento alcançando alguma repercussão. (Nota 5)

Na África do Sul, a mais rica nação da África, a tremenda questão racial ameaça o futuro do país. Aí estão em presença 10 milhões de negros e 1,5 milhões de mestiços governados por 3 milhões de brancos. A ação revolucionária está atuando sobre a massa negra, no sentido de desencadear a luta racial.

Nas Repúblicas do Máli e da Somália a ação revolucionária vem conseguindo um bom rendimento.

Finalmente, em Zanzibar e Pemba, numa ação rápida, os comunistas se apoderaram do Governo da novel república. Poderão realizar uma ação enérgica sobre a Tanganica com quem o país insular recentemente se associou.

A Indonésia, que se estende por mais de 5.000 km sobre a linha do Equador e que comporta mais de 3.000 ilhas, situa-se parte na Ásia e parte na Oceania.

Nesse império insular existem muitas oportunidades exploráveis por uma ação revolucionária. Após a vitória política recentemente conquistada na Nova Guiné, Sukarno está voltando seus olhos para a Malásia. Em ambas as campanhas teve o apoio da URSS. O PC é legal, congrega cerca de 35% da população e mantém o país em constante agitação.

Todavia, em circunstâncias normais, não é provável que o comunismo se apodere da Indonésia, pois a massa é muçulmana e culturalmente anticomunista e o Exército está ainda relativamente pouco infiltrado. A Rússia envida esforços para transformar o nacionalismo indonésio em fanatismo e dirigi-lo segundo seus interesses.

Também na América continua a GR.

Em Cuba, a "satelização" prossegue, mas essa tendência pode ainda não ser fatal, porque Havana está longe de Pequim e de Moscou e próxima de Washington. Mesmo no mundo atual encurtado pelas comunicações fáceis, as grandes distâncias geográficas ainda influenciam a política. "Qualquer que seja o regime, Cuba conservará sempre uma certa originalidade latina." Reformulado, adaptado e conformado ao novo meio ambiente, adquiriu personalidade própria e até denominação particular — O Fidelismo. Da ilha esse movimento procurou irradiar-se por toda a América Latina, chegando mesmo a interferir nas políticas internas de seus países. Essa ação se fez sentir, principalmente na Zona do Caribe — Nicarágua, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, Panamá e Venezuela. Mas estendeu-se, também, pelo restante da América do Sul, onde vem aplicando anualmente centenas de milhões de dólares. Disse Castro, certa vez, em praça pública, que "transformaria os Andes na nova Sierra Maestra, do Continente Sul-Americano".

A ação fidelista atingiu o Brasil. Sentimo-la na propaganda de certa parte de nossa imprensa falada e escrita; sentimo-la nos manifestos dos órgãos estudantis; sentimo-la na orientação seguida pela maioria de nossos órgãos sindicais.

Atualmente, sómente 4 nações da América conservam relações com Cuba: o México, o Chile, o Uruguai e a Bolívia. (Nota 6)

Os EUA, a partir do Governo Kennedy, adotaram nova estratégia face ao problema: "não interferir diretamente em Cuba; impedir a expansão do Fidelismo, confinando o movimento à ilha; aguardar que a revolução se autodestrua".

Não é impossível que isso venha a acontecer. Embora a posição de Fidel Castro pareça firme, a reação, no interior, vem aumentando diariamente.

A economia cubana passa por um transe terrível. Seu produto base — o açúcar — que vinha registrando médias anuais de 5 a 6 milhões de toneladas, caiu, nas últimas colheitas, para 3 milhões.

A indústria, ainda 100% norte-americana em sua infra-estrutura, caminha para a improdutividade. Carros, geladeiras, refrigeradores e outras máquinas de idêntica procedência estão se acabando sem que o Bloco Soviético tenha conseguido suprir o mercado.

A formação cristã e a latinidade do povo cubano reagiram contra o Governo comunista que lhe foi impôsto. Em consequência, para que o regime pudesse sobreviver, Cuba foi transformada num Estado Policial.

A euforia e o orgulho dos primeiros tempos, de sacudir a ascendência política e de quebrar os grilhões econômicos que subordinavam Cuba aos EUA já foram postergados, diante da dura realidade do "paredon".

Isso tudo torna o regime instável.

A América Central, em virtude da precária situação sócio-econômica, continua um campo excelente de manobra para a GR. Na Zona do Canal, os comunistas aproveitaram questões menores para lançarem as massas panamenhas contra os norte-americanos.

No México, como aliás no Uruguai, o comunismo se apresenta mais com aspecto academicista, sem infiltração importante na população.

Na Venezuela, através da FALN, a Guerra Revolucionária transcorre utilizando de preferência o terrorismo, a sabotagem e o rapto. Parece, todavia, não oferecer perigo imediato.

Na Guiana Inglêsa trava-se batalha entre as esquerdas lideradas pelo Primeiro-Ministro Jagan e as direitas, agora em plena ascensão.

Na Bolívia, após longo período de dominação das milícias esquerdistas, vem o Exército recuperando o controle do país. A luta surda continua.

Quanto ao Brasil, a recente vitória democrática foi importante para todo o mundo ocidental. Mas, isso não significa que a GR tenha sido abafada. Não nos iludamos. Muito falta a fazer para concretizar esse objetivo. Qualquer descuido e ressurgirá mais perigosamente.

5 — CONCLUSÕES

Do que aqui ficou escrito é possível tirar as seguintes conclusões:

1º. O presente equilíbrio entre as nações dos blocos em conflito, nos campos nuclear e astronáutico, trouxe, como consequência, o respeito e o receio de todos, por aquilo que poderia transformar-se num "suicídio coletivo".

2º. A Guerra Revolucionária continua a ser de uma impressionante atualidade. Seu prestígio vem-se avolumando com as vitórias já obtidas. De 1917 para esta data grande parte da superfície e da população terrestres já se encontra sob a influência comunista.

3º. Apesar das antinomias mais do que evidentes do comunismo, continua êle a ser altamente atraente. Essa situação é conseguida pelos acenos que faz e pelas bandeiras aparentemente justas que levanta, adaptados, uns e outras, aos anseios de cada nação. Em consequência, varia a tática e passa a falar, indistintamente, em nome de anticolonialismo, de luta contra a discriminação racial ou religiosa, de reformas de base, de desenvolvimentismo ou de reestruturação social. Com isso realiza um grande proselitismo que favorece à GR.

4º. Como fato altamente positivo para o mundo democrático existe a contenda ideológica travada entre Pequim e Moscou. Cada uma das partes continua a realizar a GR em diversos países, mas a unidade de ação ficou quebrada.

5º. Criou-se uma 3ª posição — a dos chamados "Neutralistas". De Gaulle, em sua ânsia de recuperar prestígio para o seu país intenta assumir a direção desse grupo. Situa-se como uma espécie de Mediador da Paz Universal. Reconhece a China comunista e continua com "démarches" políticas para torná-la membro da ONU. Percebe-se, porém, que a maioria dos "neutralistas" parece tender para o Bloco Comunista, já que a neutralidade real é posição que os fracos jamais poderão manter na disputa dos fortes. A existência dessa 3ª força favorece à GR por lançar dúvidas no Mundo Democrata.

6º. Tendo sido barrada na Europa, a GR desbordou o obstáculo e procurou novas vias de penetração: Ásia, África e América.

7º. Na Ásia e na África a GR vem obtendo bons resultados em virtude das condições excepcionais que encontrou para desenvolver-se.

8º. Quanto à América, de um modo geral, as perspectivas se apresentam favoravelmente às democracias. Em Cuba, há indícios crescentes da desagregação do Fidelismo. O regime não resistirá, por certo à queda de Castro. No que tange ao Brasil, a recente vitória democrática teve um significado mundial. Precisa, todavia, ser consolidada. A comunização do País teria arrastado consigo toda a América do Sul e quiçá o restante da América Latina.

Segundo a opinião de articulistas abalizados da imprensa europeia e americana esta foi, após o sucesso da aplicação do Plano Marshall, a 2ª Grande Vitória conseguida contra o Comunismo Internacional. Tão importante que, para o futuro, poderá vir a constituir-se em data mundial no calendário de vitoriosa Ação Contra-Revolucionária das Democracias.

NOTAS

1. Trata-se de questão de muito difícil solução. A posição geopolítica da ilha — verdadeiro porta-avião natural — faz com que ela possa influenciar em tôdas as operações que venham a travar-se no Oriente Médio ou no Mar Negro. Isso explica a importância que adquiriu diante da partida decisiva que entre si travam o Bloco Oriental e o Bloco Ocidental.

Turca geográficamente (menor distância dêsses países cerca de 80 Km), é CHIPRE, no aspecto psico-social, marcantemente helénica (mercê de uma superioridade populacional de 4-1). A solução encontrada em 1959, de constitui-la num país independente, com um governo de coalizão grego-turco, não resistiu a um lustro de existência. A comunidade grega continua a ansiar pela anexação pura e simples da ilha à Grécia ao passo que a comunidade otomana aceita a soiução de uma partilha.

Nestes últimos meses os choques sangrentos se tornaram mais freqüentes. Como os cipriotas gregos são muito mais fortes do que seus contendores, estes sofreram nítida desvantagem. Isso levou a Turquia a correr em socorro dos cipriotas turcos realizando, inclusive, pesados ataques aéreos com foguetes. Como no quadro geral a Turquia sobrepuja, nítidamente, à Grécia, em poderio militar, o patriarca Makários foi procurar apoio na URSS. Essa atitude transferiu, de pronto, as simpatias norte-americanas para a causa turca.

A questão, em aberto, é uma das diversas com que se debate o Conselho de Segurança da ONU. Os Turcos atenderam ao apelo de U Thant, Secretário-Geral da Organização e suspenderam seus bombardeios. Seguiu-se um semi-armistício que, mal ou bem, vai mantendo os opositores sem grandes choques.

2. Apesar do grande interesse de evitar uma guerra generalizada, os EUA sentem a importância de impedir a comunização do Sudeste Asiático. Dentro dessa política, deram publicidade, em fins de junho, que expulsariam os comunistas do Vietname do Sul ainda que isso implicasse na abertura de operações de vulto. Talvez como consequência dessa declaração, lanchas torpedeiras do Vietname do Norte atacaram, no dia 4 de julho, destróieres norte-americanos, em águas do

Gólfio de Tonquim. Os Estados Unidos revidaram violentamente, destruindo diversas bases e instalações portuárias dos agressores. A tensão chegou ao auge, com as declarações ameaçadoras da URSS e da China Comunista, sobre a ocorrência. Felizmente o bom senso tornou a imperar sendo superado, na ocasião, o perigo de um Grande Conflito.

A questão continua aberta.

* * *

3. Quênia pode ser considerada uma nação independente uma vez que suas últimas ligações com a Inglaterra foram praticamente cortadas. Em 5 de julho do corrente, a antiga Niassalândia tornou-se o 37º Estado Independente da África com o nome da República de Malawi.

* * *

4. No Congo, após um sucesso inicial, que culminou com a conquista da cidade de Stanleyville, os comunistas parecem dar mostras de fraqueza. O noticiário dos últimos dias vem mostrando que as forças governamentais estão recuperando o controle das áreas subvertidas.

* * *

5. Nas províncias ultramarinas portuguêsas, da África, a opinião pública tem demonstrado ser pró-Portugal. A visita levada a efeito pelo presidente Américo Tomás a Moçambique, nos últimos dias de julho, tomou aspecto de uma autêntica apoteose tal o carinho com que foi acolhido o dirigente luso.

* * *

6. Posteriormente, o Chile, a Bolívia e o Uruguai romperam relações diplomáticas com Cuba. Apenas o México conserva suas relações com o governo de Fidel Castro.



Sabemos que o comunismo respeita apenas a força. Assim, se o mundo pretende gozar de paz, o mundo livre deve ser forte.

Gen J. Lawton Collins.

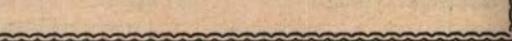
A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. **É a sua tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



Você não acha que a biblioteca da sua universidade lucraria com uma assinatura de A DEFESA NACIONAL? Dê essa idéia ao responsável por aquela dependência.



VOÇÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para A DEFESA NACIONAL, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUÉ PRECISA DE VOCÊ.



A GUERRA REVOLUCIONÁRIA COMUNISTA NO BRASIL

Ten-Cel Art FERDINANDO DE CARVALHO

Oficial de Estado-Maior

A celeridade dos acontecimentos que se sucederam quando se precipitou, a partir de 13 de março, a campanha para o golpe comunista no Brasil, pode inspirar a falsa impressão da inconsistência e despreparo da guerra revolucionária.

É preciso, entretanto, estudar mais detidamente a conjuntura e distinguir, com nitidez, os dois fatores que se entrelaçaram no emaranhado dos interesses demagógicos e das paixões egoísticas: um governo de inépcia e corrupção e uma ofensiva persistente, difusa e penetrante do comunismo internacional. Aliados nos conluios imediatistas, nem por isso a deposição do primeiro significará a definitiva contenção da última apoiada em bases profundas e invulneráveis às ações de alcance tático.

Este artigo mostrará, em traços muito rápidos, a preparação subversiva que os comunistas montavam em nossa pátria, protegidos e amparados pela ambição de maus brasileiros. Será por isso um esclarecimento e uma advertência para a meditação dos conscientes e dos responsáveis.

O QUADRO

O fenômeno da Guerra Revolucionária brasileira não poderia ser bem compreendido, se não atentássemos para sua vinculação nítida à violenta ofensiva que o comunismo internacional desencadeou no continente latino-americano, desde que se conseguiu firmar na Ilha de Cuba. No firme propósito de isolar os Estados Unidos, dessa posição, de extraordinário valor estratégico, permitiu-lhe ampliar as ações que visam ao domínio de uma extensa área, onde uma inquietação crônica, gerada por problemas quase insuperáveis, garante-lhe uma excepcional acessibilidade às argutas formas de uma propaganda experiente. Essa crise tradicional da América Latina, historicamente exacerbada pela exploração colonialista, pela insensibilidade das classes dominantes e pela irresponsabilidade e corrupção dos governos, apóia-se hoje principalmente no agravamento crescente do desequilíbrio entre o explosivo crescimento populacional e a precariedade do sistema econômico-social.

A facilidade com que se propagou a chama revolucionária no Continente explica-se, não apenas pela eficiência dos processos adotados por agentes da comunização, mas, em grande parte, pelo anseio dominante nos povos de libertar-se dessa opressiva contingência e de emergir em uma atmosfera de compreensão e felicidade.

Kruschev, em sua alocução na Conferência de Moscou em novembro de 1960 declarou: "... mais uma frente na luta acesa contra o imperialismo americano foi recentemente aberta: a América Latina". Essa afirmação, denunciadora dos desígnios comunizantes, é confirmada na Declaração Conjunta de todos os representantes dos Partidos Comunistas da América Latina em São José da Costa Rica: "O vasto movimento de solidariedade à revolução cubana, que se verifica na América Latina, é uma demonstração evidente de que a revolução cubana se entrosa com os mais profundos problemas de libertação nacional e social dos povos latino-americanos". A análise dessas asserções evidencia a sutil penetração que o comunismo internacional decidiu intentar na brecha psicológica das angústias de uma população amargurada e esperançosa.

Não existe, hoje em dia, nenhuma nação latino-americana onde a Guerra Revolucionária comunista não esteja presente, sob formas e intensidades as mais diversificadas. Embora não fôsse inicialmente o nosso País o principal objetivo, a ascensão do Sr. João Goulart à Presidência motivou sensível alteração nos planos, passando o Brasil a representar o mais saliente papel na estratégia do expansionismo vermelho na América e, possivelmente, em todo o mundo. Realmente, em nenhum outro país do planeta dispuseram, os promotores comunistas do assalto ao poder, das facilidades que lhes foram proporcionadas pacificamente pelo Governo Goulart. O fato é de um impressionante ineditismo.

AS RAÍZES

Na África e no Sudeste Asiático, a Guerra Revolucionária comunista explorou amplamente o motivo emancipador e nacionalista. No Brasil, o nacionalismo consciente não lhe poderia proporcionar a motivação subversiva exaltante. Ficou bastante claro, desde logo, a inexistência de qualquer incompatibilidade entre o regime político vigente e o legítimo sentimento nacionalista, amparado por tôdas as correntes responáveis da vida brasileira. Aliás, os próprios comunistas reconhecem o artificialismo do argumento nacionalista como veículo de propaganda comunizante, repelindo-o muitas vezes: "O nacionalismo abre o caminho para a ideologia marcadamente burguesa e anticomunista". (*Informe do Comitê Central do PC — Dez 1961*).

A Guerra Revolucionária dispõe, entretanto, de recursos táticos que lhe asseguram uma impressionante capacidade de adaptação às condições locais. Em nosso País, foi no ideal reformista que encontrou a argumentação mais impressiva para o aliciamento individual e a mobilização das massas. Conquanto fôsse uma aspiração generalizada e

reconhecida por tôdas as correntes políticas e sociais, a reforma foi o estandarte que elevaram, procurando porém moldar, na opinião pública, o preconceito de que a ordem democrática era incapaz de proporcionar as soluções desejadas. Não intentavam propriamente alcançar tais soluções. Ofereciam-nas indefinidas, confusas e misteriosas, ocultando-lhes as dificuldades inerentes, revestindo-lhes de aparências promissoras. O real objetivo era, todavia, a destrutiva desmoralização do regime democrático e a arregimentação das esperanças populares por novos e radicais empreendimentos.

Os esforços da impregnação psicológica vermelha foram concentrados inicialmente sobre a reforma agrária. Essa opção é muito sugestiva, tanto mais que o problema de escassez de terras, nos termos em que o procuravam apresentar, esquecendo fatores muito mais importantes, despertava uma impressão de injustiças sociais de uma generalização e violência que, na realidade, não constitui fato dominante em nossa organização agrícola, conquanto primitiva e desaparelhada.

Devemos recordar que, a partir de certa época, a questão agrária foi levantada com excepcional intensidade, em tôdas as regiões do País, principalmente nas assembléias urbanas, nos seminários de estudantes, nas discussões de indivíduos que jamais se ausentaram do conforto da cidade, que desconhecem a própria coloração do solo e que apenas viram o arado sulcando a terra em fotografias, na televisão ou nos cinemas.

Os promotores da Guerra Revolucionária decidiram aplicar em nosso País a estereotipagem clássica da doutrina preconizada por Mao Tsé-tung, Vo Niuyen Giap e Ernesto Guevara, unâmines em afirmar que a revolução, nos países subdesenvolvidos, deve marchar do campo para a cidade. É no campo que se inicia a formação das guerrilhas, que se as instruem nas invasões e ocupação de propriedades rurais, como base para a organização das milícias e do exército popular.

O Relatório da CCES da OEA diz textualmente: "Talvez a mais trágica de tôdas as imposturas perpetradas pelos comunistas é a falsa promessa de terra explorando o desejo natural do homem de ser dono do solo que trabalha. Os comunistas prometem que sua revolução tornará realidade esse sonho". "Seja como fôr, o importante é que os comunistas procuram por todos os meios desviar os trabalhadores agrícolas dos planos construtivos, em elaboração ou execução por meios democráticos, encaminhados a uma reforma agrária equitativa, e envolvê-los num odioso conflito de classes".

No Brasil que, como na maioria dos países latino-americanos, mais de 50% da população acham-se ligados às atividades do trabalho agrícola, de padrões técnicos e sociais bastante atrasados, ofereciam-se grandes possibilidades a uma arregimentação maciça em torno de reivindicações demagógicas.

Não era, portanto, a reforma agrária finalidade construtiva da propaganda vermelha. A mobilização em torno de uma idéia apaixonante constituía o verdadeiro e disfarçado designio.

A sutileza da estratégia comunista, delineada por Mao Tsé-tung, interpretando a orientação que Lênine traçou no II Congresso do Comintern em 1920, e aplicada na China e em Cuba, estabelece que a revolução nos países atrasados não deve ser, em sua primeira fase, uma subversão ostensivamente comunista. Sua direção, entretanto, deve estar nas mãos dos comunistas. Diz Eudócio Ravines: "A experiência cubana impôs o cabal triunfo dessa tese de Mao, a respeito das revoluções nacionais e democráticos-burguesas na América Latina. Os partidos comunistas não são necessários como vanguarda da insurreição. Bastará que permaneçam amplamente infiltrados nas posições-chaves e que se limitem a desempenhar o papel de Estados-Maiores, ao abrigo dos fogos da artilharia, esperando a conquista realizada por outros, para transformá-la em prêsa fácil da vitória comunista". Os comunistas são, como diz o estrategista americano Strauz-Hupé, os grandes mestres no aproveitamento das revoluções iniciadas por outros. Infiltrados nos órgãos de direção, insuflam os movimentos, economizando suas forças, sua preciosa reserva de liderança, para a oportunidade em que a confusão e o desgaste lhes permitam empolgar definitivamente o poder.

A observação dêsse princípio tradicional permite compreender a importância dos Goulart e dos Brizola no sistema de lideranças subversivas.

A divergência simplesmente formal, entre as linhas da violência e da conquista pacífica, preconizadas por Pequim e Moscou, e aqui adotadas por Julião e Prestes, ocasionou discrepâncias evidentes a respeito da urgência do desencadeamento da fase ativa da guerra. Não afetou porém a subsistência da propaganda ou a essência de seus reais objetivos. Havia representantes de todas as correntes do Comunismo Internacional, enquistados no Governo de João Goulart que se avocava a pretensão ilusória de uma liderança paternalista. Jamais se poderá, destarte, revolver o monturo de iniquidades acumuladas em tão pouco tempo, para trazer à luz as raízes da conspiração vermelha em nosso País, sem nos intrigarmos diante das razões que teriam conduzido esse abastado estancieiro à fatídica aventura do radicalismo esquerdistas. Os fatos remontam a décenios, enredam-se numa intrincada ramificação de vícios políticos, de corrupção, de pusilanimidades que se espalharam largamente, em todos os setores da nacionalidade.

Uma das mais nocivas consequências dêsse estado foi a vertiginosa deterioração do sistema econômico brasileiro, carcomido por uma infração sem precedentes e pelo empreendimento de obras ciclópicas e sumtuárias. A busca pouco frutífera da ajuda norte-americana e a procura febril de novos mercados acarretaram, como contrapartida ostensiva, uma política externa dita independente, mas, na realidade, "superdependente" porque, além de criar novas e desnecessárias dependências, coloca nosso País em posição ambígua em relação ao Mundo Livre, cujas desconfianças se avolumavam, em detrimento de nossos reais interesses. As resistências que se opuseram à posse de João Goulart, os compromissos que envolviam o traçado, a um tempo rápido e escuso, de

sua trajetória política, marcada pela demagogia e pelas transações equívocas, a fluidez da situação política e econômica, e o agravamento das tensões sociais, excitadas premeditadamente, só poderiam emprestar a seu Governo as condições de debilidade que, aliadas a uma inépcia latente, o incapacitaram diante do vulto dos empreendimentos que o país reclamava. A dubiedade de sua política vacilante custou-lhe ataques de tôdas as direções. E, ainda mais, piorou-lhe a posição instável, condenada por tôdas as leis da estética política, as falhas de percepção da conjuntura real que não lhe permitia a análise baseada nas informações manipuladas pelo grupo suspeito de que se cercara.

Foi neste solo contaminado que desenvolveram as raízes da Guerra Revolucionária, com o vigor temível de uma flora parasitária e asfixiante.

AS CARACTERÍSTICAS

A escassez de autoridade e a instabilidade do Governo Goulart proporcionaram ao processo da Guerra Revolucionária brasileira características originais e desconcertantes.

Em primeiro plano observamos sua forma altamente ostensiva. A ação aliciadora e infiltrante que sempre se revestiu, em todos os países, de uma severa clandestinidade, passou a ser executada abertamente, à luz do sol, sob as vistas das autoridades displicentes ou acanhadas, utilizando recursos públicos e oficiais, com a desenvoltura e o destemor das práticas legítimas. Órgãos ilegais de mobilização de massas e de comando paralelo, como o famigerado Comando Geral dos Trabalhadores, o Pacto de Unidade e Ação, os Comandos de Greve e outros, passaram a operar acintosamente, ora negociando com o Governo, ora ameaçando-o, intementes e arrogantes, acenando ou mesmo empreendendo a violência impune, as greves descabidas, a intimidação absurda e o desafio da força. A defesa da ordem democrática, o apelo à lei e a à justiça passaram a ser acoimados de atividades subversivas. A aspiração transformou-se em conspiração.

A ausência de clandestinidade do processo comunizante pôrporcionou-lhe extraordinária eficiência. Dentro de pouco tempo, além dos órgãos tradicionalmente vinculados à linha vermelha, com a maioria dos sindicatos de classe, passaram os comunistas a exercer o controle de todos os setores fundamentais da vida nacional, onde elementos ativistas ou simpatizantes exerciam os postos principais. Estavam assim em suas mãos: as Casas Civil e Militar da Presidência da República, todos os órgãos de direção e execução dos transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos nacionais, a Petrobrás, toda a rede nacional de comunicações e telecomunicações, todos os setores de empreendimentos que manobravam grandes recursos humanos e financeiros como a SUDENE, a SUPRA, os grandes bancos e órgãos de controle econômico-financeiro. Através das organizações estudantis e de elementos influentes no Ministério da Educação e nas universidades controlavam todo o ensino no País.

A segunda característica do processo revolucionário no Governo Goulart foi a sua intensidade e generalização. A famosa política da mancha de azeite transmutou-se em política de saturação. É bem possível que a convicção de não conseguir jamais condições tão propícias para a expansão subversiva, como as que tinham ao alcance das mãos nessa fase histórica, tenha induzido os orientadores da Guerra Revolucionária à precipitação imediata de seu desfecho, sem ter obtido mesmo o integral amadurecimento da preparação, seguindo a conduta preconizada por Guevara, para o qual o próprio desencadeamento da subversão gera as condições de sua conflagração.

Quem analisa a sucessão dos acontecimentos nacionais, particularmente na fase pouco anterior ao episódio da deposição de Goulart, fica impressionado diante do conjunto de crises constantes, provocadas pelos comunistas. Não se pode atribuir a êsses hábeis calculistas uma avaliação falha das próprias forças para justificar-lhes a precipitação inconsequente. Na realidade, dispunham êles de meios poderosos e julgaram, como seria de esperar lógicamente, que a rapidez de decisão lhes proporcionaria a energia cinética suficiente, conduzindo o Comunismo Internacional a um dos mais expressivos sucessos de todos os tempos: o domínio pacífico de um dos maiores países do mundo.

A terceira característica foi a tentativa de marginalização preconcebida das Fôrças Armadas, elementos considerados pelos comunistas como inaproveitáveis para os objetivos da subversão.

Constatada a precariedade da infiltração na oficialidade das Fôrças Armadas, cuja impermeabilidade à doutrinação ideológica é quase total, concluíram os comunistas que a única solução seria seu enfraquecimento e sua destruição. Essa é aliás a fórmula recomendada pela maioria dos teóricos vermelhos, consubstanciada na asserção de Bujarin: "O exército que marcha às ordens dos generais e da burguesia tem de ser destruído, pois, do contrário será a morte da revolução". Diz ainda Bujarin: "Como a força do Estado burguês reside no Exército, para poder aniquilar a burguesia é necessário minar e destruir o Exército".

O enfraquecimento das Fôrças Armadas foi tentado através de variados processos, entre os quais salientaram-se os seguintes:

— Aliciamento de elementos dos quadros de praças, a fim de enfraquecer a autoridade dos oficiais, minar a hierarquia e a disciplina. Esse aliciamento era efetuado na base da propaganda e da concessão direta de vantagens;

— Debilitação do espírito militar pelo emprêgo das Fôrças Armadas em missões secundárias e, em geral, incompatíveis com as características e o equipamento das organizações militares, como proteção de organização, cônclios comunistas, personalidades políticas, etc.;

— Nomeação de comandos incompetentes e desmoralizados;

— Promoções inadequadas, preferindo a competência profissional e os valores morais;

- Remuneração deficiente;
- Empreendimento de campanha de desmoralização movidas por certos órgãos da imprensa, sob os pretextos mais diversos;
- Insuflamento de civis contra militares, valendo-se, sobretudo, de problemas salariais;
- Caracterização de um suposto militarismo, retrógrado e totalitário.

Essa campanha, incentivada pela transigênci a e tolerância de alguns militares ambiciosos, teve extraordinária repercussão, a ponto de provocar um sentimento geral de frustração e de incapacidade de recuperação do organismo militar, profundamente abalado e deprimido. O moral da oficialidade ressentiu-se pelos constantes atentados contra os valores e os padrões tradicionais, decantados em nossa História Militar repleta de personalidades insignes e de gloriosos feitos. O valor operativo decadente de nossas Fôrças Armadas passou a ser desafiado por ostensivas atividades de comandos sindicais, milícias comunistas, como CGT e as Ligas Camponescas, que se atribuíam a capacidade imobilizar as unidades militares, assaltar e pilhar os quartéis, aterrorizar a população civil e conduzir, a seu talante, os acontecimento nacionais.

Ainda agora, meses depois da Revolução, quando o comunismo ainda nem bem se ergueu do chão de sua grande derrota, retorna ao mesmo objetivo de enfraquecimento das Fôrças Armadas, e é fácil identificar-lhe a presença nas campanhas sistemáticas de certos jornais e articulistas.

A AÇÃO

Esboçados os fundamentos e as peculiaridades da Guerra Revolucionária no Brasil, cumpre agora relembrar suas principais atividades preparatórias, manifestadas em todos os campos da vida nacional.

No campo político, o processo comunizante realizou-se principalmente através das seguintes ações:

- Infiltração de comunistas em todos os partidos políticos;
- Formação de frentes populares e superpartidárias, com os pretextos mais variados, para combalir o sistema partidário e mobilizar as forças comunistas e simpatizantes;
- Desmoralização dos líderes políticos considerados como reacionários e prejudiciais à comunização do País;
- Infiltração comunista nos órgãos do Governo, na Justiça, em todos os setores e em todos os escalões;
- Infiltração em todos os ministérios civis, órgãos de segurança pública e organismos administrativos.

A legalização do Partido Comunista não era considerada como indispensável, pois o Partido funcionava francamente, mesmo na ilegalidade. Foram os próprios simpatizantes e negocistas, de partidos democráticos, que se apressaram, em determinada ocasião, a oferecer tal legalização, para agradar o Governo e trocar naturalmente vantagens políticas ou econômicas.

Uma preocupação constante do comunismo brasileiro era a desmoralização do Congresso nacional, tachado constantemente de parasitário e improdutivo. Várias tentativas foram feitas para criar uma situação que redundasse no fechamento do Parlamento nacional.

A Constituição foi tachada, até nas palavras do Presidente da República, de reacionária, superada e antipopular (Comício de Vitória a 31 Out 63). A reforma constitucional era preconizada como o imperativo de uma nova ordem.

No campo econômico, os comunistas agiam em dois sentidos. Visando a enfraquecer o sistema vigente, procuravam desmoralizar os investimentos estrangeiros, provocavam e incentivavam greves quase diárias, apoiadas em uma organização de piquetes, cada vez mais fortalecida e adestrada. Os movimentos paredistas, aliados à resistência passiva e à sabotagem, acarretavam consequências profundas como a insegurança, os prejuízos vultosos, o descrédito internacional, a improdutividade e a fuga dos capitais, o aumento do custa de vida. Além disso, infiltrados nas grandes empresas estatais e nos órgãos de controle econômico, os comunistas protegiam seus interesses, premiavam seus aliados, corrompiam personalidades e manipulavam imensos recursos financeiros. A Petrobrás, o Lóide Brasileiro, o SAPS, a Fábrica Nacional de Motores e outras empresas tornaram-se mananciais fornecedores de verbas para a propaganda, a agitação, a manutenção de entidades comunistas e o assalariamento de agitadores.

No campo social, a ação comunista, livre e franca, intensificou suas tradicionais atividades. Ao mesmo tempo em que procurava desmoralizar as iniciativas democráticas, como a Aliança para o Progresso, incentivava a violação da liberdade e do direito privado. Infiltrada inclusive no setor intelectual e no religioso, explorava os sentimentos humanitários do povo brasileiro, clamando contra desigualdades sociais e contra a suposta iniquidade do sistema atual. Em todas as faculdades realizavam-se trabalhos visando ao intenso proselitismo.

No setor do ensino, é surpreendente a ação exercida pelos comunistas. No Ministério da Educação funcionavam verdadeiros centros de comunicação, inspirados na doutrina formulada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e desseminada por numerosos organismos controlados por comunistas, como a Divisão de Educação Extra-Escolar, a Campanha de Assistência ao Estudante, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, o Movimento de Campanha Nacional de Alfabetização e outros.

Em informe sobre trabalho de cultura popular, datado de 7 de novembro de 1963, os membros da fração do Centro Popular de Cultura da Faculdade Nacional de Filosofia confessam sem qualquer cerimônia: "Com o desenvolvimento de nossas atividades, o CPC demonstrou ser uma forma válida de organização de massa bem como do recrutamento. Portanto, nós, comunistas, sabendo que não podemos partir para um trabalho prático sem nos organizarmos, criamos a fração do

CPC. Infelizmente, esta fração só existia de fato, não conseguiu deixar de ser apenas uma segunda direção dentro do CPC, pois não tinha perspectiva do trabalho que devia realizar como fração do partido numa organização cultural. Isto é: não tinha uma perspectiva política de cultura popular e não podia por isso organizar e muito menos atuar. Acreditamos que êstes problemas teriam sido superados se os companheiros da fração e do resto da base encarassem o trabalho de cultura popular com o espírito crítico e seriadades exigidos num verdadeiro comunista". E mais: "Queremos deixar clara a denúncia desta atitude não marxista-leninista em nossas fileiras, e concluir os companheiros a combatê-la com mais uma das atitudes liquidacionistas que devem ser banidas do nosso partido. Companheiro, já é tempo de voltarmos nossa atenção para esta forma de luta de classe — a forma teórica. Além da luta econômica e da luta política, há que se desenvolver um trabalho revolucionário no campo da cultura, através de todos os instrumentos de que dispomos".

Esses órgãos eram coordenados com os sindicatos e com os centros estudantis, como a UNE, a UBES, a UPES, a UFE e UEESP. A êsses centros e grêmios de estudantes eram distribuídas grandes verbas, em parcelas proporcionais ao grau de comunização observado em cada um deles.

Simultaneamente, o Ministério da Educação subvencionava campanhas como a da Imprensa Estudantil, Seminários, Congressos e Cursos, os quais, na realidade, eram apenas instrumentos de disseminação de propaganda ideológica.

A Rádio Ministério da Educação (Rádio da Verdade) era amplamente utilizada na difusão de propaganda comunista. Entre as publicações comunistas, impressas com recursos oficiais e fartamente distribuídas, incluem-se uma famosa cartilha, verdadeiro catecismo vermelho. Estava também sendo editada uma História do Brasil (História Nova), na qual os fatos eram distorcidos e interpretados segundo o prisma ideológico marxista-leninista.

Em nenhum país democrático, a propaganda insidiosa dos comunistas, contra a mocidade, através da deturpação do ensino, se fez sentir de modo tão profundo e eficiente. Contava para isso com meios inumeráveis que o Governo lhe proporcionava e, ao abrigo das liberdades democráticas, com o dinheiro do povo, conspirava para a supressão dessas mesmas liberdades.

A imprensa era outro terreno de intensa propaganda comunista. Poucos jornais se mantiveram com a sua fisionomia democrática inalterada, em todos esse período de coação ideológica. Havia estações de rádio, como a Mayrink Veiga, que consagravam todos os seus programas, de madrugada a madrugada, às atividades de propaganda subversiva. As transmissoras democráticas de rádio e televisão estavam sujeitas a severíssima censura.

No campo militar, como já acentuamos, enquanto procuravam enfraquecer as Forças Armadas, os comunistas estabeleciaiam uma organi-

zação guerrilheira, baseada na zona rural, nas Ligas Camponeras, e, na zona urbana, na milícia constituída pelos denominados Grupos dos Onze, ambas com a finalidade de mobilizar meios para enfrentar e substituir as forças regulares. Armavam-se sindicatos e grupos de operários, como grupos de choque. Declarava-se freqüentemente que à eclosão do conflito, os quartéis e arsenais, controlados pelas praças, abririam suas portas, para armar e municiar os populares insurgentes.

As Fôrças Armadas eram constantemente utilizadas, de forma ilegal, para a proteção de sindicatos e de piquetes grevistas. Aviões militares do CAN eram utilizados para transportar líderes e participantes de congressos comunistas. A pretexto da proteção de próprios federais, reuniões e ajuntamentos comunistas eram guardados contra a ação policial, por soldados de nossas briosas Fôrças Armadas, convertidos criminosamente em protetores da agitação e da desordem.

Nesse conjunto de ações que sumariamos, em todos os campos de atividades, evidenciou-se um fator comum e generalizado; a corrupção; não se pode afirmar que essa prática nefanda se apoie na maquiavélica recomendação de Lênine: "... corromperemos de tal sorte os nossos inimigos, que seus exércitos não terão mais valor". A corrupção brasileira não foi inventada pelos comunistas, mas estes a utilizaram, e de tal modo se envolveram nela que dificilmente poderemos separá-la do aglomerado das atividades subversivas. Os comunistas no Brasil não foram apenas corruptores, mas também corruptos. Vários de seus líderes se transformaram em súbitos milionários e senhores de propriedades valiosas.

OS ERROS E AS OMISSIONES

É possível que um analista distante e imparcial que estude a crônica da Guerra Revolucionária em nosso País fique surpreso ao verificar até que ponto a ordem democrática ficou ameaçada de extinção, sem que, à exceção de manifestações isoladas, houvesse uma reação substancial.

O sentimento nacional estava tolhido por uma forma de anestesia paralisante, talvez uma perplexidade oriunda da surpresa e da amargura, como se tivesse sido submetido a uma despersonalização surpreendente.

Os chefes militares, dominados pelo tradicional espírito da disciplina, recusavam-se a intervir preventivamente para deter o processo reconhecido e identificado. Ouviam estarrecidos os promotores da comunicação, nas estações de rádio e de televisão, pregando a indisciplina e a subversão, ridicularizando a hierarquia e as tradições.

Quando o Deputado Bilac Pinto assomou à tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar a Guerra Revolucionária em curso no Brasil, não faltaram vozes que lhe procuraram ridicularizar o intento patriótico.

E, todavia, o processo subversivo comunista já se encontrava no final de sua etapa preparatória e, no horizonte nacional, se adensava a borrasca próxima.

Quanto nos poderia ter custado êsse rosário de omissões?

Se penetrarmos no campo adversário, examinando-lhes os tenebrosos propósitos comunistas, ressaltar-nos-ão dois erros fundamentais, cometidos talvez na descuidada ânsia de atingir um objetivo que lhe parecia tão próximo.

O primeiro foi o desprezo pelo espírito militar tradicional de nossas Fôrças Armadas, feridas profundamente por duas subversões sucessivas: a dos sargentos de Brasília e a dos marinheiros no Rio. Em ambas, a autoridade do Governo demonstrou-se débil, condescendente e comprometida. Ao mesmo tempo, prestigiava e acatava a ilegalidade dos comandos sindicais que fomentavam a agitação e a indisciplina.

O segundo êrro foi a tentativa de emprobrecimento material e rebaixamento moral da classe média. Enquanto eram atendidas, com incrível brevidade, as reivindicações, por vêzes apenas esboçadas, das demais classes, a classe média brasileira era submetida a um processo corrosivo de extinção.

Esses dois erros táticos foram fatais no insucesso comunista.

Ao lado dêsses enganos que a fortuna proporcionou à democracia brasileira, ressentiu-se, a causa comunista, da falta de líderes autênticos, de personalidades indiscutíveis e intocáveis de chefes incorruptos, voluntariosos e disposto à luta. Os orientadores da guerra revolucionária no Brasil apresentavam à opinião pública biografias tortuosas e suspeitas, povoadas pela desonestade e pela malícia que lhe contraditavam a pregação desacreditada.

O PLANO

Embora a Guerra Revolucionária obedecesse a instruções provenientes de Moscou e transmitidas com freqüência, aos líderes comunistas nacionais, não parece que tenha havido a constituição de um comando centralizado. É mesmo normal, na fase preparatória, a inexistência dêsse comando geral, sujeito a uma destruição que poderia comprometer todo o movimento. Dentro da mais rigorosa técnica comunista, o movimento subversivo dever-se-ia deflagrar, com a imposição de uma situação insustentável, motivada pela insolvência de um problema crítico, implantar-se-ia uma ditadura, possivelmente chefiada por João Goulart e apoiada em um dispositivo militar e nas milícias operárias e campesinas mobilizadas. Esse governo, de transição, empreenderia a depuração particularmente nas Fôrças Armadas, implantaria a ordem socialista, com a adoção das medidas econômicas e políticas correlatas.

2ª fase consistiria na comunização integral, com o possível afastamento dos detentores iniciais do poder e a satelização do Brasil na órbita

dos países filiados ao comunismo internacional. Brasil, Rússia e China formariam a mais poderosa aliança de todo o planeta, isolando os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

A intensificação das ações preparatórias, a partir do célebre Comício da Central do Brasil, indicou a iminência do golpe de Estado que, segundo se presume, deveria ser empreendido em torno da data de 1 de maio.

Em vários Estados, particularmente no Nordeste, ultimavam-se os preparativos para o movimento. O discurso presidencial na homenagem dos sargentos no Automóvel Clube revelou que a decisão final já havia sido tomada.

Tão grande era a confiança nas fôrças disponíveis que o Sr. João Goulart persistiu, durante muito tempo na idéia de esmagar o movimento democrático, quando as tropas de Minas Gerais e de São Paulo já convergiam, celeremente sobre o Rio de Janeiro, e, no Nordeste, o IV Exército dominava completamente a situação.

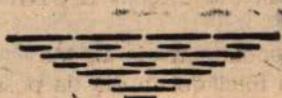
CONCLUSÃO

Não há dúvida de que a revolução democrática de 31 de março consagrou uma das maiores vitórias que o Mundo Livre obteve contra a guerra fria e o comunismo internacional. Só uma injustificável e obtusa falha de percepção impedirá que esse fato histórico marcante sirva de base a uma ofensiva política contra o expansionismo sino-soviético.

O fenômeno da Guerra Revolucionária é, porém, tão profundo, total e generalizado que a reação democrática brasileira não poderá, na contenção do perigo comunista em nossa Pátria, limitar-se à deposição de um governo comprometido que, em pouco mais de dois anos, agravou, de forma inaudita, a situação nacional, em todos os setores de atividade.

Sentimos que a Revolução Democrática terá que firmar-se neste País através de uma tarefa de reconstrução. Terá que consolidar-se pela restauração do clima de segurança, de prestígio internacional, e pela solução consentânea dos graves problemas econômicos e sociais.

Temos, diante de nós, uma obra imensa por encetar e a exigir o esforço conjunto de todos os brasileiros. E certamente a empreenderemos sob a luz radiosa da liberdade e da democracia.



COMPREENSÃO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Ten-Cel Inf OCTAVIO PEREIRA DA COSTA
Oficial de Estado-Maior

PREÂMBULO

Entre várias matérias de interesse para a compreensão da revolução brasileira, desejava o JORNAL DO BRASIL publicar uma versão oficial dos acontecimentos revolucionários, que empolgaram o Brasil a partir de 31 de março.

Fiz-lhe ver a impossibilidade da pretensão. Quem poderia escrevê-la? Quem teria autoridade e ângulo para focalizar precisamente o que se passou? E ainda que houvesse alguém assim capacitado, faltar-lhe-iam isenção e perspectiva para uma versão real e justa.

A história de acontecimentos, como os de março e abril, intensamente vividos pela opinião pública, só poderá ser feita pela integração dos depoimentos de quantos puderam senti-los de perto.

Muito já se disse e se escreveu no País e fora dêle sobre o movimento de abril. As entrevistas dos seus líderes civis e militares. Os noticiários dos correspondentes estrangeiros acreditados no Brasil. As explicações e justificativas dos asilados. O livro de Araquém Távora. Um outro de cujo autor não me lembro o nome. *Os Idos de Março e a Queda de Abril*. Discursos parlamentares. Reportagens, crônicas, artigos. Quase tudo escrito segundo os objetivos de cada um. A verdade de cada um, feita, muitas vezes, de interesses contrariados, de orgulhos feridos, de vaidades sobreexcitadas.

Golpe de Estado. Revanche. Quartelada. Golpe Reacionário. Golpe Militar. Golpe de Direita. Golpe dos Gorilas. Revolução dos Caranguejos. Contra Revolução. Revolução Democrática. Que significa, afinal, o movimento de abril?

Aceito o desafio, não no sentido de apresentar uma versão do que se passou, mas no de uma interpretação dos fatos que estamos presenciando, na esperança de poder contribuir para a sua compreensão e para o entendimento entre todos os brasileiros sem ódios e sem paixões irreconciliáveis.

INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

De acordo com o depoimento de alguns expoentes revolucionários, o movimento teria sido iniciado no dia da posse do ex-Presidente. Tal interpretação, longe de exaltar o feito e os heróis, amesquinha a revolução, reduzindo-a a proporções de simples revanche, quartelada ou golpe de Estado.

Segundo os comunistas de Havana, de Praga, de Pequim, de Montevidéu ou de Paris, os filocomunistas e os seus remanescentes nacionais, estariam diante de uma grande conspiração de maus brasileiros, dos ricos e poderosos, contra os ideais reformistas do povo. Marcharíamos, então, irreversivelmente, para a ditadura e para o nazi-fascismo crioulo. Seria a reação. Seria um golpe retrógrado e fascista. "A revolução dos caranguejos" A contra-revolução, enfim, como se a verdadeira revolução fosse o processo comunizante que se vinha operando no Brasil, nos últimos tempos.

Para analistas militares, na segunda quinzena de março, vivíamos uma das últimas fases do processo subversivo, de ideologia marxista-leninista, que, tecnicamente, se convencionou chamar de guerra revolucionária. O movimento de abril seria, então, a guerra contra-revolucionária. Esta compreensão também apequena os propósitos revolucionários, limitando-os tão-somente à proscrição do comunismo.

O Ministro da Guerra, com a autoridade de sua proeminente participação no Supremo Comando da Revolução, afirmou, na fala ao Congresso e na entrevista de São Paulo, que as origens do 31 de março de 1964 remontam a 22 e 24.

Em verdade, não se pode considerar os acontecimentos de abril como um episódio isolado. Eles constituem apenas um ato, o mais recente, da revolução democrática brasileira.

Rememoremos que o 15 de Novembro de 1889, trazendo-nos a República, a Federação e a separação entre a Igreja e o Estado, operou algumas reformas políticas, mas nada ou quase nada representou no aspecto sócio-econômico.

Seria uma excessiva homenagem à monarquia brasileira dizer-se democrático o nosso parlamentarismo imperial. É certo que em pouco tempo de vida independente evoluímos da monarquia absoluta para a monarquia representativa. Bem sabemos, porém, como se manipulava a representação popular, fosse pelos interesses das grandes famílias, pela influência da Burguesia rural, pelos manejos das cúpulas partidárias ou pela vontade do Imperador. Com maior exatidão, a monarquia parlamentarista estava longe de ser uma democracia. Era mais uma aristocracia. Uma oligarquia.

A República não nos trouxe, desde logo, a democracia. Ao contrário. Trouxe-nos o absolutismo presidencialista. A deturpação dos ideais republicanos. A guerra de famílias. O coronelismo partidário. O caudilhismo. O voto de cabresto. O cangaço a serviço dos interesses políticos. As oligarquias regionais. A política dos governadores.

A verdadeira revolução democrática brasileira só iria fermentar na década seguinte ao término da Primeira Guerra Mundial. E corporificarse com a crise econômica de 29 e com a crise sucessória de Washington Luís.

Era a revolução de outubro de 1930. A revolução nacional. A revolução democrática. O fim da República velha e o prólogo das reformas estruturais. Esse grande movimento de democratização do País, embora fôsse mais tarde deturpado, violentado, traído, dividido e desmembrado até em facções irreconciliáveis, jamais viria a deter-se em sua marcha.

Em seu discurso de posse na chefia do Governo Provisório, afirmava Getúlio Vargas: "O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos por atos e não por palavras cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Comecemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria." E destacava como pontos centrais do programa revolucionário de reconstrução nacional: o saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes da corrupção; nomeação de comissões de sindicância, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos; difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional; reforma do sistema eleitoral; reorganização do aparelho judiciário; consolidação e simplificação das normas administrativas; restauração das finanças; remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional; reorganização do Ministério da Agricultura para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; revisão do sistema tributário; instituição do Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural; organização de um plano geral, ferroviário e rodoviário; e promoção, sem violência, da extinção progressiva do latifúndio".

Observe-se como êsses pontos essenciais do programa da Revolução de 30 se identificam com os propósitos do movimento deflagrado a 31 de março de 1964, na síntese feita por um dos seus mais autorizados chefes: "Identificado com as mais legítimas aspirações populares, propõe-se fundamentalmente a: restaurar o regime democrático representativo e republicano; restabelecer o primado da ordem jurídica; promover a moralização e purificação dos nossos costumes político-administrativos; empreender, dentro da lei e da liberdade, e de acordo com as tradições cristãs da Nação, as indispensáveis e inadiáveis reformas de nossa estrutura sócio-econômica, assegurando, realmente, a todos os brasileiros, igualdade de direitos e oportunidade; empenhar o máximo de energias da Nação no sentido da harmonia e da justiça social, eliminando o divisionismo e a desigualdade; reintegrar plenamente as Forças Armadas na sua destinação de defensora da Pátria e de garantidoras, isentas e apartidárias, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem; libertar da mistificação e da demagogia as minorias que, por boa-fé ou por idealismo, se des-

viaram da estrada larga da democracia e da liberdade; e preparar os homens de amanhã para o exercício de uma democracia autênticamente nossa — justa, próspera, cristã, forte, feliz e magnânima".

A História aponta-nos os caminhos pelos quais os revolucionários de 30 se dividiram, se desviaram e, em muitos pontos, traíram os ideais da revolução democrática brasileira.

A eternização do Governo provisório e o retardo na reconstitucionalização do País originaram a reação cívica de São Paulo em 1932. Era a primeira cisão nas fileiras democráticas, de certo modo insuflada e apoiada pelos oligarcas paulistas, destronados em outubro de 1930.

A derrota pelas armas não impediu a vitória do ideal constitucionalista, consubstanciada na promulgação da Constituição de 1934 e na posse de Getúlio Vargas, como Presidente eleito pelo Congresso.

Inspirando-se nos modelos europeus, especialmente na Constituição alemã de Weimar, a Constituição de 1934 trazia dois elementos novos: o intervencionismo do Estado na ordem econômica e social e o ensaio de representação classista.

Comentando acremente a Constituição de 1934, assinalava Pontes de Miranda que "No período de 1930-1934, o Brasil perdeu a oportunidade para criar a estrutura que mais lhe servisse e pudesse durar." Era o momento propício para a descoberta de uma fórmula que significasse estabilidade, progresso, evolução prudente e sistemática, enriquecimento e fortalecimento da nação, sem sacrifício do pluripartidarismo, do sistema de co-decisão, que herdáramos da Europa e dos Estados Unidos da América. Em vez de procurá-la, a Assembléia Constituinte de 1933-34 se não tornou, para o futuro, impossível, no Brasil, o pluripartidarismo, que sómente invenção técnica genial poderia salvar, profundamente o sacrificou. Comprometeu-o por muitos anos, se não para sempre."

Os males da Constituição de 1934 e a normalização da vida política do País com os vícios remanescentes da república velha agravariam, de 1934 a 1937, o processo de esfacelamento da revolução democrática e fomentaria a grave crise que nos levou à ditadura.

Nutria-se a crise de antagonismos externos e internos. No campo externo, haviam surgido no mundo e se desenvolviam avassaladoramente, organizações partidárias totalitárias e agressivas, infensas aos processos democráticos e ameaçadores de nossas instituições. A intentona comunista de 1935, se bem que destituída de maior profundidade e sem ressonância na opinião pública, era bem um aviso da crescente influência do comunismo internacional. Por outro lado, a arregimentação integralista — inteiramente desvinculada do espírito do povo brasileiro — era a ridícula versão brasileira do nazi-fascismo, em marcha para o fastigio, a guerra e a destruição. No campo interno, a competição política ameaçava degenerar em guerra civil, pelo caudilhismo regional e pelos preparativos militares das milícias estaduais — verdadeiros exércitos que a Constituição de 1934 consagrara.

Dante de tão grave conjuntura, alicerçada em tais realidades e pretextando a total inoperância da Câmara e do Senado, afirmou-se mais forte, no espírito do chefe da revolução de 1930, a vocação caudilhesca, fechando-se o Congresso, adotando-se formalmente uma nova Constituição — a de 1937 — e inaugurando-se o Estado Nôvo.

Era a ditadura. A violentação e traição dos ideais democráticos da Aliança Liberal. A grande e comprometedora cisão entre os revolucionários de 1930.

A ocorrência da Segunda Grande Guerra Mundial, o funcionamento de uma grande máquina de propaganda pessoal, a realização de uma política social progressista e o incontestável magnetismo da personalidade de Getúlio Vargas explicam os oito anos de duração de uma ditadura "ao jeito brasileiro", mas liberticida, implacável e corruptora como tôdas as ditaduras.

Malgrado o desvio ditatorial, Vargas conseguiu realizar alguns dos ideais da revolução democrática, principalmente as iniciativas no campo do trabalho e da previdência social, assim como o lançamento dos alicerces de nossa indústria de base.

O anseio generalizado de redemocratização, que se seguiu ao término da Guerra e as tentativas continuistas, claramente manifestadas na campanha queremista, explicam a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945.

Os quadros democráticos brasileiros estariam, a partir de então, irremediavelmente divididos em dois campos que, dia a dia, mais se afastavam e desafeiçoavam: getulistas e antagetulistas. Na medida em que se extremariam as paixões e se radicalizariam as posições, muita vocação democrática enveredaria pelos desvão das alianças comprometedoras, das negociatas político-administrativas, das providências de exceção ou até mesmo pela subversão comunista.

Nem mesmo o interregno do Governo de conciliação nacional do Presidente Dutra conseguiu minimizar o antagonismo dessas duas correntes. A volta de Getúlio Vargas, eleito pelo povo, mas comprometido com aventureiros inescrupulosos, e marcado de remordimentos, de frustrações e de rancores, açularia novos ódios e novas paixões. É nessa fase que surge, na vida pública, a estranha figura do Presidente recentemente deposto, que acenava com a bandeira de um sindicalismo subversivo, e que iria montar, no Ministério do Trabalho, a poderosa máquina com que asseguraria, desde então, o privilégio de influir decisivamente sobre o processo eleitoral brasileiro. Valem-se da modorra senil do ex-ditador, de sua indulgência e complacência; desvirtuam-se os elevados propósitos da previdência social, e o dinheiro do povo alimenta a corrupção e enriquece os áulicos, os inescrupulosos e os aproveitadores. Por outro lado, e em consequência, a oposição alcança extremos jamais atingidos e se prega abertamente o golpe. A crise chega à ebulação nos dias tormentosos de agosto de 1954 e tem o seu desfecho com a tragédia final de Vargas.

Sobre êsse epílogo, comentaria Gilberto Amado: "A faculdade de enganar que Getúlio revelou, conquanto conhecida, ainda hoje me espanta. Desafia comparação. Nunca em tempo algum houve quem iludisse tanto, tantas vezes ao mesmo tempo." "Getúlio enganado! Este fornecedor de surpresas, até esta forneceu no último período da vida. Antes, nos mil episódios de sua carreira, quando parecia dormitar numa inércia longa estava preparando um salto preciso. O seu sonolejar era o da fera elástica, aprestando-se à captação da presa. Getúlio enganado, mouco e distraído, os olhos aptos a apreender o destino cataratados numa opacidade lóbrega! Mas, num supremo arranque do próprio ser, revertendo a si mesmo na derradeira hora, por despedida talvez, o homem-surpresa conseguiu enganar ainda uma vez. Nem Benjamim Vargas, nem Aranha, nem Alzira, falando com ele minutos antes do suicídio, viram nos seus olhos o anúncio da morte. A impassibilidade não o abandonou. Enganou a todos."

O martírio e o mito de Vargas, as indecisões eleitorais dos antigelistas e a pregação de golpe contra a posse do candidato vitorioso levariam a maioria da opinião pública a apoiar, por algum tempo, os herdeiros e seguidores do velho caudilho dos pampas.

O desenvolvimento inflacionário e faraônico, que caracterizou o período presidencial seguinte, ainda que apresentasse aspectos incontestavelmente positivos, agravou sóbremaneira a crise econômica, política e social, abrindo caminho ao avanço do comunismo. De positivo, a nova dimensão do Brasil, pela multiplicação de sua capacidade industrial; a fidelidade à democracia; e a normalidade do processo democrático, culminando nas eleições mais livres, mais limpas e mais fidedignas de toda a nossa história. De negativo, a torrente inflacionária, a degradação da moeda e o endividamento externo levado a índices de bancarrota. O enriquecimento ilícito, a malversação dos dinheiros públicos e a corrupção político-administrativa. O agravamento dos desniveis entre as regiões do País e as classes sociais. Por sobre os aspectos positivos e negativos, afirmava-se um novo homem-mito, simpático, otimista, bem falante, sem complexos, amigo de seus amigos, de promessas fáceis e de ambições desmesuradas.

Entrementes, iniciava-se no mundo a grande fase de expansão do comunismo. Fortalecido pela vitoriosa aliança com as nações democráticas na guerra contra o nazi-fascismo, pelo domínio da China continental e pelos progressos no campo da energia nuclear, o comunismo iniciava uma nova fase da estratégia da guerra fria, e, fiel à lição de Lenine de que a "rota para Paris e Londres passa pela África e pela Ásia", fazia incidir a sua direção de esforço principal sobre o Oriente Médio, a África e a América Latina. Procurava-se, assim, explorar o natural anseio de independência dos povos africanos e o nacionalismo dos países ibero-americanos. Desenvolviam-se, ao mais alto grau, dois novos antagonismos de notável valor estratégico: o antagonismo colonizado-colonizador e o antagonismo nacionalismo-capitalismo internacional, ambos subordinados à oposição entre espoliados e espoliadores.

O espantoso aperfeiçoamento das armas nucleares, gerando o equilíbrio do terror, pelo qual as grandes potências temem e evitam a guerra, beneficiou a estratégia comunista da guerra fria, esse misto de guerra e de paz de que se procura valer o comunismo para explorar os descontentamentos, as fraquezas, as ambições e a miséria; valer-se da liberdade de que gozam nos regimes democráticos, e assumir o poder, se possível, sem mobilizar um soldado sequer.

No Brasil, essa nova fase do expansionismo comunista escolheu um novo campo de ação de resultados inimagináveis: o da educação e da cultura. O dinâmo propulsor dessa ofensiva foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde uma minoria de ativos intelectuais comunistas, desgraçadamente com a ajuda governamental, e em meio a outros intelectuais inatacáveis, realmente interessados nos estudos brasileiros, conseguiu estabelecer sólida base operacional, que lhes permitiu, já no Governo do Presidente deposto, empalmar o Ministério da Educação e Cultura.

A prevalência dos aspectos negativos sobre os positivos teve sua sanção nas urnas de 3 de outubro de 1960, que consagraram o candidato da oposição. Era a revolução pelo voto. A revolução branca. A retomada da marcha da revolução democrática brasileira.

Ela seria uma vez mais desvirtuada e traída. Pelo homem que liderara e encarnara esse notável movimento de opinião. A traição da renúncia. A renúncia, que, numa heresia do nosso sistema eleitoral, beneficiava precisamente o candidato a Vice-Presidente apresentado pela corrente derrotada nas urnas. O mesmo homem que no Ministério do Trabalho de Vargas montara um dispositivo sindical partidário, subversivo e viciado.

A Nação assistiu ao drama das Fôrças Armadas divididas entre a antevisão da borracha que estava por vir e o espírito da legalidade. Em vão tentaram os seus Ministros a ação preventiva. A esmagadora maioria da opinião pública definiu-se pela tese da legalidade e as Fôrças Armadas, sempre muito sensíveis aos interesses e às aspirações do povo, acataram, uma vez mais, a expressão de sua vontade.

O sentimento de frustração nacional; o desgoverno; o despreparo; a desonestade; a corrupção; o despudor; a falta de autoridade; a insensibilidade; a impudicácia; como diria Vieira, "os indignos levantados, e as dignidades abatidas: os talentos ociosos, e as incapacidades com mando; a ignorância graduada, e a ciência sem honra; a fraqueza com o bastão e o valor pôsto a um canto; os milagres acusados, e os milagrosos réus;" tudo isso gerou a anarquia e o caos de que se serviu o comunismo para a sua extraordinária expansão.

Valendo-se da bandeira reformista, que é uma velha bandeira da revolução democrática e que há mais de trinta anos tornara vitoriosos os revolucionários da Aliança Liberal, janguistas e comunistas conseguiram, por outro lado, iludir e mistificar parcelas consideráveis

dos nossos estudantes e dos nossos trabalhadores da cidade e do campo.

O processo subversivo tornava-se extremamente explosivo nos primeiros meses de 1964. Não havia mais rebuços, nem cerimônias. Considerava-se, de antemão, vitoriosa a revolução comunista. No Congresso, um deputado da chamada Frente Nacionalista chegou a firmar que a vitória era certa e que o único problema era quem chegaria primeiro a Berlim. A nenhuma testemunha desses acontecimentos é lícito minimizar episódios como o comício do dia 13 de março, o sacrifício da Marinha na Semana Santa, e a assembléia do Automóvel Clube. Ninguém, com isenção e honestidade, poderá negar que êsses atos eram os preliminares da iminente revolução comunista.

Foi quando se fêz sentir mais uma vez a vontade soberana da maioria do povo brasileiro, expressa, primeiro, nos lares, depois, nas ruas, e interpretada pelas Fôrças Armadas. Era a nova revolução democrática brasileira. A revolução pelas armas. Numa visão imediatista, era a contra-revolução, a guerra contra-revolucionária. Numa visão histórica mais profunda, a retomada da revolução democrática brasileira, enriquecida pela lição dos tempos, pela mensagem social dos nossos dias. A luta pelas reformas de nossas estruturas sócio-econômicas, dentro da democracia e de acordo com a índole de nossa gente. A investida audaciosa do comunismo fizera o milagre de reunir e unir no mesmo esforço todos os patriotas de correntes antes desavindas que não estavam comprometidos com a corrupção e a subversão. Este foi o milagre da vitória em um dia, sem derramamento de sangue. O milagre da coesão. O milagre da vontade popular. O milagre que é preciso compreender e respeitar, para assegurar a coesão, já ameaçada, e consolidar a vitória democrática.

COMO FOI FEITA A REVOLUÇÃO

Alguns líderes civis e militares afirmaram que as primeiras articulações insurrecionais foram feitas imediatamente após a posse do Presidente deposto. Temos plena convicção de que se não tivesse sido acelerado o processo comunizante com a passagem à ação, essas articulações poderiam transformar-se em tentativas condenadas ao fracasso, como em Jacareacanga, Aragarças, ou mesmo em Brasília. Parece que as articulações só tiveram maior significação quando a subversão se tornou evidente.

A imensa maioria do povo brasileiro e, dentro dêle, as Fôrças Armadas, desejavam que o Presidente deposto presidissem eleições livres, chegasse em paz ao fim de seu mandato e passasse, democraticamente, o Governo a seu sucessor. O respeito à legalidade era algo muito sagrado para a maioria isenta e apartidária dos quadros das Fôrças Armadas. Seria um grave êrro ferir êsse preceito.

Vale ressaltar ainda que a unidade de pensamento democrático das Fôrças Armadas, ressalvada a exceção da pequena minoria de simpatizantes comunistas e de oportunistas, resultava de uma longa e lenta pregação doutrinária, que, emanando da Escola Superior de Guerra, se tripartira na orientação das Escolas de Comando e Estado-Maior das Fôrças singulares e se ramificara pelas escolas, bases, arsenais, estabelecimentos e quartéis.

Na oportunidade em que a reação democrática foi para as ruas, os chefes militares mais responsáveis sentiram a necessidade de preparar o movimento. Estamos seguros de que o planejamento revolucionário foi inicialmente defensivo e de que a grande preocupação dos seus líderes era a de agir dentro dos quadros hierárquicos, interessando na ação, tanto quanto possível, os comandos de todos os escalões. Tratava-se, inequivocamente, de preparar-se para enfrentar o golpe comunista.

Sómente quando a subversão se tornou iminente e quando, uma a uma, as Fôrças Armadas foram ameaçadas de destruição, pelo solapamento da hierarquia e da disciplina, é que se tornou imperiosa a passagem à ofensiva. Quando esse pensamento encontrou acústica e solidariedade até entre prestigiosos chefes militares que anteriormente haviam estado intimamente ligados ao Presidente deposto, tornou-se irresistível.

No planejamento da revolução há alguns pontos que revelam grande habilidade, senso psicológico e argúcia profissional: o movimento antecipado das fôrças militares sediadas em Minas visando a atrair as da Guanabara e facilitar a progressão sobre o Rio das unidades vindas de São Paulo; participação da tropa carioca da Vila Militar na base da confraternização com mineiros e paulistas; inclusão da Academia Militar das Agulhas Negras na coluna que se dirigia ao Rio; golpes-de-mão fulminantes sobre os Governos de Pernambuco e de Sergipe; invalidação da possibilidade de resistência no Rio Grande do Sul. Tudo isso foi planejado com o cuidadoso propósito de evitar choques sangrentos, mas também com a determinação de ir às últimas consequências, se preciso fosse.

No momento da execução, além da notável coordenação havida com os governos estaduais revoltados, quatro aspectos foram particularmente importantes: a instantaneidade da ação do IV Exército; a rapidez e perfeição do movimento das tropas de Minas Gerais e de São Paulo; o entusiasmo dos cadetes da Academia Militar; e a excelente condução do conjunto das operações.

A REVOLUÇÃO NA BALANÇA DE FÔRÇAS INTERNACIONAIS

O Brasil não é uma ilha, mas um verdadeiro continente. O mundo inteiro sabe o que a posse de uma pequena ilha representa para a expansão do comunismo na América e no mundo.

Imagine-se a significação e a repercussão do domínio de um continente como o Brasil. De sua extensão geográfica. De sua posição estratégica. De seus recursos potenciais. De sua expressão demográfica. A maior nação católica.

Seria, infalivelmente, a grande base territorial para a irradiação do comunismo no hemisfério ocidental, ameaçando não apenas os seus vizinhos, que seriam a pouco e pouco absorvidos, mas, principalmente, os Estados Unidos da América.

O Presidente da Alemanha Ocidental, em sua recente visita ao Brasil, compreendeu e proclamou que a nossa queda afetaria também a Europa democrática.

Avalie-se, por outro lado, o exemplo que a vitoriosa revolução democrática brasileira representa para todo o mundo, especialmente para as nações já dominadas pelo comunismo ou na iminência do decisivo assalto ao poder. Representa a esperança de que tudo é possível na defesa da liberdade e da democracia.

Este é o motivo da irritação e do desespere dos governos comunistas e da imprensa vendida ao comunismo de todas as partes do mundo diante dos acontecimentos brasileiros de abril de 1964. Eles sabem que perderam uma oportunidade excepcional.

ASPECTOS REFORMISTAS DA REVOLUÇÃO

A revolução democrática propõe-se a empreender as reformas sociais tão prometidas e tão mal definidas pelo Governo proscrito. As reformas, que não são privilégio de janguiistas e comunistas, que delas apenas se serviram para seus propósitos subversivos. As reformas, que estão na consciência de todos os verdadeiros patriotas e são um dever de qualquer Governo responsável. As reformas, que são, hoje, na verdade, a maior aspiração brasileira.

Se a revolução não se dispusesse a enfrentar o desafio reformista não seria uma revolução, seria mesmo uma quartelada.

O Presidente Castelo Branco governará até o dia 31 de janeiro de 1966, num total de vinte e um meses e meio.

Pouco, muito pouco para realizar uma grande obra administrativa. Mas o suficiente para empreender uma salutar obra regeneradora, iniciar as reformas mais urgentes e equacionar as demais.

O bastante para dar à democracia brasileira um sentido de austerdade, de dignidade e decência, de superioridade moral e de elevação de propósitos há muito perdido no entrechoque das paixões partidárias e no lento trabalho comunista de desmoralização e desesperança.

O necessário para consubstanciar as reformas essenciais.

A revolução democrática enfrentará o problema agrário e promoverá a valorização do trabalhador do campo e o aumento da produção, dando terra aos sem terra, sem o recurso do assalto à propriedade.

privada, mas, sobretudo, ajudando aos que produzem — com o crédito, com a técnica, com a mecanização, com a assistência social — e com um mínimo de desapropriações a preço justo.

Combaterá decisivamente a inflação, que nos ameaça engolir. E em consequência, a desvalorização e a degradação de nossa moeda. A crescente estatização, incentivando o empreendimento particular bem controlado e a serviço da comunidade.

Combaterá decisivamente a inflação, que nos ameaçava engolir. E, toralmente esses flagelos, mas pela higiene, pela saúde e pela criação de riquezas, aumentando o mercado de trabalho.

Enfrentará corajosamente os problemas habitacional e alimentar, consciente de que a casa e a comida, ao lado do trabalho, do vestuário e de um mínimo de educação são, como disse Dom Helder Câmara, as preliminares da liberdade.

No campo político, a revolução zelará pela federação e, reformando o código eleitoral, fará com que a representação popular seja mais fiel, infensa ao poder econômico, à fraude e à demagogia. E dará melhores armas para a defesa da democracia.

No setor trabalhista, criará o sindicalismo autêntico, profissional e apartidário. Encaminhará a Previdência Social para os seus reais e nobres objetivos.

No campo das relações exteriores, marcará a posição altiva e soberana do Brasil, pacífica e compreensiva, mas fiel à sua tradição histórica e às suas origens culturais.

No âmbito do poder militar, empenhar-se-á na grande tarefa de integração das Forças Armadas, visando a torná-las mais eficientes, e, se possível, menos gravosas para a Nação.

No que se refere à justiça, a revolução restabelecerá o primado do direito, respeitará os tribunais; iniciará a reforma judiciária e promoverá, mais do que nunca, a ascensão de juízes íntegros, capazes e democratas.

No campo econômico, empreenderá as imprescindíveis reformas bancária, tributária e fiscal, que contribuem para a restauração das finanças públicas.

A revolução democrática estará especialmente atenta ao Nordeste. O presidente nordestino governará "com os pés no Nordeste".

Mas estará permanentemente voltada para o campo da educação e da cultura, no sentido de que a inteligência brasileira seja fundamentalmente democrática. Para isso, eliminará o proselitismo comunista levado à adolescência. E lutará contra o analfabetismo, preparando cidadãos democratas e não robôs comunistas, como na farsa do método milagroso.

E estará sempre lembrada da velha advertência de Gilberto Amado: "Entre as reformas a serem empreendidas quando o Brasil começar a organizar-se e a criar a sua técnica, em concorrência com a formação científica, o pensamento puro, a filosofia que o exprime, as letras que o valorizam, as artes que o ilustram nenhuma sobrelevará àquela de formar um corpo de sábios, de pensadores, de humanistas, de homens. A civilização não pode resolver-se na máquina, prolongamento ou multiplicação do braço. A civilização precisará sempre de uma luz, que não será captada pela máquina e de um espírito que a máquina nunca poderá produzir."

O QUE RESTA FAZER

Quase tudo. A Revolução sómente agora encerra a fase saneadora e inicia a fase construtiva. Mas se entregou, honestamente, com todas as energias, à tarefa de reconstrução nacional. E mostrou muita coragem. Muita coragem mesmo. A coragem de fazer o que precisa de ser feito, malgrado tudo. A coragem de quem não teme a impopularidade e não se acomoda. A coragem de quem tem uma grande missão a cumprir, e vai cumpri-la.

Seria sobre-humano exigir mais de uma revolução vitoriosa há dois meses apenas. O chefe da revolução de 30, que, incontestavelmente, contribuiu para a implantação da democracia em nossa terra, precisou de um Governo provisório de quatro anos, de uma ditadura de oito e de dois períodos constitucionais de três e de quatro anos para empreender algumas reformas sociais.

A revolução não faltará à confiança da nação.

AS AMEAÇAS À REVOLUÇÃO

Há apenas duas ameaças à Revolução. Primeiro, que se rompa a união entre civis e militares. Depois, que estes se dividam, perdendo a indispensável coesão.

Não é sem razão que os interessados no retorno à situação proscrita concentram seus esforços nessas duas direções, desde que cessou a última resistência em Pôrto Alegre.

A incompatibilidade, a incompreensão e a intransigência entre civis e militares. Que grande objetivo a atingir pelos que choram a oportunidade perdida! É por isso que alguns jornais, alguns articulistas e os boateiros de rua se esmeram nas manchetes provocantes e capciosas, nos comentários, nas crônicas, nas cartas anônimas, nos manifestos apócrifos e até em folhetos imorais, que gerem a desconfiança e insuflam civis contra militares.

Não se procura, apenas, manipular o velho pretexto das reivindicações salariais. Confundem-se um período pós-revolucionário, de uma revolução que desmontou uma insidiosa subversão comunista e que por

isso mesmo exige uma fase regeneradora em nome da segurança nacional, com o advento de um militarismo brasileiro. Imaginar-se um militarismo brasileiro é desconhecer totalmente as nossas Fôrças Armadas a sua formação, a sua índole, as suas raízes populares.

E em nome de um civilismo ameaçado desencadeia-se uma nova campanha civilista, que visa, tão-somente, a abalar, em seus alicerces, a revolução vitoriosa.

Os mais comedidos na pregação civilista dão ênfase ao surgimento do livro de Fred J. Cook, *O estado Militarista*, sem qualquer ligação com o caso brasileiro, pois o que ali se critica é o excesso de medidas de segurança nacional, adotadas pelos norte-americanos depois da Segunda Grande Guerra Mundial. O que o autor e seus apreciadores incondicionais confundem com militarismo é a lição de Pearl Harbour aproveitada. É a grande nação democrática permanentemente alerta contra o perigo de nova guerra. Talvez preferissem vê-la inerme e vulnerável às ameaças de seus novos inimigos. Esquecem-se de que o advento da arma nuclear impõe preparação antecipada e reduziu infinitamente os prazos disponíveis para as decisões, sob pena de destruição total.

Os ainda comedidos e temerosos de que a vitória sobre o comunismo tenda para o fascismo fazem análises históricas sobre os pró-dromos do fascismo italiano e do nazismo alemão, como que advertindo os nossos chefes militares. Esquecem-se de que, no tempo do nazi-fascismo, quando era moda internacional e estávamos em plena ditadura, esse totalitarismo igualmente nefasto mereceu o repúdio da maioria esmagadora das Fôrças Armadas brasileiras, de que é prova eloquente a famosa vaia sofrida pelo adido militar de Hitler na Escola Militar do Realengo, na oportunidade em que o nosso Governo ainda mantinha inexplicável namoro com Berlim.

Os mais sem-cerimônias de tudo se valem para a desejada cisão, e, forçoso é reconhecer, conseguem algum êxito em meio aos espíritos mais desprevenidos ou desatentos.

Jornalistas que assistiram em silêncio à anarquia janguista e não tiveram uma só palavra de condenação ao arbítrio do poder sindical — espúrio e ilegal — indignam-se hoje contra o restabelecimento da autoridade e contra providências enérgicas indispensáveis para o restabelecimento da lei e da ordem — dever constitucional das Fôrças Armadas.

Articulistas há que fazem dos militares o retrato de sérates estranhos, totalmente desprovidos de inteligência, de bom senso e de patriotismo, como se não fôssemos todos feitos do mesmo barro e homens do mesmo povo. O povo brasileiro, de que não se pode dissociar esta ou aquela classe, pois só na concepção comunista admite-se tamanha discriminação. "Não o povo dividido em classes, em regiões, em raças, em crenças, em grupos, em partidos, insuflado de ódios e

preconceitos, mas o povo uno e indivisível — uma só alma, uma só vontade — integrado na comunhão da lei, da língua e da liberdade".

O que os civis precisam compreender é que, num período excepcional, como o que estamos vivendo, os militares, com a responsabilidade da segurança da Revolução — que não pode de forma alguma fracassar —, têm de tomar a frente em muitas iniciativas e atividades. Nada, nem de leve parecido, com o tenentismo de Getúlio Vargas após a vitória de outubro de 1930.

É preciso, por outro lado, que os militares não exagerem os seus méritos na vitória da revolução — que foi a vitória da vontade coletiva — e continuem cumprindo anônimamente o seu dever. Que não se arroguem em árbitros infalíveis de tôdas as questões, que contribuam com tôdas as suas energias para o mais rápido fortalecimento do poder civil. E que pensem, com Temístocles Cavalcanti, que "a nação não constitui despojos na mão do vencedor, mas um patrimônio comum, de que todos devem participar".

Não é outro o pensamento e não é outra a preocupação do Presidente Castelo Branco, quando procura governar acima dos partidos políticos. Ser o Presidente de tôda a comunidade, e não o chefe de uma facção desavinda com outras. Um homem totalmente empenhado em salvar a nação. Em promover o bem comum. Preservar o poder civil e limitar, ao mínimo indispensável, a participação de militares em funções públicas, e, assim mesmo, utilizando-se quase exclusivamente de oficiais que já deixaram o serviço ativo.

A outra ameaça, o divisionismo do poder militar, embora mais remoto e mais difícil, está permanentemente na mira dos interessados no fracasso da revolução.

Confiamos no patriotismo e na clarividência da imensa maioria de civis e militares, que saberão neutralizar êsses perigos. E temos esperança, sobretudo, em que, vencida a etapa reparadora, a revolução enfunará as velas no rumo das reformas sociais. Das reformas democráticas.

Na hipótese absurda de que se frustrassem a nossa confiança e a nossa esperança, dificilmente poderia ser detida, outra vez, a marcha para o comunismo. E os inimigos da democracia sabem disso melhor do que nós.



A DESTINAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS FÔRÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

TEN-CEL INF MARIO O'REILLY
Oficial de Estado-Maior

1. TENDÊNCIAS DAS FÔRÇAS ARMADAS

Desde que os povos se organizaram em nações sentiram a necessidade de criar fôrças armadas para fazer face ao inimigo externo e assegurar a lei e a ordem em seus próprios territórios. No entanto, ditadas por fatôres psico-sociais diversos, condicionantes da evolução inerente a cada povo, nem sempre essas fôrças armadas têm-se mantido dentro da finalidade para que foram criadas.

Por se constituirem no elemento-fôrça de uma Nação, é natural que, enquanto perdurarem os movimentos internos, próprios da busca de uma evoluída estabilidade política e social, as fôrças armadas venham a participar ativamente dêsses movimentos.

Para que se possa apreciar a participação de uma fôrça armada no processo evolutivo de um povo, mister se torna que se analisem os aspectos psico-sociais dêsse povo, determinando os traços característicos de sua personalidade básica e o processo de formação (recrutamento) de suas Fôrças Armadas. Aqui se encontram as causas reais das tendências diversas observadas na participação das fôrças armadas na história dos povos.

Mas, para que uma fôrça armada represente fielmente os anseios de um povo e com êle se identifique integralmente, é preciso que possua os mesmos atributos da personalidade básica dêsse povo, constituindo-se, portanto, uma amostra representativa do todo social e não de parcelas ou castas privilegiadas. O recrutamento, de oficiais e praças, em tôdas as camadas sociais de tôdas as regiões do país, assegura às fôrças armadas um caráter eminentemente nacional e democrático em perfeita sintonia com o povo, do qual guardam os atributos psico-sociais definidores; procedimento diferente, sob a forma de privilégios ou exceções, impedirá que as mesmas sintonizem com o povo e o compreendam em seus anseios e aspirações.

Dentro dêsses limites — recrutamento popular ou recrutamento discriminado — e considerando-se os atributos comuns de personalidade, encontram-se as tendências diversas de atuação das fôrças ar-

madas, que vão desde a participação integral nas ações do Governo à posição exclusiva de mantenedores da ordem e da lei, a serviço de um Governo, lídimo representante do povo.

Quando o recrutamento é feito sob a forma de privilégios — situação em que as fôrças armadas não guardam os vínculos hereditários com o povo, constituindo-se até numa classe com características psico-sociais próprias — têm sido formados regimes de exceções, com a convivência ou sob a direção das fôrças armadas. Tais regimes militaristas têm ocorrido em países onde a maioria da população se encontra num estágio primário de desenvolvimento político e social, ou mesmo em plena evolução. Ora ocupando o Governo, constituindo-se num privilégio social ou pretextando conduzir o desenvolvimento da Nação em face do atraso do povo, ora apoiando governos de fôrça, são os muitos exemplos, a atestar as tendências das fôrças armadas, encontrados em países da África, Ásia e América do Sul. Embora raros em países de adiantado desenvolvimento político e social, encontram-se na Europa alguns desses regimes de exceções, formados com a convivência das fôrças armadas. Há ainda a acrescentar, como tendência de fôrças armadas com recrutamento discriminado, que se um povo tem em sua personalidade básica atributos próprios da rígida personalidade do militar, suas fôrças armadas facilmente se entusiasmam por governos de fôrça, dando-lhes apoio, desde que esteja em causa uma política nacional de predomínio ou prestígio mundiais — constitui exemplo, a Alemanha militarista de Hitler.

Quando o recrutamento se realiza em tôdas as camadas populares — situação em que são mantidos todos os vínculos psico-sociais hereditários, constituindo-se as fôrças armadas no **Povo em Armas** — a situação dessas fôrças armadas se tem feito sentir numa simbiose perfeita com o povo em toda a sua evolução política e social, seja apoiando suas reivindicações, ou a elas se antecipando numa tradução de anseios, ou seja, ainda, opondo-se àqueles grupos político-econômicos, dominantes, exploradores da boa-fé e atraso da maior parte da população. Tendo o povo atingido um estágio superior em seu desenvolvimento político e social resume-se a tendência de tais fôrças armadas a assegurar, como guardiãs desse povo, sua tranquilidade interna e externa.

Que dizer da tendência das fôrças armadas de uma Nação, cujo povo de elevado índice de desenvolvimento político e social vem de participar, e ainda participa, integralmente, de uma guerra mundial em defesa das instituições democráticas ameaçadas pelo totalitarismo comunista? Fala-se em **Estado Militarista** para caracterizar a grande influência que as fôrças armadas norte-americanas têm nos problemas de Governo, visando ao equilíbrio mundial. Pensará assim a esmagadora maioria do povo americano, convencida de sua importância no consenso universal? Ou se julgará uma **Nação Militarista** que está

trocando uma parcela de sua tranqüilidade atual por uma paz verdadeira e duradoura no futuro? De qualquer forma, há que se considerar que um povo com elevado grau de maturidade política não pode ser considerado inconsciente na condução de seus destinos, como poucos querem fazer crer.

A análise psico-social de um povo, buscando as tendências de suas fôrças armadas, só terá validade se confrontada com a correspondente análise histórica. Poder-se-á, então, concluir sobre a destinação dessas fôrças armadas, caracterizadas por sua formação essencialmente democrática ou não.

2. FÔRÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

A — ANÁLISE PSICO-SOCIAL

Para que se possa determinar a tendência das fôrças armadas brasileiras, importa que apreciemos, inicialmente, alguns traços característicos da personalidade básica do homem brasileiro, aquêles que o identificam em todos os quadrantes do País. Produto em pleno desenvolvimento de três grandes raças e culturas — o negro, o branco e o índio — a se amalgamarem em síntese admirável, neste meio ambiente sem par que é a terra brasileira, nêle já se fazem sentir o espírito independente, a alegria natural e a impulsividade, consagrando seu amor à liberdade, o espírito de tolerância e a inteligência viva, afirmindo seu sentimento de igualdade, a bondade e o trabalho humano, justificando sua proverbial fraternidade. Este é o homem que sob o signo do Cruzeiro do Sul aqui se vem forjando e no qual as fôrças armadas brasileiras assentam sua destinação democrática.

Como qualquer fôrça armada, as fôrças armadas brasileiras são definidas por seus elementos mais permanentes — seu quadro de oficiais, que lhes empresta as características básicas. Recrutados em tôdas as camadas populares e em todos os cantos do País, sem preconceitos de côr, credo ou origem, apenas selecionados pelo seu valor moral e físico-mental, constituem-se os oficiais das fôrças armadas brasileiras em verdadeira expressão do povo brasileiro, do qual mantém todos os traços fundamentais.

Corroborando esta afirmativa, há que se recordar a campanha da Itália, onde o ambiente de liberdade, igualdade e fraternidade, sem quebra da disciplina militar, criado pelo procedimento amigo, paternal mesmo, dos oficiais em relação aos subordinados, justificou grande parte do excelente comportamento do nosso combatente nas mais diversas situações de combate. Aí se encontram as razões da afeição entre superiores e subordinados, do espírito de camaradagem e de grupo, da disciplina intelectual e do espírito de iniciativa e de

sacrifício. Mais ainda, em todos os momentos, o oficial brasileiro reafirmou as suas características de líder democrático, facilitadas pela aceitação natural de normas disciplinares moderadas por parte dos subordinados.

Finalmente, ainda atestando a tendência democrática das forças armadas brasileiras, mercê dos laços psico-sociais que as prendem ao povo, há que se destacar o entendimento mútuo entre esse povo e suas forças armadas, em todas as oportunidades em que houve necessidade de manutenção da ordem e da lei. Disse o Professor San Tiago Dantas: "O Exército brasileiro, a classe militar no seu conjunto, mas principalmente o Exército tem o seu comportamento na sociedade brasileira, em grande parte influenciada pela profunda coincidência estrutural entre o Exército e a classe média."

A análise psico-social realizada para determinar a tendência das forças armadas brasileiras conduz-nos à afirmativa de uma destinação democrática — não militarista. Resta-nos buscar na história os testemunhos que a comprovem.

B — ANÁLISE HISTÓRICA

Jamais outro povo teve, como o do Brasil, uma história entrecortada de fatos que justificassem tanto a tendência democrática das suas forças armadas. Estiveram sempre ao lado do povo, seja apoiando suas reivindicações, ou a elas se antecipando, ou seja, ainda, opondo-se a grupos político-econômicos dominantes que intentassem explorar sua boa-fé ou atraso. Desta forma, vêm as forças armadas brasileiras colaborando para que o Brasil solucione democraticamente os grandes momentos de sua evolução social, enquanto outros povos o fizeram, e ainda fazem, em dramática situação. Foi assim no movimento emancipador de 1822, como o foi na abolição da escravatura onde, recusando-se à captura dos escravos fugidos, anteciparam a solução do problema, anseio da maior parte da população brasileira. Voltam a se manifestar na proclamação da República, com a seguinte observação de Gilberto Freire: "O Exército, fazendo, como fêz, o 15 de Novembro, antecipou-se pela violência branca àqueles elementos revolucionários na desejada solução republicana ...". Participaram ainda da revolução de 1930, interpretando anseios populares e mantiveram-se firmes aos influxos militaristas nazi-fascistas que lhes foram dirigidos nos preâmbulos da Segunda Guerra Mundial. Antecipando-se ao povo, já inebriado pelas cavilações de um regime ditatorial, fizeram a revolução de 1945.

Finalmente, sob a ameaça do regime e das instituições democráticas por uma ideologia estranha ao nosso povo, vendo conspurcados os poderes públicos pela traição e corrupção, participaram as forças armadas brasileiras da revolução de 31 de março último.

Traço comum tem caracterizado tôdas essas participações das fôrças armadas — sua inteira desambição ao Poder, entregue a elementos civis tão logo cessaram os motivos que lhes deram causa.

Mesmo agora, quando o Brasil estêve à beira de um colapso, face ao inimigo comum das democracias — o comunismo, as fôrças armadas asseguraram democraticamente o poder civil. Talvez que a segurança nacional exigisse que retivessem o poder nessas agruras da Guerra Revolucionária comunista. Porém, venceu, mais uma vez, o seu espírito civilista, a despeito das dificuldades de se combater o comunismo com a Nação ainda traumatizada.

Assiste-se, então, em plena atividade, à técnica subversiva comunista perturbando os objetivos a alcançar pela revolução e explorando as liberdades inerentes a uma oposição construtiva, num atestado eloquente da tendência não militarista das fôrças armadas brasileiras.

3. CONCLUSÕES

Desde a 2^a Grande Guerra caminha a civilização a passos de gigante. As ciências e as técnicas adquiriram um acelerado desenvolvimento: o homem moderno já não se surpreende com o noticiário da imprensa. A educação natural é uma realidade: cinema, jornal, rádio e televisão participam do processo social em ebulação maior nos países menos desenvolvidos. Assiste-se ao despertar de povos e ao crescimento acelerado de outros. Há um anseio geral, espontâneo, de tôdas as criaturas humanas pelo direito de um lugar ao sol — há que evoluir as leis sociais ultrapassadas, sob pena de se perder a corrida da civilização; há que se atender por um dever cristão e patriótico aos anseios do povo.

Se é verdade que a democracia é o regime que procura assegurar para o homem uma evolução, dentro dos ideais mais puros de liberdade, igualdade e fraternidade, é também uma verdade que, enquanto o povo não tiver atingido uma sólida posição político-social, ela não pode impedir que êste povo seja presa fácil nas mãos de homens gananciosos de poder e riqueza. Homens sem o menor resquício de bondade e amor; ao contrário, por vêzes, até manipuladores da corrupção e comprometidos com ideologias estranhas e inadequadas, pertencentes a povos de outras raças e culturas. Homens para os quais em realidade, não interessa o atendimento aos anseios do povo.

No entanto, quando um povo tem uma fôrça armada, encarnando suas mais profundas características psico-sociais, dispõe êle da fôrça capaz de assegurar democraticamente a sua evolução, traduzindo os seus anseios ou a êles se antecipando, como tem sido observado numa análise desapaixonada da história.

Vivemos um momento histórico de repercussão universal. Voltam-se para nós olhos esperançosos de homens oprimidos e olhos confiantes de homens livres — enquanto alguns povos têm ou tiveram de fazer a sua revolução de forma violenta, nós a estamos fazendo pacificamente, embora enérgica e dura com os traidores do povo, os corruptos e os inescrupulosos. Mas isto leva algum tempo, pois jamais se conspurcou tanto uma nação como foi feito agora.

O povo brasileiro queda-se perplexo ante a traição e a corrupção relevadas, que sabia existirem, mas não com tal vulto e periculosidade, e espera confiante que a revolução de 31 de março há de sanear o País e proporcionar as reformas sociais, capazes de assegurar condições de vida humanas e justas a todos os cidadãos. Não teme que as suas fôrças armadas reneguem o passado e a própria origem e estabeleçam um regime militarista de exceções, pois que as conhece bem através de mais de cem anos de história e sente que nelas pulsava seu próprio sangue. Sabe, também, que elas sofrerão e resistirão a uma terrível campanha: de uns, civilistas, por não admitirem a interferência de militar na política nacional; de alguns por não terem compreendido bem o momento que atravessamos; e de outros porque hão de procurar desmoralizar a revolução, numa reação natural dos traidores e corruptos, intentando conquistar as posições perdidas, valendo-se das liberdades democráticas existentes.

Entretanto, êsse povo predestinado, que é o brasileiro, confia em que chegou a hora de apresentar ao mundo a sua civilização, edificada com amor, coragem e alegria, e onde possam viver todos os homens de boa vontade em Liberdade, Igualdade e Fraternidade.



Uma disciplina que não se baseia na justiça, na caridade e na compreensão, converte-se na pior das tiranias.

Cel J. De La Torre Galan.

se em que o militar é um dos que mais se esforçam para a realização de um ideal de justiça social. Ele é o homem que mais se esforça para a realização de um ideal de justiça social. Ele é o homem que mais se esforça para a realização de um ideal de justiça social.

O PAPEL SOCIAL DO OFICIAL

Cap Art LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO

"Para o bem ou para o mal, a educação, no seu sentido mais amplo, é mais poderosa que qualquer outra força à disposição do Estado. Uma educação sólida é a chave de todo o êxito, e o fundamento de toda a prosperidade e grandeza da Nação." Alm Plunkett.

Nesta época conturbada do mundo moderno, em que se agitam as bandeiras de novas doutrinas sociais, sem uma conceituação em termos explícitos e objetivos, na qual o egoísmo supera o altruísmo, e a mediocridade e o "deixa ficar" nivelam os homens, é comum se incriminarem as Fôrças Armadas de peso morto e onerosas ao erário — esquecido o papel de agente socializador que exercem mormente por meio de seus oficiais.

Este discutido e controvertido assunto não é manchete de hoje, como pretendem alguns. Há mais de um século o insigne militar e educador francês Lyautey já o debatia em artigo de considerável repercussão internacional nas esferas civis e militares. E, assim, vem sendo objeto de apaixonadas e calorosas polêmicas nas primeiras páginas de grandes jornais, recebendo aplausos e críticas. Em nossos dias é ainda matéria viva de interesse geral.

Nos círculos militares o tema é acolhido com reservas, mal interpretado e até mesmo deliberadamente ignorado por muitos, talvez por negligência ou por julgarem-no insignificante face aos problemas táticos e técnicos. Entretanto, é de salientar-se que destacados soldados culturaram as armas com o mesmo ardor com que encararam o papel social das Fôrças Armadas, e a História — juiz implacável — não lhes negou reconhecimento.

Esta importante missão, que implicitamente cabe ao militar de carreira, é no anonimato cumprida por ele, quer queiram ou não. No caso brasileiro, dentro da atual conjuntura político-social, com muito mais forte razão, o profissional das armas deve atender bem para esta nobilitante tarefa que lhe é confiada.

O enorme desarmamento moral — produto da guerra, a reação contra as misérias e as tristezas que afligem a humanidade, o abatimento do espírito público, a indiferença pelo interesse geral, os direitos eclipsando os deveres, a ambição sem fronteiras mascarada de um pseudo-evolu-

nismo, o materialismo ateu sobreposto às leis de Deus, um pacifismo nefasto, aliado ao comodismo conduzem a juventude — já sobrecarregada por extensos currículos e programas — a uma política de facilidades imediatistas camuflada de pragmatismo.

Com o advento do serviço militar obrigatório anualmente milhares de jovens, na quase totalidade adolescentes, das mais diversas origens, credos religiosos, filosóficos e políticos, vêm ter à caserna. Desta forma tôda a Nação sem exceção de grupos sociais — empregados e empregadores, iletrados e cultos, pretos e brancos, ricos e pobres, católicos e protestantes, estudantes e operários — isto é, os futuros dirigentes do país e o seu organismo passam, durante o período de sua vida em que estão plasmando sua personalidade, pelas mãos de um tenente, capitão e coronel, de quem recebem substancial influência.

A preparação desta massa heterogênea de modo a ser restituída à sociedade em condições de trabalhar em seu proveito com entusiasmo, sem apatia e ódio, por alguma coisa e não contra alguma coisa, com sadio idealismo e ambição moderada, com olhos fitos no dever sem se deixar ofuscar pelos direitos, sob uma disciplina consciente é o que se faz necessário, agora mais do que nunca, para que o homem não sucumba pela decomposição moral que o individualismo traz.

Por outro lado, os estudos prévios e analíticos do campo-de-batalha do futuro levam a acreditar que na guerra de amanhã as frações de tropa podem cingir-se à ação do soldado isolado, o que exigirá deste elevado padrão moral para lutar e sobreviver.

Portanto, como sói acontecer, é evidente que sobre os oficiais, como alicerces das Fôrças Armadas, repousa a dupla e pesada responsabilidade de modelar o jovem conscrito, não só para enfrentar a tensão do campo-de-batalha do porvir, como também para viver em sociedade e para a sociedade. Por conseguinte, a educação do soldado na sua mais ampla acepção é uma indiscutível e indeclinável obrigação do oficial.

Mas há quem alegue que é impossível educar, no sentido lato da palavra, no presente, porque a variedade e complexidade do material bélico somada à contínua e acelerada evolução da tática e da técnica já tornam a formação do soldado difícil.

Aqueles que assim argumentam, podemos contrapor que embora educar seja laborioso, não implica em achar uma "fórmula mágica", nem tampouco em dispor de um suplemento de horas extras; basta apenas o oficial desincumbir-se de seus misteres normais imbuído do espírito de que é um líder e que a finalidade do serviço militar visa a formação de uma reserva capaz, disciplinada, vigorosa e, sobretudo, de cidadãos conscientizados perfeitamente ajustados à comunidade. A resistência de uma corrente é medida pela resistência dos elos que a integram. À melhoria da corrente, a inobservância de qualquer um desses fatores ao forjar-se uma reserva militar invalidará o título de soldado.

Devolver à sociedade homens mais desenvolvidos, integrados, de melhor apresentação interior e exterior, menos egoístas, concomitantemente sabendo obedecer e querer bem, prontos a se sacrificarem pelo bem comum e tudo dar ao país se preciso fôr, eis, em síntese, a ação socializadora que as Fôrças Armadas cumprem.

Naturalmente, a colimação dêste objetivo requer do oficial maior espírito de abnegação e mais nítida noção de cumprimento do dever. A chave de todo o êxito o oficial a enfeixa quando não se descuida jamais de servir como exemplo, interessa-se por ela um de seus homens em qualquer situação, anima-se do propósito constante de agir com justiça e destacar o valor desta virtude militar, desperta o gôsto pelo asseio individual e por uniformes impecáveis em seus subordinados, faz compreender a necessidade da disciplina e que esta não exclui a estima respeitosa, demonstra que no trabalho de equipe do grupo-de-combate, da seção, do pelotão e da subunidade as comodidades pessoais cedem ante o bem-estar geral e prevalece o anonimato, exalta e revive o amor pela Pátria e o que se deve a esta mãe comum. Assim, cumprindo seu dever militar, no sentido mais puro e elevado, o oficial, de um só golpe, estará também desempenhando o seu papel social.

Isto para não citar o denodado trabalho obscuro do oficial das inóspitas guarnições do interior, que além de suas funções normais, as quais demandam sacrifício e desprendimento, não raro exerce atividades peculiares a um professor, médico, dentista, veterinário, sacerdote, advogado, engenheiro, mecânico, etc.

Se êste programa educacional desenvolvido pelas Fôrças Armadas fôr melhor considerado e apoiado, ver-se-ão novas gerações ingressando na sociedade, transformando o espírito público e levando a ordem e progresso a todos os pontos do território nacional.

O ideal seria que as vozes que se erguem, contrárias às Fôrças Armadas, tornassem suas fecundas palavras, convertidas em verdadeiras portadoras da convicção que a obrigatoriedade do serviço militar, em lugar de constituir um sério problema no início da vida de um jovem, representa um salutar complemento de sua educação.

"Tudo tem sua moral, basta saber achá-la" — o oficial além de militar é um educador.



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

PROGRAMAÇÃO PARA 1965

JANEIRO: *ESTRADAS SEM FIM*, de Severino Rocha Carvalho, Prêmio Franklin Dória, 1963.

FEVEREIRO-MARÇO: *GUERRA REVOLUCIONARIA*, pelo Ten-Cel do Exército de Portugal Hermes de Araújo Oliveira.

ABRIL: *LOGÍSTICA PARA A INVASÃO*, pelo General Sena Campos.

MAIA: *DIVE TO VICTORY* (Título provável, *ARMED REMETIDA PARA A VITÓRIA*), de Robert S. Allen. Trad. Ten-Cel Celso dos Santos Meyer.

JUNHO-JULHO: *DO LITORAL AO SERTÃO*, por Funchal Garcia, com ilustrações do autor.

AGOSTO-SETEMBRO: *UM ENSAIO SÔBRE A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA*, pelo Ten-Cel Wilson Moreira Bandeira de Mello.

OUTUBRO: *CONVERSA SÔBRE A HISTÓRIA DO BRASIL*, por Corina Pessoa.

NOVEMBRO: *ARTUR OSCAR (SOLDADO DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA)*, pelo Maj Eugênio de Andrade Guimarães.

DEZEMBRO: *CORUMBÁ, ALBUQUERQUE E LADARIO*, pelo Gen Raul Silveira de Mello.

Observações — A programação acima poderá sofrer alterações, de acordo com as imposições dos estabelecimentos gráficos.

O processo de exploração da Sônia não é o único que o Brasil realizou. O processo de conquista e colonização do Brasil compreendeu tanto para leste quanto para oeste, com destaque para o sul e oeste, no entanto, que abrangeu a maior parte do território.

EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

(Continuação)

Cel Cav MOACYR RIBEIRO COELHO
Oficial de Estado-Maior

2ª PARTE — CONQUISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

II — CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DO RIO DA PRATA

A — FASE DOS ADELANTADOS

I — DESCOBRIMENTO E PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES

Ainda antes do descobrimento oficial do Brasil, os espanhóis, a partir da terceira viagem de Colombo, começaram a perlustrar a costa oriental da América do Sul, desde a ponta de Manzanilla, no Panamá, até ao cabo de Santo Agostinho, no litoral brasileiro. Vicente Yáñez Pinzón que parece ter sido o descobridor do rio Amazonas; Diego de Lepe que percorreu o litoral norte até ao cabo de Santo Agostinho; e Alonso Vélez de Mendoza representam as atividades dos descobridores castelhanos na costa norte do Brasil entre 1499 e 1500.

A partir do descobrimento do Pacífico (1513), quando se tornou evidente que as terras descobertas em 1492 não faziam parte da Ásia mas que, pelo contrário, constituíam um Novo Mundo, reacendeu-se o ímpeto de navegantes e aventureiros na expectativa de novas e fabulosas descobertas. E a meta pretendida passou a ser o Atlântico Sul onde se presumia existir a ligação entre os dois oceanos, cujo conhecimento e conquista as coroas rivais reputavam de máxima importância.

Nesse propósito, enquanto a Espanha preparava a grande armada de Pedrarias D'Ávila, Portugal despachou no rumo do Sul, a pequena frota de Cristóvão Haro que foi, provavelmente, a descobridora do Rio da Prata (1513).

A região platina foi a seguir visitada por Juan Diaz de Solis, Piloto-Mor de Castela, o qual penetrou no estuário (fevereiro de 1516) e, tendo desembarcado na margem uruguaya, foi trucidado pelos índios Charruas que habitavam a costa e ilhas fluviais.

O fracasso da expedição de Solis não fêz diminuir o interesse pela ligação interoceânica e uma nova frota, comandada pelo português Fernando de Magalhães, demanda o Atlântico Sul e penetra no estuário verificando não existir ali a tão procurada passagem (fevereiro de 1520).

Prosseguindo para o Sul, Magalhães acharia o estreito que lhe conserva o nome e realizaria a primeira viagem de circunavegação do globo.

Em 1527 Sebastião Caboto, navegador veneziano que a serviço de Castela se dirigia às Molucas, através da passagem descoberta por Magalhães, tendo atingido a Ilha de Santa Catarina, resolveu mudar o destino de sua expedição em face das fabulosas notícias que recebeu sobre o Rio da Prata.

Nessa ilha, onde se haviam estabelecido naufragos da expedição de Solis, já existia um pequeno povoado — o Pôrto dos Patos — onde escalam os navios que demandavam o Sul. Aí Caboto teve notícia da expedição de Aleixo Garcia, um dos sobreviventes da frota de Solis que, em 1525, internando-se pelo sertão, havia chegado a Chuquisaca (Sucre, atual), onde recolhera grandes quantidades de ouro e prata.

Impressionado com tais informes, Caboto demandou o Prata e subiu o rio Paraná até a foz do Carcaraná, onde fundou o forte do Espírito Santo (junho de 1527).

Segue-se no Prata a presença de Pero Lopes de Souza (irmão e componente da Expedição Colonizadora de Martim Afonso de Souza), o qual explorou o estuário (novembro-dezembro 1531) em cuja margem esquerda andou implantando padrões significativos de posse lusitana.

2 — A EXPEDIÇÃO DE PEDRO DE MENDOZA — PRIMEIRA FUNDAÇÃO DE BUENOS AIRES

Após a viagem de Martim Afonso de Souza, sentiu a Espanha a necessidade de conter o arrojado lusitano que, já instalado em São Vicente, poderia ameaçar as possessões castelhanas no Peru.

Para arredar o perigo tratou Madri de apressar a ocupação do Rio da Prata, que já se sabia situada “a espaldas de Cástilla de Ouro”, e concedeu a Dom Pedro de Mendoza, nomeado Adelantado a 1 Mai 1534, a governança de todo o vasto território banhado pelo estuário e que, limitado ao norte com a Província de Charcas, avançava para leste até o famoso meridiano de Tordesilhas.

O Adelantado — mais palaciano do que soldado — chegou ao Rio da Prata em Jan 1536 à frente de uma esquadra dotada de fartos recursos e equipada com 1.800 homens de armas.

Arribando à ilha de São Gabriel, Mendoza fez explorar ambas as margens do estuário, após o que fundeou junto às barrancas da margem esquerda e denominou de pôrto de Buenos Aires à povoação que se dispunha criar.

A vasta planura circunvizinha era habitada pelos Querandies e Guarani das ilhas os quais, a princípio, auxiliaram os conquistadores nos trabalhos iniciais de instalação. Mas em breve, cansados das exigências dos colonos, lhes retiraram o apoio e terminaram por entrar em franca hostilidade que, iniciada com o combate de Corpus Christi (15 Jun 1536), terminou pelo assédio às fortificações dos espanhóis cujas choças os índios tentavam incendiar.

O cerco durou mais de 15 dias, tendo os sitiados, após se alimentarem de ratos e cobras enquanto isso existiu, passado a devorar o couro dos arreios e calçados, chegando até ao canibalismo.

Vencida a crise, prosseguem nos trabalhos de exploração. Juan de Ayollas funda o forte de Corpus Christi, próximo ao rio Caranda e sobe o Paraná em procura de vias de acesso para as regiões do ouro e da prata que sabiam existir na costa ocidental.

Entrementes o Adelantado, que não tinha notícias do seu auxiliar imediato, Ayollas, envia os capitães Juan de Salazar e Gonçalo de Mendoza para o interior do país com a missão de procurá-lo. Sentindo-se doente e antevendo o fracasso da sua empresa, Mendoza resolve retornar à Espanha e, deixando Ayollas como seu sucessor, zarpa de Buenos Aires a 22 Abr 1537, tendo falecido em viagem (23 Jun) vitimado por mal venéreo que lhe minava o organismo.

3 — FUNDAÇÃO DE ASSUNÇÃO DO PARAGUAI

A expedição de Mendoza não foi totalmente perdida porque Juan de Salazar, remontando o Paraguai, fundou próximo à embocadura do Pilcomayo uma fortaleza (15 Agô 1537) dedicada a Nossa Senhora de Assunção, origem da cidade desse nome.

Esta fundação assinala um fato relevante na história da conquista do Rio da Prata porque, fracassada a primeira fundação de Buenos Aires, a colonização prosseguiu no interior do Paraguai, centralizada em Assunção.

Por morte de Ayollas, que sucumbiu às mãos dos índios, Domingos Martinez de Irala assume a direção do que restava da expedição, faz a população evacuar Buenos Aires e instala o governo em Assunção que transformou de fortaleza em cidade (16 Set 1541).

Este primeiro governo de Irala prolongou-se de 1539 a 1542, quando chegou ao Paraguai o segundo Adelantado, Álvar Nuñes Cabeza de Vaca.

4 — EXPANSÃO TERRITORIAL DOS ADELANTADOS — SEGUNDA FUNDAÇÃO DE BUENOS AIRES

Com o fracasso da primeira fundação de Buenos Aires, e consequente internamento da atividade espanhola no Paraguai, o caminho na-

tural para as comunicações da metrópole com a mediterrânea Assunção passava pelo litoral brasileiro. Dessa forma, São Francisco tornou-se um pôrto praticamente castelhano, assim como o Pôrto dos Patos localizado na Ilha de Santa Catarina.

Já em 1525, partindo do litoral, Aleixo Garcia havia alcançado o Paraguai e, daí, os altiplanos da Bolívia; agora, marchavam os Adelantados e seus prepostos no rumo inverso, com o propósito de alcançar o litoral atlântico que os colocaria em ligação com a metrópole, sem passar pelas adustas paragens do Rio da Prata.

Por outro lado, à margem oriental do rio Paraná numerosas tribos indígenas tinham os seus aldeamentos, e a captura do selvagem foi sempre um grande estímulo para as incursões dos civilizados.

Dando mostras desse sentido expansionista, o segundo Adelantado do Rio da Prata — Álvar Nuñes Cabeza de Vaca — desembarcou na Ilha de Santa Catarina a 29 Nov 1541, dela tomando posse em nome do Rei de Espanha. Aliás, fêz o mesmo em Cananéia e São Francisco, ao apontar nesses locais.

Do Pôrto dos Patos, o governador espanhol internou-se no sertão, com destino ao Paraguai. Subiu o Rio Itapucu, transpôs a Serra do Mar, alcançou o Rio Tibagi, prosseguiu pelo Ivaí, transpôs o Piquiri para atingir o Iguaçu ao longo do qual viajou até ao Paraná, que desceu até a sua confluência com o Paraguai. Subindo este curso d'água, Cabeza de Vaca atingiu Assunção a 14 Nov 1542.

Em 1544, Martinez de Irala — então pela segunda vez no governo — incursionou pelas ribas do Paraná a pedido dos caciques de Guairá que solicitaram proteção contra os tupis. Dessa incursão resultou a fundação de Ontiveros.

É, porém, um decénio depois (1554), que a jurisdição espanhola de Assunção começa a firmar-se à esquerda do grande rio cuja transposição punha os castelhanos diante de um imenso território. Nesse ano Irala, então pela terceira vez no governo do Paraguai, encarregou o Capitão Rodriguez Vergara de fundar a Vila de Ontiveros, à margem esquerda do Paraná, uma légua acima das Sete Quedas.

Como porém, a iniciativa não lograsse êxito, Ruy Diaz Melgarejo, três anos mais tarde, transferiu a população já bastante reduzida, para outro setor junto à foz do Piquiri, repartindo-se entre os sessenta soldados "encomenderos" cerca de 40 mil aborígines.

Em 1576 o mesmo Ruy Diaz Melgarejo fundou um novo estabelecimento espanhol, por determinação do governador Juan de Caray: Vila Rica do Espírito Santo, localizada a duas léguas do rio Paraná (margem esquerda). Vila Rica foi posteriormente transferida para a confluência do Corumbataí, no Ivaí, onde prosperou e se tornou a mais avançada alaia castelhana do sertão de Guaíra, que dominou por mais de meio século, pois que só em 1632 veio a ser destruída pelos paulistas.

Melgarejo, que exerceu em Guaíra um domínio absoluto, em 1580 deslocou o domínio castelhano para o sudoeste de Mato Grosso, onde fundou Santiago de Xerez.

Em 1578 assume o governo do Rio da Prata Juan de Garay, que administrou em nome de "Vera y Aragon", e a corrente conquistadora que por mais de 30 anos se concentrara no Paraguai, desloca-se para o estuário. Santa Fé já fôrada fundada em 1573 e Garay, em 11 Jun 1580, leva a efeito a segunda fundação de Buenos Aires; segue-se a fundação de Corrientes em 1588.

Ao chegar ao termo a fase dos Adelantados, já se havia também caracterizado o retorno da corrente colonizadora para os vales mais próximos do estuário. Os êrmos caminhos da província de Guaíra serão, a partir do início do século XVII, a trilha predileta de dois novos elementos: do bandeirante, já localizado em São Paulo, e que desde 1585 começou a varejar o sertão; e do jesuíta espanhol, que irradiando de Assunção, orientará para Guaíra o melhor de seus esforços catequistas.

5 — REGIME DE GOVERNO — ADELANTADOS E GOVERNANTES INTERINOS

O sistema de governo que tinha como figura central o Adelantado, consistia num convênio que a Coroa estabelecia com o conquistador e, em virtude do qual, este se comprometia a financiar e promover a colonização do território, enquanto que aquela lhe conferia, dentro de amplos limites, o exercício da governança. O contrato celebrado denominava-se "Capitulación".

O regime dos Adelantados não foi exclusivo do Rio da Prata, mas foi aí que o sistema se tornou típico e produziu melhores frutos. Durou 60 anos (1534 — 1594) e deu ao Rio da Prata seis Adelantados:

- Pedro de Mendoza (1534 — 37)
- Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1542 — 44)
- Juan de Sanabria (1547)
- Diego de Sanabria (1549)
- Juan Ortiz de Zárate (1574 — 75) e
- Juan Torres de Vera y Aragon (1578 — 90).

Dêstes, apenas quatro assumiram o poder, pois Juan de Sanabria morreu na Espanha e seu filho, Diego, não chegou ao destino.

Durante os largos períodos que medeiam entre os diferentes Adelantados, o governo foi exercido por governantes interinos:

- Martinez Irala (1539-1542; 1544-52); e (1552-56)
- Gonzalo de Mendoza (1556-58)
- Francisco Ortiz de Vergara (1558-65)
- Martin Suárez de Toledo (1572-74) e
- Diego de Mondieta (1576-77).

Em nome de Ortiz de Zárate governou seu preposto Felipe de Cáceres (1568-72) e em lugar de Vera y Aragon governaram Juan de Garay (1578-83) e Juan de Torres Navarete (1584-88).

O sistema dos Adelantados foi substituído em 1593 quando o vice-rei do Peru nomeou Fernando de Zárate Governador do Rio da Prata, cujo vasto território incluía também o Paraguai (até 1617). Nesse ano foi o Paraguai elevado à categoria de Governação ficando o território rioplatense com dois governos: o de Guairá ou Paraguai, cujo território abrangia o atual Paraguai e a quase totalidade do atual Estado do Paraná; e o de Buenos Aires ou Rio da Prata, cuja jurisdição estendia-se pelas atuais províncias argentinas de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios, Corrientes, Patagônia, Chaco, Uruguai e a parte missionária do Rio Grande do Sul.

Esta situação foi finalmente alterada em 1776, quando a Espanha centralizou outra vez o governo criando o Vice-Reinado do Prata, entidade política perfeitamente definida, cuja jurisdição abrangia os territórios de 4 países (Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia), além de uma parte do Brasil e de algumas áreas chilenas da costa do Pacífico, a oeste da Terra do Fogo.

Em suma, uma região que equivalia à quarta parte da América do Sul com costas sobre os dois oceanos.

B — A OBRA DE CATEQUESE

1 — QUADRO GERAL DAS ATIVIDADES JESUÍTICAS

a. A OBRA DE CATEQUESE

Quando os reis de Espanha, Fernando e Isabel, foram pelo papa designados Vicarius Cristi para os países americanos "recém-descobertos", (bula de Alexandre II, de 4 Mai 1493) a conversão dos indígenas passou a constituir objeto de suas atividades no Nôvo Mundo sendo que, de 1588 em diante, as "Leyes" exigem a conquista espiritual em grande escala.

Quatro ordens religiosas destacaram-se pelo empenho em civilizar os naturais: a Ordem Dominicana, fundada por Santo Domingo de Guzmán (1215); a dos Mercenários, fundada por San Pedro Nolasco (1218); a dos Franciscanos cujo fundador foi San Francisco de Assis (1223) e, finalmente, a Companhia de Jesus, organizada três séculos depois por Santo Inácio de Loyola (1540). Os mercenários e dominicanos tiveram atuação de pouco relêvo: evangelizaram, mas não dirigiram reduções; os franciscanos levantaram os povos de Baradero, em Buenos Aires, e Itaiti em Corrientes e chegaram a organizar diversos núcleos no território de Guaíra, por iniciativa de Frei Luiz de Bolaños.

Papel singular e relevante, porém, desempenhou a Companhia de Jesus cujas atividades — muito embora exercidas através de obra catequista — representaram todavia importantes fatores de colonização e de política.

Criada por um militar, em moldes militares, conseguiu a instituição inacina, sem dúvida o mais expressivo elemento com que o catolicismo enfrentava a rebeldia da Reforma, entrosar-se nas côrtes ibéricas, com a formidável obra de colonização. Dispersos pelo mundo não europeu, os seus padres, severamente recrutados, iniciaram a tarefa de conversão dos gentios.

Vindos para a América com as expedições oficiais, seu trabalho colonizador deitou fundas raízes no Orenoco onde a tarefa de catequese levou-os para regiões afastadas dos núcleos em que o homem branco dominava. Suas atividades desenvolveram-se através numerosas reduções fundadas no Maraño (Equador), em Mojos e Chiquitos (Bolívia), em Tucuman e, sobretudo, no Paraguai e regiões subsidiárias.

Na vila de São Paulo, onde a tenacidade dos jesuítas não conseguiu deter os bandeirantes em sua impetuosa arrancada de apresamento do índio, ficou atenuada a ação aglutinadora dos padres; isso mesmo ocorreu no Peru onde os inacinos foram impotentes para impedir a escravização do aborígine, desde logo empregado nas tarefas da mineração.

Estes insucessos deslocaram a maior intensidade de sua ação para o Paraguai, zona fracamente povoada pelo colonizador, mas habitada por numerosos grupos guaranis que, tendo originariamente decidido os rios Pilcomayo e Paraguai, se haviam estabelecido no curso médio dos principais formadores da bacia platina e ocupavam, não só as ribas do Paraná, do Uruguai e seus afluentes, como também grandes áreas situadas nos atuais estados brasileiros do Paraná e Rio Grande do Sul.

Barrados do acesso ao litoral pelos grupos tupis, com os quais o colonizador luso se conciliara, aqueles grupos guaranis permaneceram, na região mediterrânea, divorciados do homem europeu, português ou espanhol, até o momento em que a tarefa da catequese empreendida pela Companhia de Jesus os pôs em contato com a cultura levada do velho continente.

Em competição junto aos índios, os discípulos de Loyola eram objetivos e seguros; tocavam-lhes mais de perto o coração do que os leigos. Em primeiro lugar, falavam-lhe na própria língua, o que era, de fato, uma arma duplamente poderosa, pois, ao mesmo tempo que se tornavam mais acessíveis aos indígenas proscreviam totalmente da redução o castelhano tornando mais difícil os seus contatos com os colonos; ao mesmo tempo, adaptaram inteiramente a ordem econômica nas reduções aos hábitos comunitários dos selvagens.

Para bem se compreender a situação dos jesuítas paraguaios no Brasil meridional, devem ser consideradas as suas atividades segundo as duas etapas em que elas se desenvolveram:

a) na primeira fase que vai de 1610 a 1649, data em que Raposo Tavares ultimou a destruição dos redutos Itatins, os jesuítas realizam

uma ofensiva fulminante que, iniciada em Guaíra em 1610, domina dois terços do atual território paranaense, alastrase pelo sul de Mato Grosso e absorve mais da metade do Rio Grande do Sul. Por outro lado, o seu rápido desmoronamento ao impacto vigoroso das ofensivas bandeirantes, demonstra que não havia, ainda, organização militar nas hostes jesuítico-guaranis que, assaltadas, preferiam abandonar o terreno e fugir para locais mais abrigados;

b) na segunda fase, iniciada em 1682 quando os jesuítas, transpondo pela segunda vez o rio Uruguai, retornam ao local da antiga catequese e criam os Sete Povos das Missões Orientais, caracteriza-se o verdadeiro Estado Teocrático, fortemente disciplinado e que ostenta características de um Estado politicamente constituído.

A militarização do gentio, posta à prova em Mbororé, prossegue e na sua história surgem, agora, vultos de eméritos combatentes guaranis, tais como Sopé Tiaraju e Nicolau Neenguiru, ao lado de Padres estrategistas e combatentes.

Impressionam, nesta fase, a organização social e econômica do Estado jesuítico, os relevantes serviços de guerra prestados pelos exércitos missioneiros e, em nosso território, a bela civilização que floresceu nos Sete Povos das Missões Orientais, rica de elementos artísticos.

O declínio vem de chôfre e, inapelavelmente, com o Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica a que êle dá origem para culminar, a partir de 1767, com a expulsão dos jesuítas da América espanhola.

As administrações leigas, a falta de disciplina que só os padres sabiam impor, o relaxamento dos costumes cristãos e a disseminação dos vícios corrompem o caráter das populações missioneiras.

Incorporados ao domínio português em 1801, os Sete Povos tornam-se teatro de lutas e suas riquezas maravilhosas, alfaias dos templos, prataria incontável e estátuas magníficas são defraudadas em saques consecutivos. Brasileiros e orientais, à porfia, em dezenas de carretas, transportaram para toda parte o riquíssimo espólio das Missões.

Relegados ao descaso e às intempéries, ruem os templos majestosos, que os próprios moradores dos Povos vão sistemáticamente destruindo para aproveitar o material de construção.

b. AS REDUÇÕES JESUÍTICAS DO PARAGUAI

O foco de onde partiam as iniciativas jesuíticas para a formação de um estado teocrático, correspondia à parte meridional do atual território paraguaio. Dessa base, no quadrilátero Tibicuari-Paraguai-Paraná, foram sendo criadas as diversas missões em Guaíra, na mesopotâmia Paraná-Uruguai, no sul de Mato Grosso e no oeste rio-grandense.

Subsistem dúvidas quanto à época em que os inacianos chegaram ao Paraguai. Montoya fixa o ano de 1586; Capistrano de Abreu assinala a

data de 1610 para início de suas atividades na margem oriental do Paraná. Informações de origem remota referem-se ao pedido feito pelo primeiro bispo de Tucuman, Dom Francisco Vitória, que, de sua sede em Santiago del Estero, pediu aos Provinciais do Brasil e do Peru que lhe mandassem alguns padres da Ordem.

De acordo com esse pedido teriam chegado ao Paraguai, ainda em 1586, os missionários Alonso de Barzana, João de Vilegas e João Gutierrez, tendo como superior o Padre Francisco de Ângelo. Da Bahia foram, também, enviados cinco missionários: João Seloni, catalão; Tomás Field, irlandês; Manuel Ortega e Materão de Gram, portuguêses, e, como superior, o padre Leonardo Armini, napolitano.

O certo é que, em 1600, já haviam brotado as primeiras sementes das célebres Missões Guaraníticas do Paraguai sendo que, em 1604, o Superior dos Jesuítas, Padre Cláudio Soquaviva, determinava que os territórios do Tucuman e do Paraguai constituíssem uma província da Ordem, independente daquela do Peru e designava para seu Provincial o Padre Diogo de Tôrres.

Por esse tempo era a catequese praticada sob a forma de "missões ambulantes", adaptando-se os padres ao nonadismo dos índios. Só a partir de 1607 este processo veio a ser substituído pelo sistema das "reduções", que parece ter sido idealizado pelo Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, o promotor da catequese do Rio Grande do Sul. As "reduções" eram aldeamentos estáveis onde os índios viviam confinados, isolados de contato com o elemento branco colonizador.

As primeiras e mais antigas reduções desapareceram sem deixar vestígios conhecendo-se hoje, em alguns casos, apenas os nomes e a localização aproximada.

Das que perduram, chegando mais tarde a fazer parte do Estado Teocrático dos Trinta e Três Povos, a mais notável foi a redução de Santo Inácio-Guaçu, fundada em 1609 pelo padre Marcial Lorenzana na região compreendida entre os rios Tibicuari e Paraná (sul da atual República do Paraguai).

Consolidada a redução de Santo Inácio, tem início a grande infiltração jesuítica que chegou a dominar extensas áreas situadas: ao norte, entre os rios Miranda, Apa e Paraguai; a nordeste, no vasto planalto limitado pelo Iguacu, Paraná, Paranapanema e Tibagi; ao sul, a área trabalhada pelos jesuítas prolongava-se, através a mesopotâmia Paraná-Uruguay, até a redução de Japeyú, próxima à barra do Ibicuí; para sudeste, transpondo o Uruguay, a infiltração remonta os seus afluentes, atinge a Coxilha Grande e a Serra dos Tapes e desce pelos formadores da Lagoa dos Patos até às vizinhanças do estuário guaibense.

Esta expansão operou-se segundo fases distintas, determinadas por razões históricas e pelas características geográficas da região.

Assinalando uma primeira iniciativa, que parece procurou fugir à zona povoada de Assunção, os padres remontam o Paraná até as Sete Quedas cujo obstáculo, forçando a incursão por terra leva-os, ao longo da rota já balizada por Cidade Real e Vila Rica do Espírito Santo, aos vales férteis dos afluentes e subafluentes do rio principal que, em grande número, cortam o vasto planalto paranaense.

Com a fundação das reduções de Santo Inácio e Loreto (1610) à margem esquerda do Paranapanema, os jesuítas penetram na região oriental do rio Paraná, que os índios denominavam Guaíra, e a província eclesiástica dêsse nome surge pouco depois, à medida que novos aldeamentos vão sendo levantados na vasta área compreendida entre os rios Iguaçu-Paraná-Paranapanema-Tibagi.

A essa altura são, portanto, duas as províncias jesuíticas na região platina: a de Guaíra e a do Paraguai sendo que esta última pouco depois desdobrar-se-ia em três — Paraguai, Buenos Aires e Tucuman — mas era em Guaíra, cuja área abrangia três graus de latitude e dois de longitude, onde os jesuítas empregavam seus melhores esforços.

Contemporâneos das reduções de Guaíra, são os redutos Itatins localizados a oeste da serra de Maracaju: Torém, Mboyboy, Terecaño, etc.

Ainda da base do Tibicuari lançam os padres um novo movimento que, orientado desta vez para sudeste, vai consistir em dois lances sucessivos: no primeiro, transpõem o Paraná e estabelecem diversas reduções na margem sul dêste rio, no divisor Paraná-Uruguai e na margem direita dêste último; no segundo, operam a transposição do Uruguai e Roque Gonzalez, ainda em 1626, deita os fundamentos de São Nicolau e inicia a penetração em território rio-grandense que os padres sabiam ser, na época, habitado de muito gentio. A fundação de São Nicolau, seguem-se as de Candelária de Caazapamini (1627) e Mártires de Caaró (1628).

Desde o ano de 1626, portanto, estavam já lançados os fundamentos dos quatro grandes aglomerados aborígines que os jesuítas, extravasando de suas bases iniciais no Tibicuari-Paraguai, conseguiram organizar na região platina:

- os redutos itatins, ao norte, no vale do Paraguai;
- a província guarani de Guaíra, a leste do Paraná;
- os numerosos redutos guaranis que se alongavam pelo baixo Paraguai, médio Paraná e Uruguai; do rio Ipané para o sul; e
- a província dos Tapes que ocupava a região central do Rio Grande do Sul.

O rio Apa constituía o limite norte dos Itatins, enquanto que o Ibicuí pode ser admitido como sendo a raia meridional das povoações guaranis e Tapes.

Importa notar, todavia, que estas grandes colônias não coexistiram simultaneamente visto como a província dos Tapes, iniciada com a redução de Natividade em 1632, surgiu posteriormente à destruição dos aldeamentos de Guaíra (levada a efeito por Manuel Preto e Raposo Tavares entre 1629 e 1632) e teve mesmo, em consequência disso, desenvolvimento assombroso.

Ainda no vale do Uruguai, junto à barra do Rio Negro, Frei Bernardo de Gusman, por iniciativa do governo de Buenos Aires, funda o povoamento de Santo Domingo Soriano com índios Chauás e Yaros, logo seguido dos núcleos de Aldáo, Espininho e Víboras, todos localizados em território pertencente à atual República do Uruguai, e que, mais diretamente ligados a Buenos Aires, não constituíam parte integrante do núcleo principal.

Mas as bandeiras, que além do apresamento dos silvícolas cobiçam alcançar as regiões metalíferas de Charcas e Potosí, não se detêm no rio Paraná e marcham sobre o Paraguai destruindo, de passagem, os aldeamentos itatins da área Miranda-Paraguai-Apa.

O ano de 1632 assinala o início da destruição destes povos que se prolongará até 1649, e marca a conquista pelos jesuítas do país dos Tapes que os leva em menos de um lustro da costa do Uruguai às alturas que dominam o Guaíba e a lagoa dos Patos.

Em 1636 voltam as bandeiras a operar, em força, no rumo do sul. Nesse ano Raposo Tavares, com as vitórias de Jesus-Maria-José (rio Pardo) e Caaró, Caazapaguaçu, Caazapamini e São Nicolau (rio Uruguai), recalca os padres para a margem esquerda do Uruguai e o ímpeto das bandeiras no rumo do ocidente só é quebrado em Mbororé (1641), já na margem direito do Uruguai, onde as tropas jesuítico-guaranis conseguem deter os assaltantes.

Expulsos de Guaíra, repelidos da margem ocidental do Uruguai (até o Ibicuí), eliminados da área Paraguai-Miranda-Apa restam aos padres, além dos núcleos do Rio Negro, duas grandes áreas que configuraram duas províncias distintas: a do Paraguai, que corresponde ao vale dêsse rio e Tibicuari ao sul, e, a do Paraná-Uruguai, que as prolonga do Tibicuari para o sul abrangendo o vale do Paraná, o divisor Paraná-Uruguai e a margem direita dêste rio.

Coincide esta situação com o afastamento das bandeiras das rotas do sul, motivado pelos descobrimentos auríferos nos chapadões centrais. Por seu turno os jesuítas, expulsos do Rio Grande do Sul em 1636, permanecerão por 50 anos à margem ocidental do Uruguai. O equilíbrio torna a romper-se em 1687, logo após à fundação da Colônia de Sacramento, quando os padres, retornando ao local da antiga catequese, transpõem novamente o Uruguai e restauram, ainda nesse ano, os povos de São Nicolau, São Luís e São Miguel.

SEGUIM-SE as fundações de São Lourenço e São Borja (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo, constituindo em conjunto os Sete Povos das Missões Orientais, um dos três grandes grupos de povos integrantes do Estado Teocrático Jesuítico-Guarani das 33 Reduções que muitos autores limitam ao total de 30, apenas.

A razão dessa discrepância se deve ao fato de que, por ocasião da expulsão dos jesuítas dos domínios espanhóis (1767), os 30 povos sediados do Tibicuari para o sul passaram a depender de Buenos Aires, enquanto que os 3 redutos Tarumãs, localizados ao norte, permaneceram adstritos ao governo do Paraguai e não tiveram qualquer importância histórica.

c. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS REDUÇÕES

O idealizador das reduções, nos moldes que se tornaram históricos, foi o padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, nascido em Assunção em 1576 e que incorporou-se à milícia de Loyola no ano de 1609.

Destacado inicialmente para a zona do Chaco, esteve em contato com os guaicurus das margens do Pilcomayo. Daí passou-se para a terra dos guaranis, no local da Província do Paraguai, onde a redução de Santo Inácio-Guaçu fôra recentemente fundada.

Considerando-a mal situada, transferiu-a para sítio mais favorável e imprimiu-lhe a organização que se tornaria clássica nas reduções jesuíticas.

Foi, realmente, devido à ação influente do padre Roque que alterou-se a prática até então seguida na catequese e consistente na visitação feita aos índios em seus próprios redutos.

Tal prática, introduzida pelo franciscano Frei Francisco Solano, não produzia resultados estáveis dado o caráter superficial da catequese e foi substituída pela presença permanente do missionário no seio da comunidade indígena, cujos habitantes permaneciam "reduzidos", isto é, aldeados em caráter sedentário.

A planta da nova redução de Santo Inácio-Guaçu, elaborada pelo Padre Roque, tornou-se geral entre os guaranis do Estado Teocrático.

Escolhida a região, dividia-se a área em nove quadras das quais a primeira destinava-se à praça e, em cada uma das oito restantes eram erguidos seis barracões de seis pés de altura. Cada barracão era subdividido em cinco compartimentos de vinte pés de frente, alojando cada dependência um índio com sua gente.

Fronteira ao centro da praça construía-se a igreja e, junto a esta, a casa dos padres e o colégio.

"Chamamos reduções, diz Montoya na "Conquista Espiritual", aos povos de índios que vivendo à sua antiga usança nos montes, foram re-

duzidos, pelas diligências dos padres, a povoações grandes e à vida política humana".

Em Guaíra o sistema recebeu delineamentos práticos, e demonstrou a excelência dos resultados na ação civilizadora do gentio. Mas foi na Província do "Uruguai e Tape", que o sistema conseguiu colimar os esperados êxitos e, ainda hoje, as ruínas dos templos atestam a magnitude desta obra da catequese.

Em cada redução, sujeito ao Superior das Missões, havia dois jesuítas: o cura e o vigário, este, geralmente um jovem destinado a aprender a língua nativa e o sistema de governo.

O Provincial era o chefe geral, tanto espiritual como administrativo e político.

A vida administrativa de cada povo ou redução comportava: um corregedor, um tenente, dois alcaides e vários regedores, todos índios eleitos pelo povo em presença do cura, a quem obedeciam tanto no referente a questões de ordem espiritual como temporal.

Além destes funcionários municipais havia um cacique, espécie de chefe militar a que os índios estavam acostumados pela própria tradição militar.

A forma de governo era essencialmente teocrática, prevalecendo a consciência religiosa do legislador, governante e juiz, no caso, o cura.

As leis penais consistiam em preceitos religiosos, cuja omissão ou infração era punida com jejuns, penitências, reclusão ou flagelação.

Alguns índios de melhor comportamento e devoção eram investidos da função de guardiões da ordem pública, cabendo-lhes denunciar e punir os culpados de faltas graves. Esta punição consistia em ser o transgressor vestido de penitente e, após comparecer ao templo onde confessava sua culpa, açoitado em praça pública.

Como a propriedade era comum e o índio não estava habituado ao direito de posse, não existiam leis que não as eclesiásticas.

As terras produtivas eram divididas em três partes: uma porção era atribuída a cada chefe de família e seu produto embora lhe pertencesse não podia ser livremente usado porque, vivendo em permanente tutela, toda a divisão cabia ao diretor espiritual.

A segunda porção da gleba era cultivada em comum e o seu produto destinava-se ao sustento das viúvas, órfãs, enfermos, caciques já velhos, empregados na administração e artífices em atividades de interesse geral.

A produção proveniente da terceira porção das terras, bem como os produtos da indústria, destinavam-se à comunidade e serviam para atender necessidades imprevistas, o culto das igrejas, a alimentação dos índios e as demais necessidades públicas e privadas.

Nas reduções não circulava a moeda e o comércio se verificava pela permuta de manufaturas, produtos agropecuários e pelas utilidades de que os índios careciam e não produziam.

Os principais artigos em exportação eram a erva-mate, a cera e o mel de abelha e a fibra de algodão e se destinavam sobretudo a Buenos Aires.

Os templos eram magníficos e as habitações, sumárias de início, foram sendo melhoradas à medida que as reduções progrediam.

Havia escolas de primeiras letras e era corrente o ensino da música, de canto, pintura, escultura, etc.

Os povoados eram planejados e suas ruas traçadas com regularidade e simetria, apresentando todas o mesmo aspecto urbanístico: a grande praça ocupava o centro, enquadrada pela igreja e pelos arsenais. Ao lado da igreja ficava o colégio dos padres, seguindo-se os diversos edifícios públicos tais como armazéns, depósitos e oficinas.

As importações, provenientes sobretudo de Buenos Aires e Santa Fé, consistiam em ferro, aço, freios, estribos, anzóis e objetos de culto.

O serviço da lavoura era feito pelos homens que se encarregavam do plantio do feijão, do milho, trigo, bem como da criação do gado e da construção de edifícios, às mulheres competia a tecelagem do algodão e outras ocupações caseiras.

A base econômica das reduções estava nas estâncias e na indústria ewarteira, porque sem carne e sem o mate seria quase impossível a fixação do índio à terra.

Os ervais nativos explorados pelas Missões formam faixas em que o "Ilex" se adensa. De oeste para leste, havia uma primeira faixa na região Cruz Alta-Ijuí; uma segunda, abrangendo os atuais municípios de Soledade, Passo Fundo, Erechim e Nonoi; e, por fim, a serra dos Tapes. Esta era explorada pelo povo de São Borja, a 100 léguas de distância.

Em 1660, São Xavier, na margem ocidental do Uruguai, teve os primeiros ervais plantados. O exemplo foi seguido por outras missões, porém jamais a coleta da erva nativa foi abolida.

Como o hábito de consumir mate se difundiu amplamente entre os espanhóis e crioulos do Vice-Reinado do Prata, as Missões passaram a exportar grandes quantidades de erva para Buenos Aires.

Da época dos Sete Povos das Missões em diante, a erva-mate passou a ser explorada por três diferentes sistemas de atividades; a coleta selvagem, pelos índios não civilizados; a coleta comercial e a cultura comercial permanente.

A agricultura tomou vulto considerável nas Missões Orientais. Cultivavam-se principalmente milho, batatas, mandioca, algodão, feijões e legumes, mas pouco trigo. Nas lavouras foi introduzido o arado, porém

como o gado era criado à sôlta, nas estâncias e vacarias, não era possível o emprêgo sistemático do estérco. Nestas condições eram os missionários compelidos a adotar uma rotação de terras: após um certo tempo de cultivo, o terreno era deixado a repousar em capoeira, a fim de recuperar sua fertilidade.

d. IMPORTANCIA POLITICO-MILITAR DOS REDUTOS MISSIONEIROS

Desde 1637 as crônicas informativas dos padres jesuítas consignam, com fartura, os numerosos serviços de guerra prestados pelos reduzidos à Espanha constantes de dezenas de intervenções armadas, seja contra os índios hostis seja contra os luso-brasileiros.

Copiosa foi também a mão-de-obra fornecida pelos mesmos para a construção de edificações militares. Assim, trabalharam índios no Forte Tobati nos anos de 1662, 1667 e 1668; em 1664, cerca de 150 índios ajudaram a fortificar o pôrto de Buenos Aires, enquanto outros, no mesmo local, construíram barcos em 1669. Em 1671, 500 índios armados voltam a Buenos Aires para fortificar a defesa dessa cidade; numerosas vezes cooperaram para reparar ou levantar os diversos fortés e presídios da costa do rio Paraguai, de Santo Ildefonso e Tobati.

Em 1676, 400 índios são enviados contra os bandeirantes que haviam atacado Vila Rica do Espírito Santo.

Em 1680, a chamado de Dom José de Garro, compareceram 3.000 índios armados para o ataque à Colônia do Sacramento; em 1688 foram atacar os paulistas que tinham ocupado as terras de Xerez; em 1697, retornavam a Buenos Aires 2.000 índios; em 1700, novamente 2.000 e em 1703, mais 400 índios retornaram para obras de fortificação naquele pôrto.

Referem-se os cronistas a refregas em 1638, com os bandeirantes que haviam atacado Guaíra e em 1639, em novos encontros com os paulistas.

Sobre os reencontros de 1641, combate de Mbororé, referem as crônicas que havendo os paulistas descido em grande número durante o mês de março, foram batidos pelos índios após duras refregas.

Novos combates com os paulistas são assinalados em 1651, na província de Tapes.

Até 1680 as ações são contra os paulistas; a partir daí os soldados dos jesuítas são encaminhados para a Colônia e a atuar no litoral.

Em 1704, 300 índios trabalharam no Forte, em Buenos Aires. Em 1718, 500 índios realizaram uma incursão até Colônia onde atacaram os portuguêses e queimaram milhares de couros.

Em 1724, Bruno de Zabala encaminhou 4.000 índios para atacar os portuguêses em Montevidéu, 2.000 dos quais ficaram trabalhando no Forte.

Nos anos de 1724, 1725 e 1726 novos contingentes índios fortificaram Buenos Aires.

Os pedidos de refôrço índio por parte dos Governadores chegaram a alcançar 12.000, em 1734.

Eram também fornecedores de cavalos para as tropas.

2 — AS QUATRO GRANDES PROVÍNCIAS JESUÍTICO-GUARANIS DA PRIMEIRA FASE

a. PROVÍNCIA DE GUAIRÁ

A partir da segunda metade do século XVI São Vicente, o núcleo português de Martim Afonso, defrontava Assunção — o foco colonizador castelhano que vingara à margem do Paraguai — sendo de notar-se que, embora largamente distanciados no espaço, os dois centros populosos tinham a ligá-los um sistema de caminhos fluviais e terrestres (as trilhas pré-cabralinas do Peabiru).

Servindo-se dessas primitivas sendas começaram os vicentistas a freqüentar Assunção, enquanto os espanhóis do Paraguai demandavam a costa que consideravam castelhana de Cananéia para o sul.

Estas penetrações tornaram conhecida, desde os primeiros tempos da conquista, a vasta e rica região compreendida na área formada pelos rios Paraná, Paranapanema e Iguaçu, área fartamente povoada por inúmeras tribos tupis-guaranis e que os aborígenes denominavam Guairá.

Atraídos para o litoral pela necessidade de comunicações com a metrópole, e bem avaliando a riqueza em braço escravo e recursos naturais que a região encerrava, não tardaram os Adelantados castelhanos em apossarem a vasta gleba que, aliás, lhes pertencia à luz do direito de Tordesilhas. Surgiram, assim, de 1554 a 1576 os burgos de Ciudad Real del Guaíra e Vila Rica do Espírito Santo que serviriam de ponto de apoio às viagens para o litoral, além de excelente fonte de riqueza para os conquistadores que, desde logo, repartiam entre si fartos lotes de famílias indígenas. Apenas na comarca de Vila Rica do Espírito Santo havia mais de 200.000 guaranis, localizados às margens dos rios, nos campos e nas matas.

Até 1617 o território de Guaíra fez parte da Província do Rio da Prata. Nesse ano, por sugestão do Vice-Rei do Peru, passou a constituir "Gobernación" própria (Carta Régia de 16 Dez), situação que se modificou três anos mais tarde quando a autoridade foi confiada a dois governadores sediados em Assunção e em Buenos Aires, respectivamente, e sempre na dependência do Vice-Rei do Peru.

Durante a fase da conquista notabilizou-se pela sua atuação em Guaíra o sevilhano Ruy Dias Melgarejo, que ali exerceu um domínio despótico, desde que, em 1557, fundou Ciudad Real na foz do Piquiri.

Em 1560 os naturais, revoltados contra a prepotência e a exploração de que eram vítimas, insurgiram-se contra os conquistadores. Tais excessos praticou Melgarejo que, em 1570, Irala no governo do Paraguai, quis substituí-lo por Alonso Riquelme. Mal chegado a Guairá foi este aprisionado por Melgarejo que o manteve algemado por muito tempo enquanto prosseguia, sertão adentro, na sua obra de violência e avassalamento dos aborígenes.

Dessa forma a conquista castelhana alcançou em 1576, o Ivaí com a fundação de Vila Rica e chegou, por oeste, a Mato Grosso com a fundação de Santiago de Xerez (1580).

O segundo ato da história de Guairá começa em 1601 quando o governador do Paraguai, Hernando Arias de Saavedra — Hernandarias — no intuito de dilatar o domínio espanhol lança-se a novas conquistas, combatendo os índios hostis e investe contra Guairá cujos habitantes se haviam rebelado ante os maus tratos dos "encomenderos" e foi vencido pelo exército regionalista de Guairacá.

De regresso a Assunção, Hernandarias sugere a Felipe III fôsse a submissão do gentio confiada aos missionários. A Carta Régia de 1608, que resultou dessa sugestão, abriu as sendas do sertão de Guairá à iniciativa pacificadora e catequista da Companhia de Jesus.

AS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE GUIRA

Os primeiros missionários, em 1610, já se encontravam operando no sertão guairenho: José Cataldino e Simão Maceta, no Pirapó; Lorenzana e Francisco de São Martinho nas margens do Paraná, acolhidos pelo influente cacique Arapizandu. A partir daí foram surgindo as reduções na seguinte ordem:

1 — N.^a S.^a do Loreto, fundada em 1610 pelos padres José Cataldo e Simão Maceta que, atravessando o sertão de Apucarana, por terra, chegaram ao Paranapanema que desceram, embarcados, até a foz do Pirapó.

Aí encontraram cerca de 200 famílias guaranis, já catequizadas pelos padres Ortega e Filds.

2 — Santo Inácio Mini foi fundada no mesmo ano, seis milhas abaixo sendo, tanto esta como a anterior, localizadas na margem esquerda do Paranapanema.

Seguiram-se, sucessivamente:

3 — San Javier (1623) e

4 — San José (1624), sobre dois afluentes da margem esquerda do Tibagiba, hoje Tibagi;

5 — Angeles (1624), na margem esquerda do Corumbataí;

6 — Encarnación (1625);

- 7 — Santa Maria Maior (1626), tinha sido fundada na margem direita do Iguaçu, junto ao Salto Grande dêste rio;
- 8 — San Pedro (1627), algumas léguas a leste;
- 9 — San Pablo (1627) e
- 10 — Santo Antônio (1628), na margem direita do Guiaba, ou Ivaí;
- 11 — Santo Tomé (1628), a leste do Corumbataí; e
- 12 — Concepción de los Gualachos (1628), perto das nascentes dêste último rio;
- 13 — San Miguel (1628), e
- 14 — Jesus-Maria-José (1630), sobre a margem esquerda do Tibagi.

As missões e cidades do Guairá, que constam do Mapa "PARAQVARIA VULGO PARAGUAY CUM ADJACENTIBUS", ficavam compreendidas dentro dos seguintes limites:

- Iguaçu, ao S;
- Paranapanema, ao N;
- Paraná, a W e a
- Serra dos Agudos, a L.

b. OS REDUTOS ITATINS

Contemporâneos das reduções de Guairá e, até certo ponto, fazendo parte do mesmo conjunto, os jesuítas organizaram no sul de Mato Grosso os redutos Itatins, localizados a oeste da Serra de Maracaju.

Dessa forma, anteriores aos assaltos bandeirantes a Guairá, já existiam na região Apa-Miranda as doutrinas de Torém, Mboyboy, Terecãui, Maracaju, Caaguaçu, Ipané, Guaramboré, Atira e N.^a S.^a da Fé.

Estes estabelecimentos, que formavam a província do Itatim, eram liderados por Vila Rica do Espírito Santo e Santiago de Xerez, burgo fundado em 1580 por Ruy Diaz Melgarejo.

Abandonada que foi a província de Guairá (1632), procuraram os jesuítas incentivar a agremiação dos índios itatins na região sudoeste do atual Estado de Mato Grosso e o seu maior esforço consistiu em multiplicar as reduções ao longo do Paraguai, alastrando-as a oeste pelas serras de Amambaí e de Maracaju a Leste, tanto ao Norte como ao Sul do Apa.

Embora mais numerosos no vale principal, os povos Itatins ocupavam também a chapada da Bodoquena e alguns pontos do rio Miranda que lhes servia de limite por nordeste.

As reduções mais conhecidas localizavam-se:

a — no vale do Paraguai, a partir do sul:

- Ipabé
- Tepoti
- Andurapuca
- Santa Maria da Fé
- Ângeles

b — no vale do Miranda:

- São Bento
- São José

c — no vale do Apa:

- Santo Inácio Caaguaçu
- Mboyboy.

Extravasando do eixo fluvial, alguns redutos tomaram pé nos planaltos de Maracaju e de Amambai; no Paraguai fixaram Caaguaçu e Nossa Senhora de Taré, esta última próxima ao Passo, no local onde era mais favorável a travessia do rio.

Nas proximidades dêsse ponto, assenta hoje a cidade brasileira de Corumbá.

c. REDUÇÕES DO "URUGUAI E TAPE"

A história das reduções jesuíticas no Rio Grande começa com o padre Roque Gonzalez que, nomeado Superior das "Missões do Paraná e Uruguai", decidiu operar a leste dêste rio, onde sabia viverem numerosas tribos selvagens.

Cumpre observar no entanto que, em território rio-grandense durante a primeira fase, localizavam-se reduções pertencentes a duas províncias — "Uruguai" e "Tape" — distintas quanto à posição geográfica e quanto à raça dos catecúmenos.

A "Província do Uruguai" abrangia as reduções de ambas as margens do rio e os seus habitantes eram guaranis; a "Província do Tape" situada na vasta região central do atual território sulino, limitava-se: a W, pelo alto Ibicuí; ao Norte, pela Serra Geral; a L, pelo vale do rio Cai e ao Sul pela serra dos Tapes.

Esta província congregava os índios da nação dos "Tapes", de raça "Tapuia", a que pertenciam os "minuanos", "charruas", "araxames", também chamados "patos" e "caaguás".

No ano de 1626 o padre Roque Gonzalez, acompanhado pelos padres Alfonso Rodriguez e Juan del Castillo partiu de Conceição, redução que recentemente fundara na margem direita do Uruguai, e transpõe o rio na altura da barra do Piratini.

Duas léguas adiante da barra fundou a redução de São Nicolau (3 Mai 1626), a primeira que se ergueu no Rio Grande do Sul.

Chamado a Buenos Aires, onde foi incentivado por Dom Francisco de Céspedes a prosseguir na ampliação das reduções, o padre Roque, de regresso, remontou o Uruguai e fundou a segunda redução rio-grandense, denominada São Francisco Xavier, entre a barra do Piratini e a atual cidade de São Borja (1626).

Prosseguindo, Roque Gonzalez fundou: N.^a S.^a das Candeias, no vale do Ibicuí, Candelária (1627) junto a um dos tributários do Piratini, talvez o Pirapó; no baixo Ijuí, numa coxilha denominada Pirapó, fundou Assunção do Ijuí (14 Agô 1628) e, finalmente, na região de Caaró instalou a redução de Todos os Santos da qual ficou encarregado o Padre Alfonso Rodriguez (1 Nov 1628).

Observe-se também que as graves perdas sofridas em Guaíra, não conseguiram esmorecer os padres no intento de converter o indígena angariando, ao mesmo tempo, servos para Cristo e súditos para os Reis Católicos.

Liderados pelo padre Montoya, numa epopéia emocionante, descem em canoas pelo Paraná abaixo em busca de locais abrigados que os protegessem das hordas avassaladoras de Manoel Prêto e Raposo Tavares.

Privados das embarcações pela ocorrência das Sete Quedas, continuam por terra ao longo da margem direita do Paraná até alcançarem as reduções de Santa Maria Maior e Natividade do Acaraig que abandonam em 1633 para se concentrarem em solo rio-grandense.

E é a partir daí que tomam vigoroso impulso as missões dos tapes, trabalhadas agora pelo zélo apostólico de missionários como Simão Macea, Paulo Benavides, Luís Ernot, Pedro Mola, José Cataldino, José Domenech, Pedro Álvares e Cristóvão de Mendonça, todos veteranos dos sertões guairenhos.

Nessa altura sobreveio uma revolta dos índios, que chefiam pelo cacique Nheçu, destruíram as duas últimas reduções e trucidaram o padre Roque Gonzalez e os seus dois auxiliares.

Nesse mesmo ano (1628) tinham início, em Guaíra, as incursões dos bandeirantes.

Oito desses povos do Guaíra sucumbiram ou foram submetidos por Raposo Tavares, enquanto que as populações dos três restantes, chefiamos pelo padre Montoya empreenderam a fuga através dos rios Paranaíba e Paraná, até a região de Posadas.

Este grande contingente de guaranis emigrados veio dar maior impulso à penetração jesuítica na região dos Tapes.

Depois de superadas as dificuldades iniciais, os padres reiniciaram a marcha no rumo do oriente, que permanecia imobilizada desde a morte de Roque Gonzalez.

Coube ao padre Romero chefiar a arrancada que se fêz não só pela via terrestre — Padre Romero, Cristóvão de Mendoza e Manuel Bertot — como pela via fluvial Uruguai-Ibicuí.

São Miguel (1632) é a primeira redução erigida na terra dos Tapes e se situa já na margem esquerda de um afluente do alto Ibicuí, talvez o atual Toropi.

Mas enquanto os padres Romero e Mendoza lançavam as bases de São Miguel, os padres Ernot e Benavides atingiam o alto Jaguari em cuja margem direita fundaram Santo Tomé (1632), em sítio próximo à atual cidade de Jaguari.

São José foi fundada pelo padre Cristóvão de Mendoza no local denominado Itacuati, situado a meio caminho entre as reduções de São Miguel e Santo Tomé. Essa redução, que em poucos anos alcançou 6.000 habitantes, estava localizada, provavelmente, à margem direita do Toropi não muito distante da atual cidade de General Vargas.

Natividade — Ao norte de Itacuati, sobre um monte denominado Ararica, uma nova redução foi organizada pelo padre Benavides, sob a invocação de Nossa Senhora da Natividade. O povoado que contava com umas 1.200 famílias foi, pouco depois, para a margem direita do alto Jacuí.

Para essa redução afluíram, em 1637, numerosos fugitivos vindos de Santana, São Cristóvão e Jesus-Maria-José nesse ano assaltadas pelos bandeirantes. Em 1634 a Província do Uruguai contava com 10 reduções e a dos Tapes com seis.

Sant'Ana — Em 1635, consolidadas as bases de Natividade, dirigiram-se os padres Cristóvão Mendoza e Pedro Romero para a margem direita do Jacuí e fundaram o povo de Sant'Ana em sítio favorável e que, segundo os mapas de Ernot e Carrafa, deveria achar-se no atual município de Cachoeira, na altura de Agudo ou Paraíso.

Santa Teresa — Galgando a encosta do planalto pelo vale do Cacuí, os padres atingiram a região serrana e se estabeleceram na Ibitiru em 1634 ou 1635. Este povoado fundado pelo padre Romero, sob a invocação de Santa Teresa, foi posteriormente transferido pelo padre Jimenez pelo que deveria encontrar-se na confluência dos atuais municípios de Palmeira, Cruz Alta e Carazinho. Esta foi a redução mais setentrional do Rio Grande.

Para aí afluíram, em 1637, cerca de 500 famílias foragidas de São Joaquim e Candelária que nesse ano caíram nas mãos dos bandeirantes.

São Joaquim — Partindo de Santa Teresa para o sul, o mesmo padre Romero fundou, na face oriental da serra do Botucaraí, a redução de São Joaquim, possivelmente em terras do atual município de Santa Cruz.

São Cosme e São Damião — Fundada em 1632, situava-se a poucas léguas a sudoeste de Natividade, à margem direita do Ibicuí e a leste de São Miguel, perto da atual cidade de São Pedro.

Jesus-Maria-José — A dois dias de caminho para o sul de São Joaquim, ao pé da última ondulação da serra dos Tapes o padre Romero fundou, em fins de 1632, a redução de Jesus-Maria-José, a qual, segundo as cartas de Ernot e Carrafa, teria sido colocada à margem direita do Rio Pardo, nas divisas dos atuais municípios de Santa Cruz, Rio Pardo e Candelária. Por volta de 1635 a redução congregava cerca de 10.000 almas.

São Cristóvão — Esta redução, fundada em 1634 pelo padre Diogo de Boroa a umas 4 léguas do povo de Jesus-Maria, deveria localizar-se à margem direita do Rio Pardo, mais ou menos em frente à barra do Pardinho.

Em suma, como pode-se verificar, os jesuítas no Rio Grande não se detiveram no vale do Ijuí pois que, simultaneamente, operavam não só nessa área mas também no alto Ibicuí, no Camandáí e no alto Jacuí.

A fértil mesopotâmia Ijuí-Ijuizinho era conhecida como a região do Caapi e Caaçapaguaçu, em oposição a Caacapa-mirim, como designavam a área entre os rios Ijuí e Piratini.

Como resultado de uma atividade prodigiosa, puderam os jesuítas criar no Rio Grande, apenas em um decênio (1626-36), cerca de dezoito reduções cujas vanguardas, ao tempo da invasão bandeirante, já se debruçavam sobre o estuário guaibense.

3 — O ESTADO TEOCRÁTICO DOS TRINTA E TRÊS POVOS

a. CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os jesuítas que, levados de vencida pelas ofensivas bandeirantes da primeira metade do século XVII, haviam abandonado o Rio Grande, o oeste paranaense e o sul de Mato Grosso, 50 anos depois tornaram a cruzar o rio Uruguai e restauraram no país dos Tapes, três das velhas reduções da primeira fase, às quais agregaram quatro novos povoamentos.

Este conjunto passou à história como os "Sete Povos das Missões Orientais" e constituía parte integrante do Estado Teocrático jesuítico-guarani. Dessa forma, ao ter início o século XVIII o conjunto, que já atingia aspecto e forma de verdadeiro Estado, abrangia um território com cerca de 54.000 km² e englobava 33 reduções.

Se considerarmos a divisão política atual veremos que a "República Cristã", como os jesuítas denominavam o agregado dos 33 Povos, dominava as seguintes áreas:

— todo o território argentino de "Misiones" e a metade oriental da Província de Corrientes;

— quase todo o território paraguaio, exceto o baixo vale do seu rio principal de que Assunção era o centro político e colonizador; e,

— a região noroeste do Rio Grande do Sul.

É de notar-se ainda que neste Estado, onde os jesuítas mantinham grandes criatórios, a área abrangida pelas estâncias ultrapassava de muito a zona dos redutos propriamente ditos.

Segundo o Padre Guy, Belém, no vale do Ipané, era a redução mais setentrional e Yapeju a mais meridional. Como limites cita o mesmo autor: a oeste, a lagoa Iberá e o rio Miriabá; ao sul, na margem oriental do Uruguai, o Ibicuí; a leste, as serras dos Tapes e do Erval pela picada de São Martinho; a nordeste, as matas do Uruguai até ao Mato Castelhano.

b. LOCALIZAÇÃO DOS POVOS

As 33 reduções distribuíam-se por três regiões distintas: a primeira ao norte, no setentrião do atual Paraguai, onde demoravam os três aldeamentos Tarumans; a segunda e mais importante, ao sul, abrangia uma área contínua que se prolonga do Tibicuari ao vale do Uruguai, abrigava 23 redutos; e, finalmente, a sudeste da área anterior, a partir do vale do Uruguai, localizavam-se os Sete Povos das Missões Orientais.

O quadro abaixo delimita as regiões e sub-regiões onde se localizavam as reduções:

DENOMINAÇÃO

Região Norte :

Belém

Santo Estanislau

São Joaquim

LOCALIZAÇÃO

Vale do Ipané

Vale do Jejuí

Vale do Ivaí

Região Sul :

Santo Inácio-Guaçu

Santa Maria da Fé

Santa Rosa

Santiago

São Cosme

Encarnação de Itapúa

Jesus

Santíssima Trindade

Tibicuari—Paraguai, território pertencente ao atual Paraguai.

La Candelária	{	Mesopotâmia Paraná—Uruguai atual República Argentina.
Sant'Ana		
Nossa Senhora de Loreto		
Santo Inácio-mirim		
Corpus Christi		
Santos Apóstolos		
Nossa Senhora da Conceição		
São Francisco Xavier		
Santa Maria Maior		
Santos Mártires		
São Tomé		
La Cruz		
São José		
São Carlos		
Iapeyu		
<i>Região sudeste :</i>		
São Nicolau	{	Noroeste do Rio Grande do Sul— Brasil.
São Borja		
São Miguel		
Santo Ângelo		
São João Batista		
São Lourenço		
São Luís Gonzaga		

c. MOVIMENTO DEMOGRAFICO NAS REDUÇÕES

Em 1702 as reduções do Paraná e do Uruguai totalizavam 89.500 habitantes, assim distribuídos:

Reduções do Paraná :

	Famílias	Habitantes
Santo Inácio-Guaçu	1.005	3.700
Santa Maria da Fé	681	2.739
Santa Rosa	661	2.789
Santiago	874	3.680
São Cosme	381	1.573
Encarnação de Itapua	1.052	4.800
Jesus	240	1.018
Santíssima Trindade	—	—
La Candelária	622	2.596
Sant'Ana	542	2.225
Nossa Senhora de Loreto	1.048	4.060
Santo Inácio-mirim	590	2.080
Corpus Christi	520	2.184
São José	661	2.594
São Carlos	1.376	5.355
	10.253	41.483

Reduções do Uruguai:

	Famílias	Habitantes
Santos Apóstolos	893	3.536
Nossa Senhora da Conceição	1.485	5.653
São Francisco Xavier	1.016	4.117
Santa Maria Maior	697	2.869
Santos Mártires	639	2.124
São Tomé	1.002	3.416
La Cruz	865	3.851
São Nicolau	1.216	4.699
São Borja	780	2.600
São Miguel	636	2.197
São João Batista	724	2.650
São Lourenço	990	4.427
São Luís Gonzaga	943	3.473
Jesus Maria	75	200
Santos Reis	547	2.206
	12.508	48.018

Em 1717, segundo refere o padre Patrício Fernandez, o número de reduções já era de 31, com 121.168 almas. Parece assinalar esta data o inicio do clímax atingido pelas reduções, conforme se depreende do quadro abaixo:

Datas	Habitantes
1732	141.242
1733	126.389
1734	116.250
1735	108.228
1736	102.721
1737	104.473
1738	90.287
1739	84.159
1740	73.910
1741	76.960
1742	78.929
1743	81.355
1750	95.089

Nota — As cifras não incluem os três povos Tarumans sobre os quais não existem dados.

SITUAÇÃO DOS 33 POVOS DEPOIS DA EXPULSAO DOS JESUITAS

Após a expulsão dos jesuítas dos domínios espanhóis, o que ocorreu em 1772, entraram as reduções em franca decadência sendo que, em 1777, um levantamento estatístico feito pelo Coronel Dom Marcos Larrazabal acusou os seguintes dados demográficos:

<i>Reduções</i>	<i>Habitantes</i>
Santo Inácio-Guaçu	1.655
Santa Maria da Fé	2.294
Santa Rosa	2.265
Santiago	3.585
São Cosme	1.709
Encarnação de Itapua	4.505
Jesus	2.392
Santíssima Trindade	1.477
La Candelária	3.077
Sant'Ana	5.643
Nossa Senhora de Loreto	2.492
Santo Inácio-Mirim	3.738
Corpus Christi	4.881
Santos Apóstolos	2.277
Nossa Senhora da Conceição	2.935
São Francisco Xavier	1.655
Santa Maria Maior	1.398
Santos Mártires	1.724
São Tomé	2.317
La Cruz	3.402
São José	2.180
São Carlos	1.968
Iapeyú	3.322
São Nicolau	3.741
São Borja	2.131
São Miguel	2.118
Santo Ângelo	2.039
São João Batista	3.087
São Lourenço	1.454
São Luis Gonzaga	3.420
Belém	—
Santo Estanislau	—
São Joaquim	—
	80.881

Verifica-se o sensível despovoamento apesar das leis e dos esforços para reprimir a emigração, pois, com a falta dos padres, os índios retornaram em massa à vida selvagem; desapareceu, assim, o índio pacífico

e trabalhador e ressurgiu o selvagem, não feroz porque ele nunca o foi, mas sim indolente e indiferente à vida regular da civilização a qual, para o silvícola que se afeiçoara à disciplina e à orientação jesuítica, se afigurava desprovida de interesse e estímulo.

Trinta anos depois da expulsão, o despovoamento tinha se acentuado de tal forma que, calcula Azara, não abrigassem as reduções mais de 45.000 almas, ou seja, menos da metade do que haviam tido em 1760.

d. SÍNTESE HISTÓRICA Sobre OS SETE POVOS

São Nicolau — Foi constituído por 3.000 índios da antiga redução de Apóstolos que transpuseram o rio Uruguai, fixando-se próximo ao sítio onde, 60 anos antes, o mártir Roque Gonzalez fundara uma redução do mesmo nome, abandonada em 1636 ante as incursões dos mamecos.

Esse segundo São Nicolau, fundado em 1687, contava em 1691 com cerca de 3.800 habitantes em um povoado que tinha 24 ruas. Em 1707 atingia a 5.366 almas, baixando em 1822 para 250, apenas.

São Luís — Foi fundado com 900 famílias desligadas da redução de Nossa Senhora da Conceição que tinha formado a antiga redução de São Joaquim no alto Jacuí.

Em 1691, tinha 3.049 habitantes, 3.997 em 1707 e 200, em 1822.

São Miguel — Foi fundado em 1632 pelo padre Cristóvão de Mendoza; era formado por uma redução dos Tapes, destruída e abandonada em 1638 devido aos assaltos dos mamecos, passando toda a sua população para a banda ocidental do Uruguai. Somente 50 anos mais tarde, em 1682, é que se estabeleceu novamente o Povo de São Miguel, à margem oriental do rio, embora em sítio diverso do primitivo, tendo decrescido rapidamente depois da expulsão dos jesuítas. Contava em 1694 com 4.192 habitantes, com 3.000 em 1707 e com apenas 600 em 1822. A igreja de São Miguel, cujas ruínas hoje ainda se admiram, foi construída em 1707 pelo arquiteto irmão João Batista Prímoli.

São Borja — Foi São Francisco de Borja criado em 1690 com a imigração de parte da população de São Tomé, situado do outro lado do Uruguai. A este agregou-se também parte da população de Santa Maria dos Guenoas, a qual fôrada fundada com índios charruas e guenoas e logo dispersa. O altar-mor da igreja de São Borja custou cerca de 3.000 bois. O povo possuía em 1694 cerca de 2.888 habitantes, 2.814 em 1807 e 400 em 1822.

São João Batista — O povo de São João originou-se de uma colônia de São Miguel e chegou a ter 40 ruas, tendo sido fundado em 1697 pelo padre Antonio Sepp.

Possuía em 1697, 2.800 habitantes e já atingia 3.361 em 1707, baixando em 1822 para apenas 300. O padre Sepp foi o descobridor do

ferro no território das Missões e, portanto, quem introduziu aí êsse gênero de atividades. O candelabro da igreja de São João Batista era de prata maciça e tinha 32 braços.

Santo Ângelo — Foi formado, com o Povo de São Luís, de uma colônia que emigrou da redução de Nossa Senhora da Conceição e foi inicialmente estabelecido entre o Ijuí e o Ijuizinho. Mais tarde foi transferido para a região onde demora atualmente a cidade de Santo Ângelo, na qual ainda se podem ver os alicerces da igreja levantada pelos jesuítas. Em 1709 abrigava 2.879 habitantes, reduzidos em 1822. O general argentino Carlos de Alvear nasceu em Santo Ângelo em 1797.

São Lourenço — Foi fundado com colonos da redução de Santa Maria em 1690. Saint Hilaire, em meados do século passado, refere-se ao seu templo que, segundo diz, era o mais belo das Missões. Atribui-se a um incêndio accidental a destruição da igreja dêste Povo. Idêntica versão se dá para a destruição da igreja de São João Batista. São Lourenço abrigava em 1691, 3.512 pessoas e 4.912 em 1707. Sua população em 1822, não excedia de 250 almas.

e. REDUÇÕES EM TERRITÓRIO ORIENTAL

A atividade catequizadora alcançou também o atual território uruguaião.

Em 1624 frei Bernardo de Gusmán, autorizado pelo governo de Buenos Aires, desembarca com 8 companheiros na barra do rio Negro e, em suas imediações, funda a redução de Santo Domingo de Soriano cujos primeiros colonos foram os índios chauás e os restos dos Yaros que aceitaram a proteção espanhola.

Mais adiante foram fundadas as reduções do Soriano de Aldáo, na costa do Uruguai e as do Espinilho e das Víboras que constituíram as bases da colonização pacífica do território oriental.

As reduções uruguaias, logo que submetidas ao regime de "encomienda" pela autoridade espanhola, deixaram de existir espalhando-se os seus habitantes por todo o país.

Mais tarde voltaram os chauás à foz do rio Negro e deram origem a um pôrto, atual cidade de Soriano.

Ao tempo em que foi fundada a redução de Soriano, ocorriam os assaltos dos bandeirantes a Guaíra.

As raças indígenas foram cedendo terreno à medida que os colonizadores europeus foram povoando o país, desaparecendo totalmente na República do Uruguai desde 1832, quando foram exterminados os últimos charruas por pilhagem às estâncias.

(Continua no próximo número)

AS FÔRÇAS DE INTERVENÇÃO

— Major EDGARD O'BALLANCE (*Revue Militaire D'Information*, maio, 1954).

— Tradução do Major Rubens Mário Jobim —
Oficial de Estado-Maior.

AS FÔRÇAS DE INTERVENÇÃO

Na maioria dos países, as fôrças armadas têm por única missão defender o território nacional. Certas potências, entretanto, assumem responsabilidades internacionais, e lhes é indispensável dispor de meios capazes de serem postos em ação fora da metrópole, às vezes

a distância considerável. É o caso, por exemplo, dos países membros da O.T.A.S.E. e do C.E.N.T.O.; o mesmo se aplica àqueles que concluíram acôrdos bilaterais de defesa com suas antigas colônias.

As unidades metropolitanas geralmente não são equipadas e treinadas para cumprir tal missão; de outra parte, não dispõem, permanentemente, de meios de transporte e do apoio logístico indispensável; não são, pois, capazes de intervir além-mar a curto prazo. Assim, pareceu necessário constituir fôrças especialmente treinadas e dotadas de

armas e meios de transporte apropriados. Estas fôrças — imediatamente disponíveis — que surgiram em certos países, são conhecidas pelo nome de "fôrças de intervenção".

Esses países são, essencialmente, a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos: todos os três têm, com efeito, compromissos que podem a qualquer momento levá-los a intervir em qualquer ponto do globo. As fôrças de intervenção que elas organizaram são muito diferentes, em sua concepção e estruturas, dos antigos corpos expedicionários, cujas missões não eram, como hoje, múltiplas e variadas.



Elas devem ser autônomas, móveis, mais ligeiras e mais leves, pois devem estar em condições de fazer face a não importa que eventualidade e que forma de guerra.

CARACTERÍSTICAS DE UMA FÔRCA DE INTERVENÇÃO

— Princípios:

Para ser eficaz, uma fôrça de intervenção deve estar apta a agir imediatamente; aliás, é nisto que ela mais se distingue do corpo expedicionário tradicional. Com efeito, sua utilidade depende, sobretudo, da rapidez com que pode ser posta em ação nos teatros de operações eventuais.

Deve, consequentemente, ser muito móvel e dispor de meios aéreos e marítimos suficientes para transportar a grandes distâncias unidades importantes e seu equipamento. É-lhes necessário, enfim, poder bem executar tôda missão que lhe fôr confiada: as unidades que a compõem devem, assim, estar perfeitamente treinadas e aptas a combater em países muito diversos por seu clima e configuração.

— Condições de eficiência:

Para poder cumprir os vários tipos de missões, uma fôrça de intervenção deve dispor de efetivos suficientes. A divisão parece ser a grande unidade ideal, na medida em que é capaz de destacar unidades de combate para diversos pontos do teatro de operações sem ficar, ela própria, perigosamente enfraquecida. Uma fôrça de intervenção deve, por outro lado, conter elementos de tôdas as armas, inclusive da aviação e, em certos casos, da marinha. Sua composição terrestre deve incluir unidades de infantaria, blindados, artilharia e engenharia. Em outras palavras, é preciso que goze de uma autonomia suficiente para poder atacar e defender-se com seus próprios meios, sem ser obrigada a apelar à ajuda externa. Particularmente, é indispensável que a fôrça de intervenção disponha de seus próprios meios de transporte, quer sejam aviões, veículos terrestres ou navios.

Enfim, as unidades que fazem parte de uma fôrça de intervenção devem ser submetidas a um treinamento especial. Devem não sómente ser bem preparadas para conflitos do tipo "nuclear" ou "convencional", mas igualmente serem adestradas nas táticas da guerrilha e da subversão. Para as intervenções de além-mar, elementos de pára-quedistas, de comandos e de fuzileiros navais são indispensáveis.

— Problemas de organização:

A mobilização de uma fôrça de intervenção apta a vários tipos de missões, não é feita sem graves problemas. Em primeiro lugar, êsse gênero de fôrça custa muito caro, pois deve poder dispor dos melhores materiais, isto é, os mais modernos e os mais bem conservados. Ora, os orçamentos militares não são ilimitados, e os créditos neces-

sários à organização de uma força de intervenção não podem ser obtidos senão fazendo cortes em outros itens. A solução ideal consistiria, evidentemente, em aumentar o volume global do orçamento militar, mas eis aí uma medida que não pode ser adotada sem grandes obstáculos.

Um outro problema, aliás pouco sensível à opinião pública, é o da cooperação inter-armas. Com efeito, como uma força de intervenção deve compreender elementos de todas as forças armadas, é necessário que estas colaborem estreitamente e sem reticências. Ora, é preciso admitir que, atualmente, tal entendimento, não obstante indispensável, nem sempre é perfeitamente realizado.

Ainda é preciso que, uma vez obtido o acerto de pontos de vista entre o exército, a aviação e a marinha, os comandos aceitem cooperar plenamente: com efeito, como uma força de intervenção não pode ser mobilizada senão com homens e material pertencentes às três forças armadas, acontece com freqüência que estas se esforçam por não se separarem senão de seus elementos menos indispensáveis, isto é, menos utilizáveis. Esta atitude é, evidentemente, muito perigosa, porque arrisca retirar da força de intervenção quase toda sua eficiência.

O último problema é o do apoio logístico à força de intervenção. Ele aparece principalmente logo que essa força é chamada a operar além-mar, a uma distância muito grande de sua base de partida. Mesmo que os elementos de intervenção contem só com efetivos reduzidos, o custo de funcionamento pode então se tornar enorme, desproporcionado, em todo caso, com a importância das unidades engajadas.

AS REALIZAÇÕES ATUAIS

— A força de intervenção britânica:

Potência marítima, tendo tradicionalmente importantes responsabilidades no além-mar, a Grã-Bretanha engajou-se em um certo número de conflitos coloniais no curso deste século. Quando o mar era o único meio de comunicação com suas diferentes possessões, consistia a política britânica em manter forças na proximidade de bases navais situadas em posição estratégica. A era da aviação levou-a progressivamente a modificar esta doutrina e a constituir uma verdadeira força de intervenção em território nacional.

Essa força, conhecida sob o nome de "Reserva estratégica do Reino Unido", não dispõe de efetivos consideráveis. A Grã-Bretanha continua, com efeito, a manter unidades nas proximidades das eventuais zonas de tensão: é o caso de Hong-Kong e Singapura. Além disso, a maior parte dos meios está atualmente engajada no Oriente Médio e no Extremo Oriente. Por fim, uma parte importante das forças armadas da Grã-Bretanha constitui o exército britânico do Reno (B.A.O.R.), que não é uma verdadeira força de intervenção, mas antes um "corpo expedicionário" do tipo tradicional.

A Grã-Bretanha propôs-se, como objetivo, elevar os efetivos de sua força de intervenção a três divisões, dotadas de apoio aéreo e dos serviços indispensáveis: não lhe foi possível, de fato, ultrapassar o nível de uma divisão.

A situação agravou-se devido às responsabilidades britânicas no além-mar, que longe de diminuírem, como estava previsto, tendem a crescer; as recentes perturbações de Borneo, de Chipre, são um exemplo. Por outro lado, a Grã-Bretanha enfrenta sérias dificuldades no recrutar voluntários em número suficiente para seu exército, e os efetivos de sua força de intervenção continuam fracos e dispersos. É conveniente precisar, no entanto, que poderiam ser reforçados, se a situação o exigisse, pelos elementos do "Exército Territorial" (Ever Readies).

A participação da "Real Fôrça Aérea" na fôrça de intervenção é muito importante, se bem que a "V Fôrça" no momento atual perfeitamente integrada à O.T.A.N. não faça parte dela. A R.A.F. fornece às "Reservas estratégicas" não sómente apoio aéreo em caças, mas também, e sobretudo, os meios indispensáveis para assegurar o transporte de suas unidades até seu teatro de operações. A aviação de transporte que pode ser posta à disposição das reservas estratégicas, comprehende essencialmente aviões "Britannia" e "Comet". As possibilidades serão aumentadas com a aquisição de novos aparelhos com importante autonomia de vôo: "Belfast" e "VC-10". Com efeito, está previsto que a fôrça de intervenção britânica deve ser inteiramente aerotransportada, e mais de cem exercícios de transporte são efetuados por ano. É assim que várias vezes uma brigada completa foi transportada, com todo seu equipamento, da Grã-Bretanha à Tripolitania. Em novembro de 1963, um batalhão de infantaria voou para a Austrália, ou seja, uma roçada de perto de 18.000 km. Em muitas ocasiões, enfim, certas unidades das reservas foram enviadas por avião ao Canadá, para aí efetuarem diversos exercícios de treinamento, em condições árticas.

Desde que a situação não exija intervenção da fôrça britânica a curto prazo, seus elementos podem ser transportados pela "Marinha Real": com este objetivo, foi criada uma fôrça anfíbia constituída de dois porta-aviões e de meios de desembarque, que ficam permanentemente à disposição das reservas estratégicas. É de assinalar que os "comandos" da marinha, que dependem da "Marinha Real", não fazem parte da fôrça de intervenção, embora sejam com freqüência chamados a cumprir missões similares.

— A fôrça de intervenção americana:

A necessidade de dispor de uma fôrça de intervenção só recentemente se impôs aos Estados Unidos; foi preciso esperar que a doutrina da dissuasão nuclear absoluta fosse abandonada em proveito da

estratégia da "resposta adequada". O núcleo dessa fôrça de intervenção — que os americanos designam sob o nome de "strike command" (fôrça de resposta imediata) — foi constituída em fins de 1961. Reagrupava, então, três divisões, dotadas de aviões de combate e de transporte. O "STRICOM" comprehende atualmente oito divisões, bem como a "fôrça aérea tática".

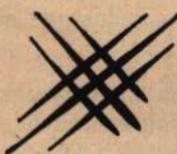
Atualmente, os Estados Unidos realizam, nesse campo, uma experiência original, que consiste em estocar previamente armas e material no estrangeiro, longe das bases de origem de suas fôrças de intervenção e na proximidade das eventuais zonas de tensão: divisões completas poderiam ser transportadas por avião até êsses depósitos, a fim de intervir no prazo de algumas horas. Exercícios dêste gênero devem se desenrolar próximamente no Extremo Oriente. Alguns tiveram lugar na Europa.

— A fôrça de intervenção francesa:

Na França, uma parte das fôrças terrestres de intervenção é especializada, tendo em vista ações longínquas, no além-mar. A 11^a DI comprehende elementos orgânicos divisionários e três brigadas: uma, destinada às operações anfíbias, está acantonada no Oeste. As duas outras, aerotransportadas, têm guarnição no Sudoeste.

— Conclusão:

Corpos expedicionários, numerosos e poderosos, não podem ser organizados, equipados e postos na zona de ação em vinte e quatro horas. Para responder em uma noite a um pedido repentino, para uma réplica imediata e vigorosa, mais vale criar uma fôrça de intervenção mais ligeira, sempre em alerta: solução cara, é certo, e difícil. As aplicações práticas na África Oriental serão, sem dúvida alguma, cheias de ensinamentos, em particular quanto à interdependência das três fôrças armadas.

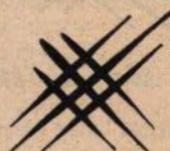


VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

Um conquistador é sempre um amante da paz: desejaria ele penetrar em nosso país sem oposição. É, precisamente, aquêle que se tem de defender, que deve estar sempre preparado contra a surpresa.

Clausewitz.

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



A BIOGRAFIA DO MARECHAL CÂMARA

ARTHUR FERREIRA FILHO

A Editôra Globo acaba de lançar, em ótima apresentação gráfica, o 1º volume da biografia do Marechal José Antônio Correia da Câmara, segundo Visconde de Pelotas, de autoria de seu neto, o General Rinaldo Pereira da Câmara, militar de alta cultura e historiador de reconhecido mérito, membro do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul.

Trata-se, em extensão e profundidade, do maior trabalho, no gênero, já publicado por um escritor rio-grandense.

O 1º volume, com 458 páginas, encerra precioso documentário, sobre o qual é permitido descortinar aspectos de nossa história, até aqui obscuros, e, por isso mesmo, timidamente tratados.

Logo, nos primeiros períodos, o leitor se apercebe de que a obra não é a de um neto, elogiando o avô ilustre, embora com justos motivos para dêle se orgulhar. Mas a de um biógrafo escrupuloso e exigente, que reconstitui, peça por peça, a vida do 2º Visconde de Pelotas, aproveitando sómente aquèle material de informação que se reveste da mais rigorosa autenticidade. Demora-se o conscientioso biógrafo no estudo da estirpe dos Câmaras, enraizada durante trezentos anos nos Açores, que depois de ligeira permanência em Portugal, vem fixar-se no extremo sul do Brasil, representada pelo glorioso soldado Patrício José Correia da Câmara, herói de nossas lutas definidoras de fronteiras, Marechal do Exército e 1º Visconde de Pelotas.

O meio onde nasceu o biografado, a cidade de Pôrto Alegre, no segundo quartel do século XIX, sua sociedade, seus costumes, são apresentados ao leitor em linhas de uma precisão fotográfica. E assim também a campanha gaúcha, em que predominava o campeiro-soldado, e envelheciam, aureolados de lendas heróicas, milicianos marcados de cicatrizes.

O livro de Rinaldo Câmara, além de ser uma biografia magistralmente traçada, é também um estudo profundo que abrange um século de nossa história em todas as suas dimensões: — políticas, militares, sociais e religiosas.

Não conheço trabalho literário sobre o Rio Grande do Sul, que seja tão rico em subsídios e tão seguro na apresentação e interpretação dos fatos.

O autor usa, diríamos, o método indireto para traçar a sugestiva figura do vencedor de Aquidaban. É através de documentos, de opiniões alheias, de juízos emitidos por outrem, que se vai revelando a grandeza imponente do inclito soldado.

Rinaldo Câmara constrói o monumento com material recolhido nas fontes mais autorizadas. Nada é de sua fabricação própria. Ele é o arquiteto que utiliza o granito, o mármore, o bronze, o ouro, os vitrais e as tintas. Do imenso acervo recolhido, em anos de paciente, de exaustivo trabalho, aproveita aquêles elementos cuja pureza não seja passível de qualquer dúvida.

E então ergue, sobre bases bem aprofundadas e sólidas, as linhas magistrais e harmoniosas, onde a verdade e a beleza se encontram associadas.

Não se surpreende em todo o volume, um único elogio de neto para avô, nem uma só conclusão que não brote espontânea das premissas, onde a imaginação do biógrafo jamais interferiu, mas pela verdade irrecusável dos fatos, afiançada pelas mais credenciadas informações.

Não devemos esquecer que o primeiro volume da obra e do qual nos ocupamos neste artigo, contém os elementos básicos dos dois outros que lhe deverão seguir.

Há entre os documentos ali transcritos, muitos dos quais em fac-símile, verdadeiras preciosidades, capazes de desanuviar diversos pontos de nossa história militar, ainda não inteiramente decifrados.

A mim, diletante exigente em assuntos militares, nunca me parecerá bem claro o final da brilhante ação de Lomas Valentinas. Constatou, agora, que o grande Caxias não ficara plenamente satisfeito com o desfecho daquela batalha.

Em carta dirigida ao General Câmara, em 1870, declara textualmente o glorioso Marechal: "Se eu, em Lomas Valentinas, o tivesse no meu flanco direito na noite de 21 de dezembro, talvez nesse dia tivesse terminado a guerra".

Para que o leitor, ele próprio conclua sobre as qualidades de estrategista do biografado, Rinaldo Câmara desenvolve brilhantes considerações em torno da "manobra envolvente", apresentando, após o plano estratégico concebido e executado pelo General, do qual resultou a derrota definitiva de Solano Lopes, em Cerro Corá.

A biografia do Marechal Câmara, 2º Visconde de Pelotas, é livro de alto valor, cuja leitura se recomenda às diversas categorias de estudiosos. Aos que amam a história do Rio Grande, é uma janela aberta ao conhecimento de fatos ainda controvertidos, sanando lacunas sensíveis, notadas mesmo nos trabalhos dos nossos escritores mais

abalizados. A mocidade a obra se recomenda pelos exemplos que registra, exemplos de civismo, de moral e de bondade. É melhor conhecendo a vida de certos tipos exponenciais, como o Marechal José Antonio Correia da Câmara, que mais justificadamente poderão se orgulhar do povo e da terra brasileira.

Aos jovens militares de cujo preparo militar e estrutura moral dependerá, em grande parte, o futuro da Pátria, deve esse livro tornar-se leitura obrigatória. Deve ser lido e meditado, pelos preciosos ensinamentos que contém, pois sabido é que na biografia dos grandes capitães se recolhem aqueles ensinamentos que vêm, depois, enriquecer as melhores doutrinas de guerra.

O autor, militar do mais elevado gabarito moral e cultural que, ao transferir-se para a reserva, deixou no Exército um nome querido e respeitado, ao escrever essas páginas, reconstituindo um passado glorioso, estaria, sem dúvida, pensando nos jovens camaradas, sobre quem recairão as imensas responsabilidades do futuro.

Nas bibliotecas regimentais, a biografia do Marechal Câmara será obra de leitura e de consulta, inspiradora de nobres ambições ao serviço da Pátria.

Feitos êstes comentários inexpressivos, em evidente disparidade com o valor da obra comentada, felicito o eminente colega do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, General-de-Divisão Rinaldo Pereira da Câmara, pela publicação de um trabalho que, não só honra a bibliografia rio-grandense, como coloca seu autor na galeria dos nossos grandes escritores militares, onde brilham Cunha Matos, Dionísio de Cerqueira, Bernardino Bormam, Alfredo Taunay, Euclides da Cunha, Muricy, Souza Doca, Paula Cidade, Tasso Fragoso e J. B. de Magalhães.

O neto resgata honrosamente uma dívida que era de todos nós.



PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras:

- "Revista de Publicaciones Navales" — Argentina (N. 551)
- "Revista Militare" — Itália (Ns. 7 — 8, julho — agosto de 1964)
- "Guion" — Espanha (N. 266, julho de 1964)
- "Ejército" — Espanha (N. 294, julho de 1964)
- "Revue Militaire D'Information" — França (N. 360, maio de 1964)
- TAM (Terre-Air-Mer) — França (N. 49, 50, 51 e 52 de 1964)
- Revista de Las Fuerzas Armadas de La Nacion — República do Paraguai (N. 185, janeiro/março; 186 abril/julho de 1964)
- Military Review (Edição Brasileira) — (dezembro de 1963)
- El Caballo — Argentina — (Agosto de 1964)
- Revista de Las Fuerzas Armadas da Venezuela — (abril/julho de 1964)
- Berlin Report — (Ns. 10 e 11 de 1964)
- Boina Negra — Revista Paracaidista — Espanha (N. 27, setembro/outubro de 1964).

Nacionais:

- Boletim Estatístico — IBGE — Conselho Nacional de Estatística — (N. 85, janeiro/março de 1964)
- Revista Brasileira dos Municípios — IBGE — Conselho Nacional de Estatística (Ns. 63/64, julho/dezembro de 1963)
- Boletim do Clube Naval (2º semestre de 1964)
- Revista Brasileira de Estatística (Ns. 95/96, julho/dezembro de 1963)
- Revista Marítima Brasileira (Ns. 10, 11 e 12, outubro, novembro e dezembro de 1963, e 1, 2 e 3, janeiro, fevereiro e março de 1964)
- Revista do Conselho Nacional de Economia (N. 1, Jan/Set de 1964)
- Revista de Engenharia Militar (N. 248, junho de 1964).

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIENDE LO SCAMBIO

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA "CMECI — A DEFESA NACIONAL"

ANO DE 1963

- 1 — INTRODUÇÃO** — O presente relatório contém, de modo sumário, um retrospecto das atividades da Cooperativa e outros assuntos de seu interesse, tudo relativo ao ano de 1963.
- 2 — PESSOAL** — A partir do mês de outubro o Diretor-Secretário passou a responder pela Presidência, cumulativamente com sua função normal, em virtude da nomeação de S. Ex.^a, o Exmo. Sr. Gen Altair Franco Ferreira para o Cmdo da 7^a RM.
- 3 — MATERIAL** — Sem alteração.
- 4 — SITUAÇÃO FINANCEIRA** — Os demonstrativos anexos, referentes à situação financeira, revelam que, sem ser a ideal, é a melhor dos últimos fins de ano.
- 5 — REVISTA** — A revista comemorou seu 50º aniversário, o que representa uma grande vitória. Uma reunião solene e uma edição comemorativa marcaram a efeméride. As despesas da revista continuam em constante ascenção, dados os aumentos de custo de papel e serviços de que necessita. Tendo em vista evitar elevação do preço de sua assinatura, decidiu o Conselho de Administração que no ano de 1964 ela será bimensal. O número de assinantes sofreu ligeiro acréscimo, o que, de qualquer forma, revela crescimento de interesse. Neste relatório damos ênfase ao esforço para que a revista contenha o máximo de trabalhos originais e espelhe realmente a cultura e inteligência dos militares.
- 6 — OUTRAS ATIVIDADES** — Sem alteração.
- 7 — AGRADECIMENTOS** — Muitos foram os que nos ajudaram no decorrer do ano que findou; a todos somos muito agradecidos. É de ressaltar os ilustres Chefes que passaram pela Pasta da Guerra e pela Secretaria do Ministério da Guerra, o Ten-Cel Walter dos Santos Meyer, Diretor da Biblioteca do Exército, a Imprensa do Exército e o Gabinete Fotocartográfico.
- 8 — CONCLUSÃO** — A Diretoria Executiva acredita que pode proclamar que a despeito das dificuldades que enfrentou no ano de 1963, manteve a nossa Cooperativa à altura das suas melhores tradições.

Rio de Janeiro, GB, 28 de fevereiro de 1964.

JOSÉ DE SA MARTINS — Ten-Cel
Diretor-Secretário respondendo pela Presidência

JOÃO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO — Ten-Cel
Diretor-Gerente

**COOPERATIVA MILITAR EDITÔRA E DE CULTURA
INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL LTDA."**

BALANÇO GERAL

	Cr\$	Cr\$
ATIVO IMOBILIZADO		
Obrigações de Guerra	18.887,50	
Móveis & Utensílios	22.455,80	41.343,30
ATIVO DISPONÍVEL		
Caixa	643.364,60	
		<u>684.707,90</u>
PASSIVO EXIGÍVEL		
Capital Integralizado	42.020,00	
Associados C/Juros	19.553,95	
Associados C/Retôrno	176.693,10	
Cia. T. Janér Com. Ind.	<u>235.581,60</u>	<u>473.848,65</u>
PASSIVO INEXIGÍVEL		
Fundo de Desenvolvimento Social	84.304,00	
Fundo de Beneficência	49.760,30	
Fundo de Reserva	76.794,95	210.859,25
		<u>684.707,90</u>

Rio de Janeiro, GB, 31 de dezembro de 1963.

Arnaldo Gonçalves Pires
Contador

Ten-Cel *João Capistrano M. Ribeiro*
Diretor-Gerente

DEMONSTRATIVO DA CONTA

SOBRAS & PERDAS

Títulos	Deve	— Haver
	Cr\$	Cr\$
DE — REVISTA A DEFESA NACIONAL, c/custeio		
Saldo verificado	153.103,90	
DE — PUBLICIDADE — Anúncios		
Saldo verificado	672.178,00	

DE — JUROS — Bancários

Saldo verificado	9.556,40
------------------------	----------

DE — RENDA EVENTUAL

Saldo desta conta	300.000,00
-------------------------	------------

A — HONORARIOS — DIRETORIA

Saldo desta conta	36.000,00
-------------------------	-----------

A — ORDENADOS — Pessoal

Saldo desta conta	437.000,00
-------------------------	------------

A — COLABORADORES

Saldo desta conta	41.500,00
-------------------------	-----------

A — DESPESAS — GERAIS

Saldo desta conta	351.768,00
-------------------------	------------

A — ASSOCIADOS C/JUROS

Juros de 6% s/Cr\$ 42.020,00 ...	2.521,20
----------------------------------	----------

A — FUNDO DE RESERVA

10% s/Cr\$ 266.041,00, obras líquidas (Art. 56-A)	26.604,00
---	-----------

A — FUNDO DE BENEFICÊNCIA

15% s/Cr\$ 266.041,00, sobras líquidas (Art. 56-B)	39.906,00
--	-----------

A — FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

25% s/Cr\$ 266.041,00, sobras líquidas (Art. 56-C)	66.510,00
--	-----------

A — ASSOCIADOS C/RETÓRNO

50% s/Cr\$ 266.041,00, sobras líquidas (Art. 56-D)	133.021,10
--	------------

<hr/>	1.134.830,30	1.134.830,30
-------	--------------	--------------

Rio de Janeiro, GB, 31 de dezembro de 1963.

Arnaldo Gonçalves Pires
Contador

Ten-Cel João Capistrano M. Ribeiro
Diretor-Gerente

ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FINANCEIRO DA C.M.E.C.I.
"A DEFESA NACIONAL"

ANO DE 1963

RECEITA	Cr\$
Assinaturas	853.540,00
Venda avulsa	549.140,00
Anúncios	657.000,00
Juros bancários	9.556,40
Capital Integralizado	7.100,00
Jóia de Admissão	90,00
Renda Eventual	300.000,00
	2.376.426,40

DESPESA

Edição da Revista	155.000,00
Papel para a Revista	514.811,50
Colaboradores	41.500,00
Honorários — Diretoria	36.000,00
Ordenados — Pessoal	437.000,00
Despesas — Gerais	351.768,00
Comissões de anúncios	118.830,00
Secretaria do Ministério da Guerra	174.843,00
Material de Expediente	50.840,00
	1.880.592,50

Rio de Janeiro, GB, 31 de dezembro de 1963.

Arnaldo Gonçalves Pires
 Contador

Ten-Cel *João Capistrano M. Ribeiro*
 Diretor-Gerente

**CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE
 28 DE FEVEREIRO DE 1964**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, às quinze horas e trinta minutos, em última convocação, na sede da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional", reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária os associados em atenção ao edital de convocação de cinco de fevereiro do mesmo mês e ano. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Diretor-Secretário no exercício da Presidência da Cooperativa, por ausência do titular, o qual leu a Ordem do Dia que se segue: a) Deliberar sobre

o Relatório e Balanço do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativos a 1963; b) Eleição no novo Conselho de Administração para o exercício de 1964 a 1967; c) Eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 1964. A exposição sobre a matéria constante do item a) foi feita pelo Diretor-Secretário; o Major Aluizio Uzêda, leu o parecer do Conselho Fiscal, o qual julgou as contas em ordem. Passou-se em seguida à eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, aquél para o período de 1964-1967 e o Fiscal correspondente ao exercício de 1964. Foram apresentadas algumas indicações para os diferentes cargos. Da discussão dos diferentes nomes decidiu a Assembléia considerar eleitos, por unanimidade, os componentes da seguinte chapa que reuniu a preferência dos presentes: Conselho de Administração — Diretoria Executiva — Diretor-Presidente: Exmo. Sr. Gen. Augusto Fragozo; Diretor-Secretário: Tenente-Coronel Adyr Fiúza de Castro; Diretor-Gerente: Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro, reeleito — Para Conselheiros: Coronel Adailton Sampaio Pirassununga e Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer — Conselho Fiscal — para o ano de 1964 — membros efetivos: Ten-Cel Confúcio Pamplona, Ten-Cel Germano Seidl Vidal e Capitão Luiz Paulo Macedo Carvalho, — membros suplentes: Ten-Cel Gustavo Moraes Rego Reis, Major Murilo Beurem Carvalho e Major Diogenes Vieira da Silva. Dada a ausência à Assembléia da maioria dos eleitos ficou assentado que a posse da nova diretoria será feita oportunamente. Em seguida o Ten-Cel José de Sá Martins, Diretor-Secretário no exercício da Presidência, agradeceu a cooperação dos membros da Diretoria que termina seu mandato, bem como dos funcionários da Cooperativa. O mesmo Ten-Cel José de Sá Martins sugeriu à Assembléia que ela aprovasse proposta que então fazia no sentido de que a gratificação dos membros da Diretoria-Executiva fosse elevada para cinco mil cruzeiros. A proposta foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Assembléia agradeceu a seguir o comparecimento dos presentes. Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata.

(a) *José de Sá Martins, Ten-Cel.*

(a) *João Capistrano Martins Ribeiro, Ten-Cel.*

CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 5 DE MAIO DE 1964

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e quatro, às dezesseis horas, em última convocação, na sede da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional", reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os associados em atenção ao Edital de convocação de 25 de abril ppdo. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Coronel Adailton Sampaio Pirassununga, membro do Conselho de Administração que anunciou a eleição para os cargos de Diretor-Presidente e Diretor-Secretário, vagos, em decorrência dos titulares desses cargos

eleitos em 28 de fevereiro ppdo., terem sido considerados exonerados por motivo de movimentação profissional. Passando-se a Ordem do Dia, por proposta do associado Gen RI Antonio de Souza Júnior, foram eleitos por aclamação, para Diretor-Presidente, General Altair Franco Ferreira e Diretor-Secretário, Tenente-Coronel Asdrubal Esteves, ambos para o período de 1964/1967, os quais foram considerados empossados. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu o comparecimento dos associados presentes e declarou encerrados os trabalhos do que lavrei a presente ata. *Walter Santos Meyer, Secretário "Ad hoc".*

(a) *Adailton Sampaio Pirassinunga, Coronel.*

(a) *Walter Santos Meyer, Tenente-Coronel.*



GUERRA DO PARAGUAI

A Subseção Comercial da Biblioteca do Exército possui à disposição dos interessados a monumental obra do Gen Augusto Tasso Fragoso, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", revista e anotada pelo Ten-Cel Francisco Ruas Santos.

5 volumes — 3.228 páginas — 96 mapas.

Preço: Volumes e mapas — Cr\$ 3.000,00.

Capa colecionadora de mapas Cr\$ 250,00.

Pedidos pelo reembolso postal à Subseção Comercial, Biblioteca do Exército, Palácio da Guerra, 3º andar da Ala Marcílio Dias.

Rio de Janeiro — GB, ZC-65
Enderéço telegráfico: BIBLIEK

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **Bem vindo seja, Aspirante, a esta Unidade**
— Gen-Div A. Franco Ferreira.
- **O complexo problema ferroviário brasileiro** — Gen-Bda Antônio Negreiros de Andrade Pinto.
- **Para a frente! (ou A marcha da Coluna Barbalho)** — Cel Inf Francisco Carlos Bueno Deschamps.
- **Problemas do Exército (Novas reflexões)**
— Ten-Cel Walter S. Meyer.
- **As Relações Públicas e as Fôrças Armadas** — Oscar de Andrade.
- **Histórico da Guerra Nuclear** — 1º Ten Art A. Machado de Paiva.
- **Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro (Continuação)** — Cel Moacyr Ribeiro Coelho.



Preço dêste exemplar
Cr\$ 150.00

S M G
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1964

A Defesa Nacional



Neste número :

- Bem vindo seja, Aspirante, à esta Unidade — Gen-Div A. Franco Pereira
- O complexo problema ferroviário brasileiro — Gen-Bda Antonio Negreiros de Andrade Pinto
- O Sistema Interamericano. Suas debilidades — Tenente-Coronel Moacyr Teixeira Coimbra
- As Relações Públicas e as Forças Armadas — Oscar de Andrade
- Problemas do Exército (Novas Reflexões) — Ten-Cel Walter S. Meyer
- Para a frente! (ou "A marcha épica da Coluna Barbalho") — Col. Francisco Carlos Bueno Deschamps